



**Maria Dulce
Terra de Almeida**

O Impacto do Inglês no Quotidiano Português



**Maria Dulce
Terra de Almeida**

O Impacto do Inglês no Quotidiano Português

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Ingleses, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Gillian Grace Owen Moreira, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutora Maria Aline Salgueiro de Seabra Ferreira
professora associada da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Maria Clara Bicudo de Azeredo Keating
professora auxiliar da Universidade de Coimbra

Prof. Doutora Gillian Grace Owen Moreira
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

**Dedico este trabalho à memória de minha Mãe
Com gratidão e muita saudade.**

Na foto esquecida, no lenço amassado,
Na brisa suave, no vento e no mar,
Eu te procurei.
E segui à toa sem nunca te achar.

Tracei minhas metas, pus-me a navegar.
Surgiram abismos, quase me perdi
Ergui-me de novo, viagem prossegui.

Veio a tempestade, quase fulminada,
Procurei-te em mim e fiquei pasmada,
Pois eram teus braços que me enlaçavam
Tu estavas em mim e não dei por nada.
Obrigada, Mãe,
Era o teu regaço que me aconchegava.

Agradecimentos

A minha admiração à Professora Doutora Gillian Grace Owen Moreira, pela excelência profissional, os meus sinceros agradecimentos e reconhecimento pela sua orientação, transmissão de conhecimentos, pelas sugestões, disponibilidade e amizade que me dedicou desde o início deste estudo.

Aos meus queridos filhos e querido pai pela força, coragem, paciência e compreensão, pelo grande incentivo, ânimo e, em especial, pela presença nos momentos mais difíceis e pela alegria, sorriso e carinho que me ofereceram e sem os quais não teria sido possível.

Às professoras Doutoradas Susan Howcroft e Teresa Roberto, os meus sinceros agradecimentos e reconhecimento pela transmissão de conhecimentos e amizade.

E a outros que mereceriam ser aqui lembrados,

A todos, o meu muito obrigado!

Palavras-chave

Língua – Inglês – Impacto – Portugal

Resumo

Pretendia-se com o estudo avaliar o impacto do inglês no quotidiano português, isto é, perceber se a população portuguesa reconhece a existência da língua inglesa no seu dia-a-dia. Este objectivo assentou na percepção de que hoje o inglês penetra, cada vez mais, no português e que a nossa língua é, gradualmente, invadida por termos e expressões em inglês. Assim, fomos à procura das percepções de outros. Primeiramente fizemos a revisão bibliográfica que consideramos essencial para compreendermos as opiniões fundamentadas de estudiosos do assunto da linguística e, em virtude disso, revimos as nossas perspectivas do assunto. Procurámos saber de que forma é que o inglês influía nas diferentes áreas de comunicação, económicas e sociais em Portugal e, depois partimos à procura das percepções da população anónima.

Através de técnicas de recolha de dados como a entrevista e os inquéritos, procurámos recolher opiniões junto da população anónima, com o cuidado de abranger as várias faixas etárias populacionais procurando assim conhecer as opiniões de jovens e de adultos e, também, opiniões mais credíveis junto de pessoas que, pela sua função e habilitação, nos pudessem assegurar maior fiabilidade na opinião.

Analizadas as opiniões, resultou que as percepções iniciais foram, em parte alteradas, reconhecendo-se que o inglês está no nosso quotidiano sob múltiplas formas e meios, e que embora ocupe determinados papéis, nomeadamente, na comunicação internacional, na comunicação científica e de globalização não correremos o risco de vermos a língua portuguesa alterada ou menosprezada em detrimento do inglês. A existência do inglês no nosso quotidiano é uma mais-valia, está ao serviço da globalização e é disso resultante, é perspectivada a sua aprendizagem pelas novas reformas educativas.

keywords

Language – English – Impact – Portugal

Abstract

The aim of this study was to evaluate the impact of the English language on Portuguese everyday life; to verify if the Portuguese population recognises the existence of the English language in their daily lives. The premise of this study is that English has gradually influenced Portuguese and that our language has been invaded by English words and expressions. So, we tried to discover the perceptions and opinions of others. Firstly, we reviewed expert opinions on linguistic aspects and thus, re-evaluated our perspective on the subject. We tried to discover how the English language penetrates different economical and social areas of communication and then, decided to register the opinion of the population in general.

Using data-collection methods, such as interviews and questionnaires, we tried to collect the opinion of the general population, being careful to apply these methods to all age brackets in order to know the opinions of young and old, as well as to people, who by trade, would assure us a credible answer. After analysing these opinions, our initial premise was slightly altered. We recognised that English is part of Portuguese daily life in multiple forms and means; but although it has a significant impact on international scientific and global communications, we are not at risk of seeing the Portuguese language modified or diminished by the English language. The existence of English in our daily lives is a positive aspect, which simultaneously enables globalisation and is a consequence of it. The new educational reform as regards to English as a foreign language is proof of its importance.

ÍNDICE

Dedicatória.....	3
Agradecimentos.....	4
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Índice geral.....	7
Índice de quadros e figuras.....	9

Introdução	11
-------------------------	-----------

PARTE I

Capítulo I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A unificação europeia na diversidade linguística.....	15
1.1. A implantação do inglês no mundo e a ocupação do espaço na comunicação.....	15
1.2. A identidade linguística e a qualificação dos povos europeus.....	18
1.3. A língua na comunicação internacional.....	23
2. A adopção de uma língua universal.....	26
3. A sobrevivência de certas línguas.....	29
4. A terminologia inglesa.....	30
4.1. O inglês e a ciência.....	30
4.2. O inglês no futebol.....	33
4.3. O inglês na economia.....	34
5. O inglês e a cidadania linguística europeia	35
6. O inglês nos currículos nacionais.....	40
7. Os neologismos na cultura linguística	45
8. O inglês e a terminologia cibernética.....	46
9. A língua como recurso.....	48
10. A influência do inglês no quotidiano.....	51

PARTE II

Capítulo I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

1. Caracterização do meio - Santa Maria da Feira.....	56
2. População e ocupação.....	58

Capítulo II – ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. Metodologia.....	60
2. O problema.....	61
3. Objectivos.....	63
4. Hipóteses.....	64
5. Os instrumentos de recolha de dados.....	64
5.1. As entrevistas.....	65
5.2. Os inquéritos	66
6. A selecção da amostra na população.....	68
7. Tratamento de dados.....	69
7.1. Análise de Conteúdo.....	69

Capítulo III – APRESENTAÇÃO DE DADOS

1. Apresentação dos dados do inquérito ao público.....	71
1.1. Análise dos dados do inquérito ao público....	82
2. Apresentação dos dados do inquérito aos estudantes.....	83
2.1. Análise dos dados do inquérito aos estudantes.....	89
3. Apresentação dos dados do inquérito de rua.....	90
3.1. Análise dos dados do inquérito de rua.....	94
4. Apresentação dos dados das entrevistas.....	94
4.1. Análise dos dados das entrevistas.....	98
5. Discussão de Resultados .	99

Conclusões Finais.....	103
-------------------------------	------------

Bibliografia.....	108
--------------------------	------------

Anexos.....	113
--------------------	------------

Anexo I – Inquérito ao Público.....	114
Anexo II – Inquérito aos Estudantes.....	117
Anexo III – Inquérito de Rua.....	119
Anexo IV – Entrevista ao Professor Universitário.....	120
Anexo V – Entrevista ao Bibliotecário.....	122

ÍNDICE de GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico dos inquéritos ao Público

Gráfico 1 – idade.....	71
Gráfico 2 – género dos respondentes.....	72
Gráfico 3 – habilitações académicas.....	72
Gráfico 4 – profissão por sector de actividade.....	73
Gráfico 5 – conhecimento do inglês.....	74
Gráfico 6 – desejo de domínio do inglês.....	75
Gráfico 7 – razões para o desejo de domínio do inglês.....	75
Gráfico 8 – contacto com a língua inglesa.....	76
Gráfico 9 – situações de contacto com a língua inglesa.....	77
Gráfico 10 – situações de uso do inglês.....	78
Gráfico 11 – justificações para o uso do inglês.....	79
Gráfico 12 – motivos para o uso colectivo do inglês.....	80
Gráfico 13 – necessidade do inglês no quotidiano dos portugueses.....	81
Gráfico 14 – o inglês como futura língua universal.....	81

Gráficos dos inquéritos aos Estudantes

Gráfico a – a percepção sobre o domínio da Língua Inglesa.....	84
Gráfico b – contacto com anglicismos.....	84
Gráfico c – situações de contacto com o inglês.....	85
Gráfico d – motivos para esse recurso.....	86
Gráfico e – tipologia dos recursos.....	86
Gráfico f – mantém-se informado através.....	87
Gráfico g – os estrangeirismos e a compreensão da mensagem.....	87
Gráfico h – língua ideal para a comunicação universal.....	88
Gráfico i – justificação da melhor língua para a comunicação.....	88

Gráficos dos inquéritos de Rua

Gráfico1 – sexo.....	90
Gráfico 2 – idades.....	90
Gráfico 3 – habilitações.....	91
Gráfico 4 – conhecimento de inglês.....	91
Gráfico 5 – uso de inglês.....	92
Gráfico 6 – importância do uso do inglês.....	92
Gráfico 7 – factores de influência para o uso do inglês.....	93
Gráfico 8 – o inglês como futura língua universal.....	93

Figuras

Figura 1 – Decreto Real de 17 de Novembro de 1836.....	41
Figura 2 – Decreto Real de 17 de Novembro de 1836.....	41
Figura 3 – <i>In</i> , Diário do Governo, nº 220, 28 de Setembro de 1844.....	42
Figura 4 – Castelo da Feira.....	56

*Assim como não é a direcção do vento
que determina o rumo do navegador,
não é a língua que o mundo fala
que determinará o nosso destino.*

Ricardo Schütz

INTRODUÇÃO

Na era da comunicação em que nos encontramos, a globalização é um fenómeno, mais ou menos rápido, que tem por finalidade, se não uniformizar filosofias, políticas e culturas, pôr em comum métodos, processos ou procedimentos, pensamentos, informação e formas de acção (o conhecimento).

A globalização enforma-se, assim, como um processo característico da sociedade de informação em que vivemos e radica na instantaneidade do acesso ao conhecimento. Num mundo cada vez mais limitado à operância da informática e, simultaneamente, ilimitado pelo seu poder de acessibilidade a todas as pessoas, que se globalizam através de si, assistimos à massificação de formas de pensar, de sentir e de agir.

Em diversos campos de acção social se assiste a uma cada vez maior influência dos meios de comunicação que nos apresentam formas perfiladas de pensar e de escrever, de falar e de sentir, pontos de vista formados, *opinion makers* que nos avalizam os entendimentos que acerca de fenómenos ou factos temos, que nos mostram as realidades aprontadas para consumo e perante os quais nos sentimos mais ou menos impotentes de modo que vamos aceitando aquilo que nos é dado ver e apoderámo-nos desse conhecimento feito sem nos interrogarmos acerca da sua validade. Este fenómeno cresce sustentado por fermentos muitíssimo potentes, os *mass média* como a televisão e a Internet, e pelo poder de internacionalização que as grandes multinacionais económicas e

financeiras têm que acedem a todos os lugares e nos invadem agressivamente nos nossos lares sem que ou a que muito dificilmente nos poderemos opor.

O mundo, por outro lado, organiza-se de modo a equilibrar as forças políticas, bélicas e energéticas. Os aspectos sociais e, dentro destes, os de natureza especificamente humanos são preteridos em função de justificações que sirvam os grandes grupos económicos, os grandes objectivos mundiais à luz, ainda que refractada pelos periscópios do pensamento humano, dos interesses da eco-cidadania.

Mas, o mundo é dinamizado fundamentalmente pelo Homem, que para além de não ter sabido desenvolver-se de acordo com o esperado pelo Universo, exigindo o domínio absoluto sobre as regras universais do espaço físico e cultural em que existe, e estamos agora a ver os resultados das explosões demográfica, industrial e económica sustentadas pelo constante aumento de exigências de bem-estar do mesmo Homem, este dinamiza-o assente na sua cultura civilizacional. A cultura que individual e colectiva própria de cada grupo ou sociedade é consequência do aperfeiçoamento ou da evolução de culturas ancestrais que, pela sua força e valor, chegaram aos nossos dias. Uma cultura étnica, da qual faz parte os modos de ser, de pensar, de sentir e de agir do indivíduo e que se sustentam em dois vectores principais: a língua e os costumes. Estes dois vectores de cultura de uma sociedade traduzem a mais forte identidade de um povo.

Ora, globalizar, uniformizar, internacionalizar e universalizar são termos que entram na moda pelo constante recurso. Assim, de um modo simplista poderemos dizer que se entendem diferenças entre estes termos: globalizar será tornar global, isto é, colocar ao dispor de todos aquilo que de válido alguém tem; uniformizar será dar a mesma forma ou tornar semelhante a forma de agir e de estar; universalizar está na mesma linha de globalizar, portanto tornar algo universal e internacionalizar será fazer com que algo confinado a um determinado espaço geográfico, país ou nação, se torna cada vez mais propriedade de outros espaços geográficos, países ou nações. Portanto, todos estes termos buscam exprimir a ideia da partilha pelo máximo possível de pessoas daquilo que se presume útil e eficaz. Assim, assistimos hoje à internacionalização de economias,

à compra e venda de aculturações, à universalização do conhecimento técnico e científico, pelo menos na forma de disponibilidade de ferramentas, à globalização de opiniões, de interesses e de expectativas e à uniformização ou massificação das formas de pensar e de sentir.

Este fenómeno tem sido acompanhado por alguns estudiosos que o comentam e que entendem que tudo, ou quase tudo, será globalizável ou universalizável. Contudo, há um aspecto em que grande parte desses estudiosos parece de acordo e que demonstra que nem tudo será facilmente universalizável: a cultura e a língua. Estes dois elementos humanos e sociais são aqueles que justificam a existência da diversidade entre os homens e os que realçam a importância de cada cultura.

É a esta problemática que pretendemos dar um contributo com este estudo, ainda que mínimo, que teve a sua génese num conjunto de interrogações que se nos colocavam acerca da prevalência da língua. Assim, compreendendo que o indivíduo se integra num grupo social que se expressa num mesmo código linguístico e que, pela boa utilização da sua fonética, exprime os conceitos e as sensações, comunica, que se serve da língua para comunicar e que esta é o elemento-chave da sua cultura, pretendemos verificar genericamente se há um entendimento de que a língua portuguesa, falada e escrita, conseguirá aguentar a pressão da globalização, da universalização de outras línguas, mais ou menos fortes, que têm afectado o quotidiano português.

E surgiu da percepção, correcta ou não, de que nesse campo, a Língua Inglesa, doravante e para efeitos do estudo denominada simplesmente por inglês, se vem implantando em áreas-chave da comunicação (em anúncios da televisão, em palavras ou expressões intraduzíveis definidoras de conceitos emergentes de várias áreas, sobretudo das novas tecnologias, na língua base de comunicação da Internet, no quotidiano musical que nos chega inclusivamente, e cada vez mais, mesmo que de grupos portugueses, de publicidade mecânica, automóvel, alimentar, cosmética, etc...) em áreas fortes do desenvolvimento económico (finanças, indústria, comércio, turismo, desporto) e, até, revista em elementos de comunicação inter-pares sobretudo nas camadas jovens.

Do reconhecimento de que o inglês se tem assumido como uma língua tendencialmente escolhida como língua de comunicação internacional, se tem implantado em Portugal como a primeira língua estrangeira a ser estudada e com a constatação de um fenómeno de subserviência do Português em relação ao Inglês aquando da visita turística dos ingleses a Portugal que nos põem a nós a falar em inglês quando deveriam ser eles a falar o português. Estas constatações e estes entendimentos levantaram-nos dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas, muito embora não tenhamos a ilusão de crer que será este estudo que nos leve à total elucidação. Tentaremos criar um conjunto de relações que nos leve a perspectivar melhor, mais sustentadamente, esta visão de incursão do inglês no quotidiano português.

Para isso, no estudo, faremos uma revisão bibliográfica onde apresentaremos os nossos entendimentos da temática enquadrados nas opiniões dos estudiosos desta matéria, de modo a clarificar determinados conceitos a si associados.

Apresentamos um capítulo onde se explana a metodologia prosseguida, nomeadamente o problema, os objectivos do estudo, as hipóteses colocadas, os instrumentos de recolha de dados e o cronograma do estudo, um capítulo em que apresentamos os dados recolhidos e o seu tratamento e sub-capítulo com as interpretações dos dados obtidos. No final apresentamos as conclusões a que chegamos com o estudo onde se confrontam as hipóteses iniciais com os dados encontrados e onde se verificará, ou não, a confirmação dos preceitos que nos levaram ao estudo.

Parte I
Capítulo I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A unificação europeia na diversidade linguística

1.1. A implantação do inglês no mundo e a ocupação do espaço na comunicação global

Segundo David Crystal (2003) as pessoas que falam o inglês como primeira língua (L1), pessoas nascidas e residentes em países com uma cultura dominante baseada na língua inglesa, seriam cerca de 350 milhões de pessoas nativas espalhadas pelo mundo. Esse número ascende aos 450 milhões quando contabilizados os falantes (os nativos e os que se radicaram nos países de língua nativa inglesa) e aos 750 milhões os indivíduos que aprendem inglês como língua estrangeira.

Para David Graddol (1997) o número de pessoas que fala inglês como língua nativa (L1), incluindo o crioulo, atinge o valor de 377 milhões e encontram-se distribuídas pelos países United States, United Kingdom, Canada, Australia, New Zealand e Ireland e perspectiva-se que esse número atinja, em 2050, o valor de 508 milhões, distribuídos por cerca de 50 países ou regiões (ilhas, regiões autônomas, principados, reinos, etc.).

Mesmo com estes valores para a língua inglesa, dentro da União Europeia, a língua mais falada como língua nativa atendendo à população do país, aos nativos, é o alemão (22%), à frente do inglês e do francês (18%), do italiano (17%), do castelhano (11%), do holandês (6%), do grego e do português (3%), do sueco e do dinamarquês (2%). Só dezoito por cento (18%) dos europeus falam o inglês como primeira língua (L1), ainda que, obviamente, seja muito maior o número daqueles que o conhecem.

Segundo este autor, o inglês emergiu como língua internacional com a declinação do francês começando a aparecer em textos educativos, de estudo, por volta de 1938 e a primeira transmissão comercial televisiva em 1941. O inglês surge como a língua mais popular nas relações entre empresas internacionais (Graddol, 1997). A partir de 1950, com o abandono do império inglês os novos

países adoptaram o inglês como sua língua. O inglês aparece como a língua mais internacionalizada nas organizações e conferências, nas publicações científicas, na banca internacional, economia, negócios e comércio, advertências internacionais, conselhos e cuidados, produtos de áudio-visual, música popular e linguagem de filmes, linguagem turística, segurança internacional, no direito internacional e outros domínios. (Graddol, 1997, p.8).

Como língua de difusão da comunicação, o inglês, segundo Kachru (1998) desempenha funções diferentes em diferentes domínios, conforme é usada como língua nativa, primeira língua, ou usada como língua oficial ou ainda usada como língua aprendida para comunicação com o mundo exterior, gera diferentes implicações políticas, ideológicas e linguísticas como meio ou mensagem. Mas em todos os domínios e países em que o inglês se assumiu como língua nativa, de estudo ou de carácter oficial, conseguiu ultrapassar as barreiras naturais que as línguas encontram na renitência das populações e conquistou um estatuto que lhe permitiu transformar-se em língua de difusão internacional carregando, contudo, efeitos culturais de um colonialismo recente e a articulação entre as várias identidades linguísticas, culturais, globais e locais, com o consequente estabelecimento de múltiplas variedades de língua inglesa, conforme as suas ex-colónias, é percebida por muitos como uma ameaça à posição hegemónica dos falantes nativos.

O inglês é entendido em muitos países como uma língua essencial para se falar com o mundo, para contactar com os diferentes povos, mas que traduz a filosofia que subjaz às conotações pragmáticas da língua e informam as atitudes culturais, políticas e ideológicas dos povos e comunidades que fazem uso do inglês (Kachru, 1998).

Ora, sendo o conhecimento científico e a sua comunicação um dos vectores de desenvolvimento mundial, é compreensível que a língua utilizada por si, pela ciência, seja a língua de mais fácil acesso, aquela que melhor circula nesses meios.

Esta comunicação feita à escala global faz com que tudo seja feito em uníssono, em simultâneo, faz com que os actos efectuados num ponto do globo interfiram com o restante globo e as suas preocupações. Os mercados internacionais, e diga-se que hoje tudo gira em função dos mercados, funcionam como um todo, uno e indivisível. Para que se compreenda torna-se necessário que haja uma fluidez na comunicação entre os seus constituintes ou influentes. A questão da língua de comunicação à escala global é uma das vertentes que servirá para excluir ou incluir os participantes dessa e nessa globalização. O inglês aprendido (EFL) com o objectivo de comunicar, portanto com um carácter instrumental (House, 2006) deve fazer uso de um conjunto de pressupostos e recursos de entre os quais se destaca a pronúncia, como um dos factores de sucesso ou insucesso na comunicação e um domínio insuficiente do repertório de recursos linguísticos necessários a uma comunicação bem sucedida.

O fenómeno da mudança linguística, segundo David Crystal (2003) é um fenómeno que chama a atenção das pessoas mais do que outras questões relacionadas com a língua, pois há a ideia de que esta mudança significa deterioração ou decadência. Desde sempre que nos habituamos a julgar os bem-falantes, aqueles que cumprem as regras fonéticas e gramaticais da língua, como pessoas conservadoras e quando se vêem jovens a não observar as regras da comunicação, da articulação e da dicção, entre outras, julgamos estar a nossa língua em perigo. Logicamente que se atribuem culpas à escola, local onde passam grande parte do seu tempo e onde se estabelecem relações sociais e, nessas relações, os códigos linguísticos estabelecidos não se enquadram, sempre, nos por nós desejados. Os meios de comunicação estatais, como sejam o caso das televisões e rádios onde qualquer desvio das normas tradicionais leva, de imediato, a um ataque por parte de ouvintes conservadores. Esta preocupação com a língua pode até mesmo atingir proporções nacionais, como na ampla reacção na Europa contra a invasão do inglês.

1.2. A identidade linguística e a qualificação dos povos europeus

Relativamente à harmonização linguística e de entre os possíveis cenários para o futuro, o pior cenário seria aquele em que assistiria ao emergir de uma Europa unilingue, onde o inglês assumisse um papel dominante e cada língua nacional perdesse, aos poucos, a sua posição tradicional (Crystal, 2003). O certo é que não é possível contrastar o “soft-power” anglocêntrico com uma única identidade linguística e cultural ao nível nacional quer seja ela italiana, espanhola ou francesa.

Qualquer identidade linguística europeia deve ser verdadeiramente crítica para criar os espaços culturais de cada cultura, associada lógica e invariavelmente à sua língua. Nenhuma das línguas pode requerer para si o domínio de outras, a supremacia relativa, como também não se deve deixar definhar e ceder o seu lugar às demais. Assim, cada país tem o dever de salvaguardar a sua língua, a sua identidade linguística, fomentando o seu fortalecimento, a sua aprendizagem, a sua utilização e publicitá-la e, em simultâneo, permitir a aprendizagem de uma segunda língua qualquer que ela seja, de acordo com os interesses mais imediatos desses países.

É nesta senda que as preocupações dos países europeus se perfilam e os evidenciam esforços no aumento da cultura dos seus povos e na oferta de possibilidades de melhorar as competências individuais dos cidadãos para minorar a dificuldade de a Europa se adaptar à globalização e à transição para uma economia baseada no conhecimento, como foi reconhecida pelo Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000. Era entendimento deste conselho que *“cada cidadão deverá estar provido das competências necessárias para viver e trabalhar nesta nova sociedade da informação”* e que *“as novas competências básicas, que serão proporcionadas através da aprendizagem ao longo da vida, deverão ser definidas num quadro europeu: competências em TI, línguas estrangeiras, cultura tecnológica, espírito empresarial e competências sociais”*.

Por essa altura, já a Europa sentia que os seus recursos humanos eram a sua principal vantagem em termos de crescimento e emprego, sendo o mesmo reafirmado no relatório das conclusões da reunião da presidência do Conselho da

União Europeia, em 2005, em que se debateram várias questões entre as quais o relançamento com a revisão intercalar da Estratégia de Lisboa. Este documento, que define parcerias para o crescimento e o emprego, consiste num sistema complexo de políticas de desenvolvimento que assenta nos domínios do económico, social e ambiental e, numa perspectiva integrada, procura solidificar um conceito de desenvolvimento sustentável para a Europa. O conceito de Europa, como um espaço cultural diverso, heterogéneo e também um espaço de desenvolvimento económico e social muito desigual, onde o objectivo de os cidadãos se assumirem como cidadãos da Europa, implica o reconhecimento dessa realidade e exige uma forte unidade na diversidade europeia, apela a grandes investimentos na educação e no aumento das competências individuais.

A necessidade sentida por Portugal no aumento das competências dos seus cidadãos fez com que se comesse a fomentar a formação dos trabalhadores, no sentido de os apetrechar de mais e melhores ferramentas para o desempenho das suas funções.

Depois destes entendimentos do Conselho Europeu, um grupo de trabalho elaborou um conjunto de competências essenciais (combinação de conhecimentos, aptidões e atitudes) necessárias na sociedade do conhecimento, e preparou várias recomendações visando garantir que todos os cidadãos as possam adquirir de modo a facilitar a sua realização pessoal, a inclusão social, a cidadania activa e o emprego. O aumento das literacias nos indivíduos está a levar as pessoas a aceder à informação e aos serviços mais recorrentemente, e está a mudar a estrutura e a composição da sociedade. Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2005) *“a coesão social e o desenvolvimento da cidadania democrática são preocupações cada vez mais prementes e exigem que os cidadãos estejam bem informados, se envolvam e sejam activos”*. Em resultado, os conhecimentos, as aptidões e as atitudes necessárias estão também em mudança. Os trabalhadores sentem necessidade de actualizar as suas competências profissionais específicas, e de adquirir competências genéricas que lhes permitam adaptar-se às mudanças. Os conhecimentos, aptidões e atitudes da mão-de-obra são essenciais para a inovação, produtividade e competitividade, e contribuem para a motivação e a

satisfação profissional dos trabalhadores, assim como para a qualidade do trabalho. Subjacente às diferentes dimensões da Estratégia de Lisboa está uma dimensão cultural que deverá ser salvaguardada, visando o reforço da cidadania europeia, a promoção da igualdade de género e a protecção das identidades culturais de cada parcela comunitária, nomeadamente a sua diversidade linguística, religiosa e étnica. Esta dimensão cultural pressupõe e implica o aumento das competências individuais que categorizam os trabalhadores. Portugal para se integrar devidamente num grupo de países onde os trabalhadores e as empresas lutam entre si pela conquista de mercados comerciais e pretendem alargar os seus horizontes deve velar porque os seus trabalhadores e as suas empresas sejam mais capazes. Estas competências ou qualificações individuais e colectivas revêem-se nas ofertas de formação que a União Europeia tem disponibilizado para os seus membros e que, em Portugal, tem merecido especial atenção num contexto de formação e de qualificação para o emprego. Assim, a estratégia de Lisboa visa fazer com que os cidadãos europeus sejam preparados como cidadãos para a sociedade do conhecimento.

Nesse sentido, há a necessidade de os portugueses serem qualificados globalmente de modo a garantir a sustentabilidade do seu crescimento e essa qualificação observa-se na elevação das competências individuais. Assim, de entre alguns objectivos destacam-se a promoção de um ensino básico de elevada qualidade, nomeadamente no primeiro ciclo, proporcionando aos alunos um conjunto de actividades – curriculares e extra-curriculares – que dêem resposta à sua natural curiosidade, criatividade e gosto pela experimentação e, a exemplo, a generalização do ensino do inglês no 1º ciclo do ensino básico onde se pretende atingir 100% dos alunos do 1º ciclo do ensino básico, em 2009. Outro objectivo a atingir é o da elevação da atractividade do ensino secundário, pela diversificação das ofertas formativas, introduzindo uma flexibilidade que permita dotar com bases sólidas de conhecimento, em áreas fundamentais como o Português, a Matemática, a Física e o Inglês para aqueles que queiram prosseguir os estudos no ensino superior e para aqueles que queiram optar pela inserção imediata no mercado

de trabalho. Outro dos objectivos consiste no reforço da atractividade das áreas tecnológicas e o alargamento das oportunidades de acesso à educação e à formação no quadro da aprendizagem ao longo da vida, a promoção do uso efectivo das TIC e uma sociedade da informação inclusiva, o reforço da educação para a cidadania, em particular através da educação para o desenvolvimento e o reforço da componente cultural, artística e desportiva nos processos de aprendizagem e formação ao longo da vida.

Estas qualificações dos portugueses permitir-lhes-iam, na filosofia da construção europeia e da cooperação internacional, o papel da afirmação de Portugal no cenário internacional e esse protagonismo desenvolveria a construção da identidade nacional e da pertença internacional. Entendido que a língua é um factor de ligação cultural entre os povos e sabendo-se que o Português é uma língua falada por cerca de 200 milhões de pessoas distribuídas por países, sobre os quais há interesses de relação comercial e cultural, Portugal teria aí um dos vectores de afirmação, no contexto europeu. A língua portuguesa funcionaria como elemento aglutinador e gerador de consenso a uma escala global, serviria de promoção da cultura portuguesa como factor de mais-valia nacional e de reforço das relações privilegiadas com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), Timor-leste e Brasil, fundamentalmente. O papel de Portugal, assente no valor da língua, passaria pela atribuição de uma cooperação para o desenvolvimento contribuindo para a paz e a segurança internacional, para a prevenção dos conflitos, para a redução da pobreza e inserção destes países na economia global, por assegurar maior participação de Portugal no comércio e investimentos globais. Portugal veria assim fortalecidas as suas relações com as regiões mais dinâmicas e inovadoras da economia mundial, localizadas nos Estados Unidos da América e na Ásia, pela ampliação do papel construtivo das comunidades portuguesas, incluindo nos domínios da ciência e tecnologia, valorizava a imagem de Portugal e dos respectivos produtos junto dos países de acolhimento e melhorava o envolvimento da população e das instituições nacionais na construção europeia.

O aumento das qualificações dos portugueses e das suas competências linguísticas básicas fundamentais, da numeracia e das TIC é uma condição essencial para aprender, e aprender a aprender, pois sustenta todas as actividades de aprendizagem. É claro que a globalização da economia, política e comercial/industrial, exige uma predisposição para se aprender uma língua estrangeira. A estratégia de Lisboa assume o aumento de competências como a aprendizagem de línguas estrangeiras enquanto forma de preparar o cidadão para a profissão, de facilitar a integração no mercado de trabalho e de servir de base à compreensão da conversação entre os trabalhadores de diferentes estados e línguas. Em Portugal não é exigível que essa língua a aprender seja o inglês. Poderá ser qualquer uma que se perspetive como facilitadora de emprego. O que se tem verificado é que as opções têm recaído ora no inglês que nos aparece como a língua estrangeira mais aprendida em todo o mundo, e o espanhol, ultimamente, baseado na procura de emprego no país vizinho e actualmente muito procurado e destino de muita população trabalhadora.

A comunicação na língua materna traduz uma capacidade de expressão e interpretação do pensamento, de sentimentos e de factos, tanto oralmente como por escrito (escutar, falar, ler e escrever), e interagir linguisticamente de forma apropriada em todas as situações da vida social e cultural — educação e formação, trabalho, vida privada e tempos livres.

Estas competências linguísticas exigem do indivíduo o conhecimento do vocabulário básico, da gramática funcional e das funções da linguagem e pressupõem a consciência dos principais tipos de interacção verbal, de diferentes tipos de texto literário e não literário, das principais características dos diferentes estilos e registos da linguagem, e da variabilidade da linguagem e da comunicação em diferentes contextos. Segundo o grupo de trabalho da Comissão Europeia (2004) *“os indivíduos devem possuir aptidões para comunicar de forma oral e escrita num vasto leque de situações de comunicação e controlar e adaptar a sua comunicação às exigências da situação”*. Devem também ser capazes de escrever e ler diferentes tipos de textos, de procurar, coligir e processar informação, fazer uso das ferramentas auxiliares, formular e expressar os seus próprios argumentos de uma maneira convincente e adequada ao contexto.

Relativamente à comunicação em língua estrangeira estas competências assentam, tal como para a língua materna, nas capacidades de compreender, expressar e interpretar pensamentos, sentimentos e factos tanto oralmente como por escrito (escutar, falar, ler e escrever) em diversas situações da vida em sociedade e requer ainda aptidões como a mediação e a compreensão intercultural. As competências na língua estrangeira obriga ao conhecimento de vocabulário e gramática e uma consciência dos principais tipos de interacção verbal e de registos de linguagem quer através de mensagens faladas, quer através de iniciar, manter e concluir conversas e de ler e compreender textos adequados às necessidades do indivíduo.

1.3. A língua na comunicação internacional

Se hoje a competência em língua estrangeira é considerada um factor essencial na formação dos indivíduos e das sociedades e se se podem contar por milhões o número de pessoas que lêem ou falam e escrevem o Inglês ou qualquer outra língua, nem sempre foi tão grande o número de pessoas que dominavam as técnicas de leitura e da escrita. Por exemplo, na idade média, o analfabetismo era comum a tal ponto que quando um rei necessitava comunicar com outro via-se na contingência de chamar um escrivão para que este desenhasse a mensagem de tal forma que pudesse ser lida pelo outro. A inexistência da imprensa levava a que as mensagens escritas nunca fossem iguais perante o mesmo conteúdo, pois cada escrivão tinha o seu modo de apresentação de conceitos e de mensagens.

É por todos sabido que os grandes acontecimentos na corte eram presenciados por alguns escribas que tinham a função de registarem as ocorrências. Também acompanhavam os grandes eventos como, por exemplo, Pêro Vaz de Caminha acompanhou, como escrivão da armada, em 1500, a expedição portuguesa sob o comando de Pedro Álvares Cabral. A arte de bem escrever era uma habilidade profissional especializada, ao alcance de poucos. Hoje, o domínio da leitura e da escrita é uma condição essencial para qualquer cidadão e os menos qualificados são sempre os preteridos numa hora de

selecção quer no plano social, quer num contexto profissional. Aliás, como refere Suchtz, e bem, hoje começa a ser indispensável sermos bilingues pois o monolinguismo começa a tornar-se uma ameaça para nós e sê-lo-á para os nossos filhos, comparativamente com há 50 anos atrás em que pouca importância se colocava ao estudo ou conhecimento de uma segunda língua.

Segundo este autor e debruçando-se sobre factos históricos recentes, a Inglaterra ascendeu a uma posição de primazia em relação a outros países ao longo do século XIX em virtude do seu poderio económico, sustentado pela revolução industrial. Este poder fomentou a expansão da colonização britânica e, com ela, a disseminação da Língua Inglesa. Por outro lado, após a segunda guerra mundial, os acordos tácticos que aliaram os Estados Unidos ao Reino Unido fizeram com que a Língua Inglesa se implantasse em desfavor da Língua Francesa, até aí com certa implantação e poder de comunicação sobretudo no meios diplomáticos, solidificando-a na posição de padrão de comunicações internacionais.

Para além disto, o aumento dos contactos internacionais fomentados pelos meios de comunicação social, pela redução dos custos das passagens aéreas, pela revolução informática e tecnológica, pelas comunicações via satélite e pela autoestrada da comunicação que se assume hoje a internet faz com que o mundo sinta uma necessidade de estabelecer uma linguagem comum que nos identifique neste novo mundo global.

Neste contexto Crystal (1997, p.5) refere que

“há estimativas de que 75% de toda comunicação internacional por escrito, 80% da informação armazenada em todos os computadores do mundo e 90% do conteúdo da Internet são em inglês”. Ainda segundo o autor “parece bastante claro que antes do término do século 20 todas as comunidades do mundo vão ter aprendido a se comunicar com o resto da humanidade. Neste processo de intercomunicação a língua inglesa já se tornou a língua mais importante no planeta”.

Daqui se deduz que o Inglês se vai assumindo como uma língua global e se torna numa importante ferramenta académica e profissional. Por isso, é usada

como língua de comunicação no mundo científico, no mundo empresarial e no de negócios. Segundo a perspectiva de Schutz (2006, p.34)

“a riqueza material e o dinheiro serão substituídos pela informação e pelo conhecimento e estes serão factores determinantes na estruturação da futura sociedade humana e proficiência na linguagem de então serão essencial para se alcançar o sucesso”.

Desta forma poderemos compreender que, para o autor, a informação disponibilizada, aquele a que temos acesso no dia a dia, nos aparece principalmente na língua inglesa e, no domínio dessa informação é que radica a possibilidade de sucesso e o consequente acesso à economia e às finanças da humanidade, do homem.

Pires Portugal (2003), na sua campanha para uma linguagem universal refere que as vantagens de uma única língua universal seriam muitas mais do que as suas desvantagens, embora as considere também. Para o autor, qualquer uma das línguas seria ótima como língua universal mas considera que o Esperanto, apoiada pela Academia Francesa e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), se encontra em desvantagem para o Inglês e cada vez mais vai perdendo a sua posição para o inglês em virtude desta língua se encontrar como suporte da Internet. Por outro lado a Língua Inglesa sofre a desvantagem de ser a língua falada pelos estadinadenses e, com isso, sofrer o antiamericanismo dos países ou indivíduos que não assumem os seus pontos de vista políticos, económicos, culturais, entre outros. *“Os patriotismos e os preconceitos racistas, nacionalistas ou patrióticos”* deveriam ser colocados de parte pois seriam muitas as vantagens de uma uniformização global de uma segunda língua.

Ainda segundo o mesmo autor, a apropriação de termos mundialmente conhecidos, sobretudo os relacionados com as novas tecnologias, deveriam ser assim mantidos de modo a facilitar ou a não prejudicar a sua fácil compreensão e a comunicação.

2. A adopção de uma língua universal

Em Portugal, bem como em alguns dos países europeus, o latim marcou e marca profundamente a língua e a comunicação entre os povos. Tendo sido uma língua trazida pelo Império Romano para a península Ibérica, por cá permaneceu durante muitos anos instituindo-se como uma língua usada na comunicação entre os vários países, principalmente usada em documentos feitos nas chancelarias e tabelionatos. Foi, inclusivamente, adoptada como língua oficial da Igreja Católica e ainda hoje continua a ser a língua eleita para a comunicação oficial da Igreja.

Concomitantemente, outras línguas e linguajares foram proliferando e alicerçando a sua importância na comunicação entre os povos europeus e, até, entre as gentes portuguesas. A forma de vida das populações interveio directamente na propagação de outras línguas e a efervescência política, a importância crescente do comércio exterior, a elevação da burguesia e do proletariado às lideranças políticas e económicas inibe a aprendizagem do latim, considerada uma língua complexa e de difícil e demorada aprendizagem e facilita a penetração de novas línguas como o francês, o inglês, o alemão e o espanhol (Voght, 2003) na Europa e outros linguajares de província como o mirandês em Portugal.

Perante este problema surgiam projectos que perspectivavam a criação de uma língua *ad-hoc*, que não titulada por ninguém, uma língua nova e que servisse como ou de língua universal. Neste aspecto todos estariam em igualdade de circunstâncias na aprendizagem e apropriação de uma língua comum. Contudo, à excepção do Esperanto que ainda hoje é estudada e apontada como uma futura Língua Universal para alguns dos entusiastas linguistas, a maior parte dos projectos de novas línguas não passaram do projecto e, na actualidade, apesar dos enormes avanços científicos e tecnológicos a diversidade linguística continua a refrear a comunicação entre os povos e a Língua Inglesa, embora não seja a única, é aquela que tem servido e predominado no comércio internacional e a que tem sustentado a comunicação na Internet, um meio de comunicação e contacto global e globalizante.

Ao longo do século XX, apesar das diversas guerras surgidas e das diferentes formas de compreender o futuro da humanidade, a necessidade que as populações têm necessidade de contactar universalmente, de comunicar, de assumir relações comerciais internacionais aumentou. Essas necessidades implicam a existência de comunicação e, esta, de uma língua. O que se tem verificado é a constituição de blocos linguísticos, políticos e económicos, de defesa e outros. Esta variedade de blocos não garante, ainda, a existência de uma única língua no seu seio o que perturba a identidade do próprio bloco e a das populações que o constituem.

A Organização das Nações Unidas é o organismo internacional que maior número de países agrega. Este organismo faz as suas comunicações e autoriza as comunicações dentro de si nas línguas nativas dos seus membros com tradução automática para os restantes. Este aspecto encarece os trabalhos dentro do organismo nomeadamente com as traduções. O mesmo acontece com a União Europeia com um grupo que se amplia para 27 países e uma variedade de línguas.

Todavia, sempre que apareceram alguns entusiastas para a adopção de uma determinada língua-base que se fosse internacionalizando até abranger um número de falantes que lhe permitisse ser compreendida como língua ‘universal’, apareceram detractores que sustentaram que o inglês já é falado em muitos países e que a língua é utilizada nas relações e comunicação internacional. O que é verdade é que o Inglês, como língua-mãe, abrange uma pequena parte da população mundial, e a sua universalização não foi sujeita a nenhum protocolo nem acordo internacional (Voght, 2003).

A propósito de uma língua única, universal, Grube (2004) faz um paralelo da língua com outras espécies que habitam a natureza e refere que, tal como a diversidade de habitats fazem proliferar a diversidade das espécies e esta biodiversidade é fundamental para o equilíbrio natural das coisas, também a diversidade de línguas é fundamental pelos mesmos motivos. E salienta que, no caso de se verificar a uniformização das línguas numa única, essa sofreria de tal modo as contingências dos locais, culturas e espaços que, pouco depois, se fragmentaria em muitas outras línguas faladas, pois palavras não faladas seriam

esquecidas e outras palavras seriam formadas para explicar e apelidar coisas próprias de cada zona, de cada região e cultura.

Logicamente que se poderá entender e aceitar a possibilidade, enquanto tal, de existir uma língua oficial ensinada nas escolas, como antigamente o foi o Latim e hoje o Inglês, perspectivar linguagens específicas próprias de cada ciência, como a matemática, a química, a física, a medicina, a computação ou outra, mas torna-se mais difícil compreender ou perspectivar um sincretismo linguístico que tornaria a morfologia, a fonética e a gramática demasiadamente complexas. Para Grube (2004) o português encontra-se, actualmente, terrivelmente influenciado por anglicismos e, por tal, as línguas oficiais de cada estado devem ser protegidas pela lei de modo a não serem esmagadas por uma língua internacional.

“Por isso, em vez de adoptar termos estrangeiros, como “e-mail”, “mouse”, “net”, “marketing” como estamos acostumados a fazer, deveríamos usar as traduções ou o que mais se adaptar, em cada caso: “Correio electrónico”, “rato”, “rede”, “comercialização”. A não ser quando realmente inexistentes, factos realmente novos, inéditos.” (Grube, 2004, p.108)

Alguns termos técnicos exportados para todos os países quase em simultâneo e que são utilizados para a compreensão e aprendizagem técnica poderão e deverão, segundo o autor, ser adoptados mesmo que, internamente, sejam adaptados. Ora se em Portugal há palavras que podem substituir as que se importaram com os computadores e as suas tecnologias, deveriam ser utilizadas em prol da língua portuguesa.

Voght (2005), baseado numa distinção entre língua universal e língua internacional de Fernando Pessoa, em *A Língua Portuguesa*, refere que o Português será uma língua universal como outras línguas de alta cultura (francês, alemão, inglês) mas é também uma língua internacional como o já foi o francês no século XIX e parte do século XX e é, hoje, o inglês. À luz dos conceitos contemporâneos, o Português seria uma língua universal mas não global como o é o inglês da actualidade, que é uma língua franca transnacional, apresentada por um vocabulário de cerca de três mil palavras quando, na sua universalidade

apresenta mais de quatrocentas mil. Neste sentido, constata-se que quanto mais global é uma língua mais restrita nessa função é a mesma língua. Pelo contrário, quanto mais regional for uma determinada língua, mais ampla e universal é a sua função e o seu funcionamento, pois, como refere Hagège (2000, p.17) a língua *“carrega as marcas das operações pelas quais se exprime o universo das coisas sensíveis e dos conceitos”*. Por curiosidade e exemplo apresenta-se o termo, português, assucador. Seria impensável que toda a pessoa conhecesse quer o significante, quer o significado do termo. Contudo, será impensável que uma pessoa do campo, da região norte de Portugal, não conheça quer o instrumento quer a sua função: um arado de duas aivecas (peças do arado que servem para afastar a terra do rego) largas.

3. A sobrevivência de certas línguas

Qualquer língua, analisada à luz da história da Humanidade, apresenta um carácter evolutivo enquanto utilizadas. São resistentes ao tempo, à evolução tecnológica, social e às relações económicas. *“As línguas alteram-se, adaptam-se, empobrecem, enriquecem-se”* (Hagège, 2000, p.19). Podem até cair em desuso e morrerem com a extinção dos seus locutores, dos seus utilizadores. Mas, enquanto vivas, enquanto utilizadas, não se vislumbra melhor instrumento para a inserção do indivíduo na sociedade.

Deixando de ser utilizadas, de haver locutores dessas línguas, diz-se que serão mortas. Contudo, mesmo assim, há exemplos de algumas línguas que deixaram de ser utilizadas na comunicação entre as pessoas e não deixaram de ser estudadas: por exemplo, o latim e o grego. Como línguas de antigos impérios, de antigas culturas dominantes, a espaços da história da Humanidade, o latim e o grego foram até há bem pouco tempo disciplinas curriculares em Portugal e são-no ainda em França e servem para o estudo e compreensão da História da Humanidade em vários campos, dos quais destacamos na língua, a gramática e a ortografia, a história da civilização, a astronomia e a matemática. O latim e o grego são duas línguas com pouco valor na comunicação mas que detêm importância no estudo e conhecimento das línguas que de si derivaram.

As palavras morrem muito mais rapidamente do que a língua. Segundo Hagège (2000) a sua morte deve-se às alterações económicas e sociais pois estas alterações não podem deixar o léxico intacto e invariável visto que as palavras reflectem as culturas e as ideias, à lei do tabu que consiste no abandono de determinadas palavras tendo em vista a sua correlação com maus presságios ou infortúnios e o desaparecimento dos significados.

Uma língua não mais falada não está necessariamente morta, e pode até mesmo recobrar ânimo, como aconteceu, de maneira surpreendente no século vinte (XX), com o hebraico, que não era mais falado há oito séculos.

Hoje em dia, apesar de o latim não ser falado, continua a viver na nossa cultura através de uma presença lexical em todos os sectores da reflexão teórica: da filosofia à medicina, da jurisprudência à física e à matemática (Vaquet, 1998, p.31). Deste modo, o fim de um povo não pode ser associado ao fim de uma língua e uma língua será considerada morta se não estiver, pelo menos, associada à cultura de um povo, mesmo que esse tenha simplesmente desaparecido.

4. A terminologia inglesa

A língua inglesa tem vindo a ocupar um espaço cada vez mais nítido em vários domínios da vida social, cultural e económico. As relações de proximidade global que se têm desenvolvido em diferentes âmbitos da vida têm criado as condições excelentes para que se vá incrementando esta língua como suporte do entendimento, da comunicação e da globalização, percebendo-se que está ao serviço e serve a mundialização, a globalização.

4.1. O inglês e a ciência

Pelo estudo da história cultural da Língua Inglesa se verifica que esta é um instrumento com que o indivíduo consegue dominar seja esse domínio exercido pela sedução, pela intimidação ou imposição. Esta última forma de domínio, impondo-se aos anteriores foi muito utilizado por todos os impérios colonizadores

pois, desta forma, impunha rapidamente a sua língua e cultura. Aos nativos não lhes é dada a oportunidade do diálogo, antes, há a usurpação da sua língua e cultura e a força opressora da nova cultura e da nova língua. De acordo com Bakhtin (1997, p. 67), *“somente através da experiência vivida é que se adquire a competência para determinados usos da língua”*, isto é, no fazer do dia-a-dia é que nos construímos e somos construídos.

A língua inglesa tem o seu papel na ciência, sobretudo na comunicação científica, quer escrita, quer falada. Segundo artigo publicado num jornal nacional de grande tiragem (Público, 12/8/99), assinado pelo professor Araújo de Barros (1999), o autor reclama da utilização por parte de muitos cientistas do inglês na elaboração dos seus trabalhos de doutoramento. Miguel Mota, investigador coordenador e professor catedrático, jubilado, vem referir-se a este comentário justificando (22/10/1999) que pelo aparecimento das línguas se tem o direito de as utilizar e que por ser a língua portuguesa falada por menos pessoas do que a inglesa, não deixa de verificar-se certa razão para a utilização desse recurso que diminui, segundo o autor, os obstáculos à comunicação. Para além deste entendimento, sugere que o aparecimento de uma sociedade em que vivemos, designada de sociedade de comunicação, e a evolução dos meios de comunicação, torna desejável a utilização de uma única língua de modo a que todos possam comunicar entre si. Sónia Vasconcelos (2008) refere que *“é necessário considerar o cenário actual da pesquisa científica. Hoje, diferente do que acontecia até pelo menos a década de 1980, ciência em inglês é um imperativo. Se considerarmos que mais de 95% dos artigos na base de dados do Science Citation Index está em língua inglesa.”*

Tal como na ciência, na aeronáutica ou de navegação aérea a premência de utilização de uma língua transversal, neste momento o inglês, como já noutros foi o latim, o francês, este mais no campo diplomático, e até o alemão a todos os países é total, caso contrário ninguém compreenderia tantas línguas e tantos idiomas. A perda de importância destes dois países, França e Alemanha, no contexto mundial e a concomitante expansão do inglês, como consequência da expansão do império britânico e do desenvolvimento dos Estados Unidos, este principalmente após a segunda Guerra Mundial, tornaram essa língua uma

verdadeira língua internacional. Para a autora referida, Sónia Vasconcelos, (2008) as tentativas para criar uma língua independente e universal, de que a mais conhecida foi o esperanto, falharam completamente e, nos dias de hoje, é o inglês, sem qualquer dúvida, a língua universal. Esta importância verifica-se até, segundo o próprio, em algumas revistas científicas alemãs, antigas e de grande prestígio, que para além de só publicarem artigos em inglês, até mudaram o seu título de alemão para inglês. Assim, entre outras, o “Archiv fur Microbiologie” passou a ser “Archives of Microbiology”, o “Zeitschrift fur Pflanzenzuchtung” passou a chamar-se “Journal of Plant Breeding”.

Voltando às teses de doutoramento serem escritas em inglês, o que não desvaloriza as outras línguas em que poderiam ser escritas, o caso não foge a esta regra e não é só em Portugal que tal acontece pois as teses indianas, por exemplo, também são escritas em inglês para que os cientistas de outros países as leiam e argumentem e aprovem ou não.

O nosso Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tornou-se o expoente máximo da opção governativa de apostar na língua inglesa como meio de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico em Portugal (Fidalgo, 2006) pois, conforme versão oferecida pelo referido ministério na sua página de Internet, os documentos assinados entre o Estado português e instituições privadas estrangeiras têm unicamente uma versão em inglês. Por outro lado, também os recentes acordos com universidades americanas são o caso mais próximo e paradigmático. Quem quiser conhecer o conteúdo desses acordos terá de dominar a língua inglesa.

Ainda segundo o mesmo autor (Fidalgo, 2006), a subserviência deste ministério à língua inglesa não é de agora, pois de há anos a esta parte que a investigação em Portugal só é financiada pelo Estado se os projectos aos concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia forem submetidos em inglês, seja qual for a área científica, como facilmente se comprovará ao ler as condições dos concursos na página da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Os artigos publicados no estrangeiro têm uma ponderação maior na avaliação da actividade científica. O que induz à bizarra iniciativa de um centro de investigação português

ter uma revista em inglês, publicada em Inglaterra, chamada *Portuguese Journal of Social Sciences*, financiada pela mesma Fundação.

Não discutindo os princípios que os nossos governantes seguem na insistência da prevalência da língua inglesa sobre a portuguesa nas publicações científicas, e menosprezando a inconstitucionalidade de tais orientações revista na alínea f) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, poder-se-á referir que em cada tempo houve uma língua franca nos meios científicos, como o latim que Espinosa usou ou o francês, para o Discurso do Método, que usou Galileu. Em Portugal já houve épocas em que as suas elites liam e escreviam em francês. A Geração de 70 foi educada no francês, tal como em francês foram formados os positivistas lusos do final da monarquia e do princípio da república. De toda essa formação e usos o que restou foi, sem dúvida, nada ou muito pouco. Por isso, não se deve repetir o mesmo com o inglês. A cultura científica da sociedade portuguesa tem de ser feita em português, porque só pode ser feita em português (Fidalgo, *idem*). É em português que vivem e pensam os portugueses e será na sua língua que terão de se cultivar cientificamente, caso essa cultura não seja postiça (Fidalgo, *idem*). Para si, o inglês enquanto língua franca não é o inglês da literatura inglesa e americana, mas sim um inglês de superfície, onde as palavras e as expressões são despidas da sua profundidade histórica, do seu sentido múltiplo. Por isso, investigar em diversos campos e publicar em inglês só se faz à custa de um empobrecimento da própria investigação científica produzida e da língua nativa pois, os falantes nativos têm acesso ao substrato de uma língua de uma forma que não têm os que a falam como segunda língua.

4.2. O inglês no futebol

Com em outros desportos, a terminologia no futebol advém, em grande parte, do inglês visto este ser um desporto que teve aí a sua génese. Não sendo nosso objectivo apresentar a história do futebol, apresentamos alguns dos termos que na imprensa desportiva se encontram, ainda hoje, volvidos que são mais de cem anos da importação deste desporto para Portugal e que derivam directamente do inglês. Estes termos (goal/golo, corner/canto, match/jogo,

football/futebol, stadium/estádio, defense/defesa, e outros) têm uma significação própria, definem momentos, técnicas, espaços, envolvimento, gestos ou apuros de táticas e torna-se já difícil substituí-los por termos portugueses de tão completamente implantados que se encontram.

Assim, encontram-se na imprensa desportiva termos que proliferam em virtude do contacto permanente dos profissionais do jornalismo desportivo com essa terminologia, quer nas suas investigações, quer nas suas intervenções profissionais. Logicamente que ao longo dos anos alguns dos termos foram sendo substituídos gradativamente por termos equivalentes ou criados a partir de processos morfológicos da língua portuguesa ou, ainda, adaptados à fonologia do português consolidaram o seu uso.

4.3. O inglês na economia

O conceito de globalização trouxe alterações significativas ao mercado e às economias nacionais, deixando estas de existir no sentido da criação de uma economia global e integrada. A língua falada toma expressão no comércio entre as nações pois este comércio exige comunicação entre vendedor e comprador, o que por sua vez exige um idioma que ambos conheçam bem para que não surjam mal-entendidos. As diferenças linguísticas dificultam o comércio entre os países do mundo, e os gastos com traduções são muito elevados.

Na economia, como noutras áreas, o inglês é o idioma mais falado no mundo. Como meio de comunicação dentro de empresas a utilização de uma mesma língua reduz custos com intérpretes e traduções. Por outro lado, funcionários que não dominam a língua temem ser discriminados na hora das promoções. O uso de uma mesma língua dentro de uma mesma empresa com várias filiais internacionais é uma estratégia obrigatória para a empresa e essa escolha recai, quase invariavelmente, sobre o inglês. Por exemplo, em empresas de países pequenos como Noruega, Dinamarca e Holanda, geralmente só se fala inglês. Estas deixaram a língua nacional totalmente de lado. Mas na maioria das firmas impera a cultura bilingue. Exemplos como o *Deutsche Bank* e a *Siemens*,

onde assuntos internacionais são tratados em inglês, e os nacionais, em alemão ou na língua nativa do país em questão.

A adaptação a uma nova língua é um factor que implica um investimento de tempo. Para essa adaptação, certas empresas fomentam o domínio linguístico, através do recurso a um inglês simples, o chamado *Basic English*. Esse permite expressar-se com um vocabulário entre 400 e 800 palavras. Em muitos locais de trabalho, o *Basic English* é obrigatório pois através dele um operário consegue comunicar no estrangeiro.

Estas novas necessidades sentidas em alguns países da Europa, como a comunicação na comercialização dos seus produtos, faz com que todos tenham que fazer um forte investimento em abrangentes reformas estruturais para assim poderem apoiar a sua recuperação ou expansão económica. A União Europeia prevê ser, a curto prazo, em 2010, a região mais dinâmica e com maior força de concorrência no mundo. Se tal vier a suceder e no sentido de prevenir os embaraços comunicacionais no comércio internacional uma das medidas a tomar seria a adopção de um idioma comum de trabalho para minorar estas dificuldades que fariam desaparecer as barreiras de comunicação existentes entre as diferentes populações. Numa união de carácter económico seria, pensamos, muito mais importante ter o mesmo idioma de trabalho do que ter uma moeda comum.

5. O inglês e a cidadania linguística europeia

Em Portugal e de uma forma mais ou menos laica poderemos dizer que uma das iniciativas deste governo de Portugal e que mereceu uma aprovação quase generalizada dos portugueses foi a de implementar o ensino e a aprendizagem do inglês no primeiro ciclo do ensino básico. O governo assentou a ideia num pressuposto de que, sendo o inglês uma língua universal e de que as transacções económicas e científicas internacionais se fazem assentes na língua inglesa, então haverá que dotar de competências nesta língua os portugueses, de modo a que possamos, num futuro tão próximo quanto possível, aspirar a esse

círculo de eleição. Os mais acérrimos defensores destas ideias acreditam até de que será este o caminho para abrir, em definitivo, as portas da Europa a Portugal.

Há algumas famílias que apresentam um estatuto sócio-económico elevado que fazem com que os seus filhos frequentem, desde tenra idade, colégios privados para aprenderem línguas estrangeiras, sobretudo o inglês. Ao nível das famílias mais desfavorecidas ou menos atentas ao problema, o Inglês só aparece na vida dos seus filhos à entrada do 1º ciclo, com aulas de carácter lúdico em que começam a contactar com a língua. Neste caso, embora se verifiquem aspectos de sucesso na aprendizagem e no ensino desta língua, verifica-se que nas famílias menos favorecidas e com menor índice cultural, as crianças e as famílias dão pouca importância a esta iniciativa.

Esta pouca importância atribuída à aprendizagem do inglês advém das baixas expectativas que as famílias têm para com os seus filhos. Integradas num meio social e cultural baixo, com dificuldades económicas, sem acesso à cultura e aos seus meios, vivem norteadas pela sobrevivência diária e pela manutenção dos rendimentos mínimos não têm sensibilidade ou poder, e não compreendem pois não foi devidamente explicado às populações a implementação desta directiva ministerial, educativa, para compreender e velar por uma educação em que a aprendizagem de uma língua estrangeira é fulcral num mundo global onde a qualificação fará a diferença.

Steiner (1992) reconfirma uma ideia avançada em 1975 de que o avanço do inglês sobre outras línguas seria “*óbvio e possivelmente irreversível*”. Contudo, segundo Voght (2003), nenhuma das línguas deve exercer um primado sobre outra e ser tida como uma língua comum pois compreendendo que a língua, para além de importantíssimo papel na comunicação entre os povos é também um veículo cultural importante de onde se depreende que a adopção de uma língua única para a União Europeia, neste caso considerada como um conjunto de países ou estados membros, seria um primeiro passo para a erradicação de um sem número de culturas de outros povos o que desestabilizaria esta União que se pretende.

Então questionar-se-á se será tão importante a unificação de uma língua para todos os povos europeus pois não será por esse motivo que a União

Europeia será mais ou melhor identificada, não será a língua um factor de identidade europeia. Por outro lado, o *correr* atrás de uma língua europeia ou o projectar para um futuro, mais ou menos distante, a unificação de uma língua leva a que, neste momento, se publiquem livros científicos, culturais, técnicos e programas de ensino de inglês para os visitantes de Inglaterra.

Outros problemas há que levam a que se preveja grande dificuldade na adopção de uma língua mais ou menos global, mais ou menos uniformizada por todos os estados membros europeus ou ocupe o espaço de língua materna universal. Logicamente que este facto levaria, automaticamente, à marginalização de milhões de falantes de outras línguas foneticamente muito diferentes. A sua aprendizagem na escola levaria a uma separação entre os aprendizes e os não aprendizes, ou seja, entre pais e filhos, ou jovens e menos jovens o que implicaria que a língua aprendida seria a língua de prestígio social, a linguagem da comunicação, a da moda e a língua dos pais, dos mais idosos seria uma linguagem em desuso, uma linguagem de gente inculta e inadaptada à situação internacional. Este seria um problema sociológico de difícil solução. Todavia, mesmo que se previsse a resolução deste problema em poucas gerações, outro emergiria: o manter uma uniformidade numa língua falada por mais de cinco mil milhões de pessoas. Dissemos atrás que a língua se constitui como um veículo cultural. Deste modo, a cultura tenderia, tal como a Língua a uniformizar-se, a globalizar-se culturalmente, o que não merece a nossa concordância.

A União Europeia defende uma Europa multicultural e multilingue no respeito pela cultura de cada povo e das tradições em que cada povo se revê. O multilinguismo e a multiculturalidade defendida pela União Europeia justificam a existência da própria entidade que superintende à Europa.

A Comissão Europeia fixou um objectivo fundamental para o desenvolvimento da comunidade europeia: os cidadãos deviam ser encorajados e ensinados a dominar três línguas europeias: a sua própria língua e duas estrangeiras.

Esse objectivo, apresentado no Livro Branco sobre a Educação e Formação – Ensinar e Aprender – Rumo à sociedade do conhecimento (1995) poderá perspectivar-se facilmente atingível por alguns dos países europeus que

organizam o seu sistema educativo segundo a aprendizagem de duas línguas estrangeiras desde os níveis mais elementares da escolaridade. Contudo, em Portugal e segundo os modelos educativos que se desenvolvem no ensino público, poderemos vir a sentir que o domínio das línguas estrangeiras não se verifica pois, embora publicite grandes investimentos na educação mais elementar, a verdade é que os seus investimentos são parcos, os recursos humanos mínimos e as reformas educativas são feitas avulso, sem contemplações nem avaliações devidas o que leva a que os conteúdos a aprender sejam de índole interpretativo e não comunicacional. Assim, os alunos aprendem inglês, francês ou outra língua estrangeira com objectivos de cumprimento de um programa que não prevê (incisivamente) a comunicação nessa língua mas estipula um conjunto de objectivos direccionados à interpretação e emprego gramatical. Alguns alunos, de modo próprio, estudam mais aprofundadamente línguas estrangeiras cumprindo cursos de formação pagos por si, casos de alunos universitários e de cursos de linguagem técnica. Deve lembrar-se que, por exemplo, desde 1989 que a legislação permite o ensino do inglês no 1º ciclo do ensino básico mas só agora e de uma forma titubeante, de frequência não obrigatória, é que se implementa e desenvolvem aprendizagens dessa língua, sem seguirem um currículo próprio nem definido. Em simultâneo e para que não restem dúvidas, o Ministério da Tutela decide abonar as autarquias para que estas recrutem os professores para o ministério das aulas de inglês.

Estas atitudes dos responsáveis, nomeadamente, a Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, em nome do Ministério da Educação levam-nos a confirmar que o mais fácil está feito: mostrar que somos europeus e que está garantido o compromisso nacional rumo à sociedade cognitiva, objectivo europeu. Segundo essa Direcção-Geral,

“Na qualidade de Estado Membro da União Europeia e do Conselho da Europa, Portugal respeita e procura seguir as recomendações emanadas de ambas as organizações em matéria de política educativa para a área das línguas, que, por sua vez, se enquadra no princípio de que a diversidade

linguística e cultural é um bem do património comum a preservar. (...) Portugal integrou o Grupo Restrito de quinze países que, a partir de 1998, aderiram ao Projecto Políticas Linguísticas para uma Europa Multilingue e Multicultural. (...)”
(Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva, 1995, p.2)

Contudo se atentarmos nos dados do eurobarómetro (2006), muito tempo após a assinatura desse projecto, que nos mostra que, em média, 17% dos cidadãos da União Europeia aprenderam a primeira língua estrangeira (LE) na escola primária, contra os 2% que se regista entre nós, e que mostra que nenhum dos países europeus, dos 25 países da união europeia, tem menos competências do que nós de uma segunda ou terceira língua e, pior, ninguém está interessado em aprender línguas estrangeiras pois é do entendimento geral que somos auto-suficientes em termos de comunicação linguística.

“Hoje, é sabido que 45% dos cidadãos europeus pode participar numa conversa numa língua diferente da sua língua materna e que 8 em cada 10 indivíduos no Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Suécia falam uma outra língua suficientemente bem para manter a comunicação com outros falantes estrangeiros. Em Portugal, Reino Unido e Irlanda, apenas cerca de um terço da população o consegue fazer”.
(Ceia, 2006).

A própria Comissão Europeia refere que aprender uma língua franca não basta, pois cada cidadão deveria dominar ou possuir competências de comunicação em duas línguas para além da materna. Todavia, na actual configuração do sistema educativo português julgamos que os alunos tão cedo não apresentarão níveis médios de competências europeias pois a oferta é mínima e só se faz até ao 9º ano para duas línguas à escolha, e a partir desse ano, na entrada para o secundário, a oferta restringe-se a uma língua estrangeira. Este aspecto configura-se redutor das hipóteses de aprendizagem e comunicação

de outra qualquer língua que não seja o inglês, pois só se fazem turmas de línguas desde que o número de inscrições, matrículas, seja superior a 15 alunos, o que, convenhamos, não é fácil acontecer para o francês, espanhol ou alemão, como exemplo.

O inglês, nos 3º e 4º anos de escolaridade do ensino básico público, no Programa de Generalização do Ensino de Inglês, é apresentado *“como oferta educativa extracurricular gratuita, que permite desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem deste idioma ao longo da vida, bem como aumentar a competitividade dos trabalhadores e da economia portuguesa.”*

Parece-nos que as boas intenções não bastam para que se dote a população de competências linguísticas suficientes para a comunicação em língua estrangeira. Todavia, foi criado um comissariado pomposamente intitulado “Educação, Formação, Cultura e Multilinguismo” para velar pelo cumprimento das metas apontadas pelo Livro Branco da Comissão Europeia, que ainda não sabemos se algum dia não iremos ter de dar razão à sabedoria popular sueca quando refere que o grande problema das línguas estrangeiras é o termos de saber pensar antes de sabermos falar (Ceia, 2006). Portanto, parece-nos que em Portugal ter-se-á que percorrer um longo caminho para que possamos dizer que há competências sociais para a fala de uma segunda língua que nos coloque ao nível de alguns países europeus que investiram nesse campo nas gerações passadas.

6. O inglês nos currículos nacionais

Desde a criação do ensino liceal, em 1836, conhecida pela reforma de Passos Manuel que a língua inglesa faz parte dos currículos nacionais. A 17 de Novembro de 1836, Manoel da Silva Passos assina um decreto real onde apresenta a avaliação feita ao sistema da *Instrucção Secundaria* (figura 1).

DECRETO.

Atendendo a que a Instrução Secundaria é de todas as partes da Instrução Publica aquella que mais carece de reforma, por quanto o systema actual consta na maior parte de alguns ramos de erudição esteril, quasi inutil para a cultura das sciencias, e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das Artes, e os progressos da civilização material do Paiz: Attendendo outrossim a que não pôde haver illustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de Cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos scientificos e technicos indispensaveis aos usos da vida no estado actual das sociedades: Hei por bem Aprovar, e Decretar o Plano dos Lyceos Nacionais, que Me foi offerecido pelo Vice-Reitor da Universidade de Coimbra o Doutor José Alexandre de Campos, e que vai assignado por Manoel da Silva Passos, Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, para fazer Parte da Plano geral que incessantemente continuará a ser-Me apresentado. O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio das Necessidades, em dezeseite de Novembro de mil oitocentos trinta e seis. = RAINHA. = Manoel da Silva Passos.

Figura 1 – Decreto Real de 17 de Novembro de 1836

Fonte: <http://phoenix.sce.fct.unl.pt/>

Dessa avaliação resulta o surgimento de um plano de liceus nacionais que terão como objectivo dotar as “grandes massas de cidadãos que não aspiram aos estudos superiores de elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado actual das sociedades” (Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1989, p.43). O seu artigo 38º apresenta o objecto do ensino secundário e o seu parágrafo 2 refere-se à Gramática e à Língua Portuguesa e a Línguas mais universais antigas e modernas e à gramática particular de cada uma delas. No campo do estabelecimento das Escolas, o artigo 40º refere que “Em cada uma das capitães dos Districtos Administrativos do Continente do reino, e do Ultramar haverá um Lyceo, que será denominado Lyceo Nacional de ...o local aonde for estabelecido.” E no parágrafo primeiro refere-se que o curso dos liceus constarão as disciplinas e cadeiras de Gramática Portuguesa, e Latina, Clássicos Portuguezes e Latinos; Línguas Francesa e Inglesa e as suas gramáticas (fig.2).

Art. 40.º Em cada uma das Capitães dos Districtos Administrativos do Continente do Reino, e do Ultramar haverá um Lyceo, que será denominado Lyceo Nacional de ...o local aonde fôr estabelecido.

§. 1.º O curso dos Lyceos constará das Disciplinas, e das Cadeiras seguintes:

1.ª Grammatica Portuguesa, e Latina, Classicos Portuguezes, e Latinos.

2.ª Lingoas Franceza e Inglesa, e as suas Grammaticas.

Figura 2 – Decreto Real de 17 de Novembro de 1836

Fonte: *idem*

Na Reforma da Instrução Pública de Costa Cabral de 20 de Setembro de 1844 a Língua Inglesa continua a fazer parte dos currículos e, ao esclarecer as condições de admissão ao primeiro ano da escola das quais fazem parte certidão de idade (14 anos completos) e aprovação nas disciplinas de Gramática Portuguesa e Francesa bem como nas quatro operações fundamentais da aritmética, acresce que aos alunos que se queiram matricular no segundo ano deverão apresentar certidão comprovativa em tais matérias e refere explicitamente que não será passada certidão do curso sem o exame e aprovação de Língua Inglesa (fig.3).

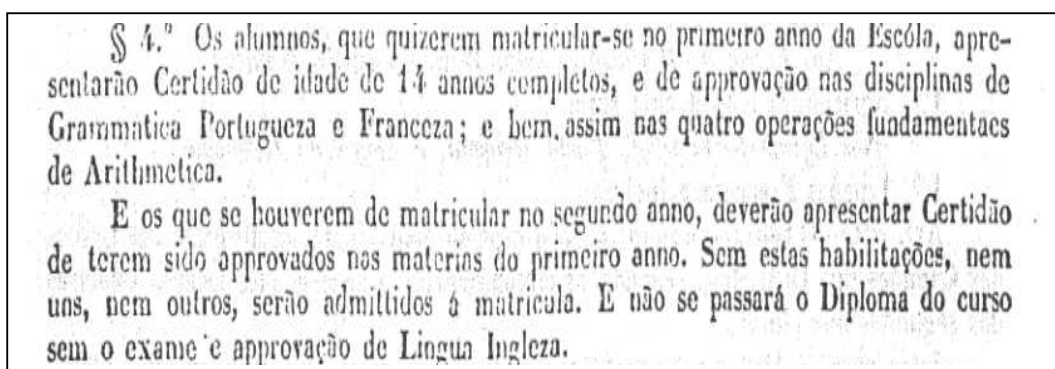


Figura 3 – *In*, Diário do Governo, nº 220, 28 de Setembro de 1844.

Fonte: Adão, Â. *As políticas educativas nos debates parlamentares. O caso do ensino liceal* (2001).

Em 1860, Fontes Pereira de Melo, aprova e publica um Regulamento para os Liceus Nacionais que os divide em liceus de primeira e de segunda classe mas a língua inglesa continua nos currículos em ambas as classes de liceus.

Em 1880 há a Reforma do ensino liceal de Luciano de Castro, Progressista. As suas principais características são a divisão do curso liceal em duas etapas: um curso geral, com quatro anos e oito disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Francesa, Língua Latina, Geografia e Cosmografia, História Universal e Pátria, Aritmética, Geometria Plana, Princípios de Álgebra e Escrituração, Elementos de Física, Química e de Economia Política, e Desenho e um curso complementar, dois anos, separados em Letras e Ciências. Para a secção de Letras estavam reservadas cinco disciplinas: a Latinidade; a Filosofia Racional e Moral e Princípios de Direito Natural; a Literatura Portuguesa; a Língua Grega; a Língua Inglesa ou a Alemã. Para a secção de Ciências havia um total de

seis cadeiras: Literatura Portuguesa; Filosofia Racional e Moral e Princípios de Direito Natural; Álgebra, Geometria no Espaço e Trigonometria; Física e Química; Língua Inglesa ou Alemã.

Três anos depois, em 1883, Tomás Ribeiro, um Regenerador, altera esta partição dos cursos liceais e torna-os num curso único de seis anos. Entre estas duas políticas evidenciam posições antagónicas pois de um lado, os mais conservadores, que procuravam repor o sistema que sempre existira e manter privilégios instalados; de outro lado, progressistas e republicanos, que pretendiam seguir políticas educativas mais actuais e conceder aos liceus públicos e, portanto, às escolas do Estado, um lugar cimeiro, a salvo da concorrência dos privados. (Adão, 2001)

Em 1894, durante a ditadura de João Franco, houve uma grande reforma do ensino secundário, por Jaime Moniz. Segundo Landa (1928, p.25) “*A reforma de 94 pôs ordem no caos que fora até então o ensino secundário, acabou com a absurda concentração de disciplinas pretendendo substituí-la por um plano cíclico e deu, com alguns dos seus programas e conselhos práticos, uma excelente contribuição pedagógica ao ensino*”. Orientada pelos princípios da pedagogia germânica, o curso passou a ser de sete sem distinção entre as secções de letras e ciências. Foi dado grande desenvolvimento ao ensino do latim (sete anos) e do alemão (cinco anos), sendo praticamente banido o ensino do inglês.

A reforma de 29 de Agosto de 1905, de Eduardo José Coelho, vem distribuir o ensino liceal em três ciclos: o 1º ciclo do curso geral, com três anos, um 2º ciclo do curso geral, com dois anos, restabelece-se a separação das Letras e das Ciências nos cursos complementares e substitui-se o ensino do Alemão pelo do Inglês.

As restantes reformas levadas a cabo pelos responsáveis dos respectivos ministérios, “*Reforma do ensino liceal de 1918 de Alfredo de Magalhães, Reforma do ensino liceal de 1926, Ricardo Jorge, o Estatuto do Ensino Secundário, 1931, de Cordeiro Ramos, a Reforma do ensino liceal de 1936, de Carneiro Pacheco, a Reforma do ensino liceal de 1947, de Pires de Lima, a Reforma da Matemática Moderna, 1963, por Sebastião e Silva, a Criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário em 1967, por Galvão Teles, a Reforma do ensino de 25 de Julho de*

1973, por *Veiga Simão e o Lançamento do ensino unificado em 1975*", (Fernandes, R. 1996, p.809), fizeram adaptações formais que tiveram mais ou menos efeito mas nas quais o Inglês continuou e continua nos currículos dos estudantes portugueses pois, hoje, o sistema de ensino português proporciona a todos os alunos a aprendizagem de duas línguas estrangeiras durante a escolaridade obrigatória. A primeira língua estrangeira curricular obrigatória integra os planos de estudo desde o 5.º ano de escolaridade e a segunda a partir do 7.º ano de escolaridade. Os planos de estudo de todos os cursos do ensino secundário integram a disciplina de Língua Estrangeira, com carácter obrigatório, nos 10.º e 11.º anos, na componente de formação geral. O aluno pode dar continuidade a uma das línguas já estudadas no ensino básico ou iniciar o estudo de uma terceira língua estrangeira. O decreto-lei nº 272/2007, de 26 de Julho vem provocar alterações curriculares resultando o novo curso de Línguas e Humanidades da fusão do curso de Línguas e Literaturas com o curso de Ciências Sociais e Humanas. Assim, no novo curso de Línguas e Humanidades, para além da língua estrangeira da formação geral, o plano de estudo integra a disciplina de língua estrangeira como opção na componente de formação específica, nos 10.º e 11.º anos, com um reforço de carga horária.

São quatro as línguas estrangeiras ensinadas nas escolas portuguesas: alemão, espanhol, francês e inglês. Todavia, nem todos os estabelecimentos de ensino estão em condições de possibilitar a frequência das quatro opções, devendo cada Escola, em articulação com as Direcções Regionais de Educação, organizar a sua oferta em função da procura, dos recursos disponíveis e das normas estabelecidas relativamente à organização de turmas.

Ao nível do 1º ciclo, como em ponto atrás referimos e por despacho da senhora ministra da educação foi aprovado o Programa de Generalização do Ensino de Inglês no primeiro ciclo do ensino básico, o qual se desenvolve ao longo do ano lectivo, em regime de complemento educativo, de frequência gratuita, abrangendo os 3.º e 4.º anos de escolaridade dos estabelecimentos públicos onde seja ministrado o primeiro ciclo do ensino básico e com uma duração semanal, correspondente a um tempo e meio lectivo (135 minutos). O desenvolvimento do Programa não pode perturbar o normal funcionamento das

actividades curriculares dos alunos ou do estabelecimento de ensino. Este programa seria sujeito, no final do primeiro ano de funcionamento, à avaliação com vista a apurar o grau de cumprimento dos objectivos definidos para a sua implementação.

7. Os neologismos na cultura linguística

Os neologismos são palavras criadas para designar novas situações, conceitos, factos, objectos, etc, sendo que um neologismo só é sentido como tal durante algum tempo, pois passados anos ou séculos deixam de ter sentido como tal, porque a realidade que ele designa também já não é nova. Há vários tipos de neologismos: os morfológicos, os semânticos, os terminológicos ou neónimos, os literários ou estilísticos e os empréstimos. (Magnus Bergstrom e Neves Reis, 2006).

Cada um destes tipos de neologismos desempenha um papel específico na língua que agora não interessa esclarecer à excepção do de tipo empréstimo pois é desse tipo que nos debruçamos. O empréstimo, segundo o Prontuário Ortográfico e guia da Língua Portuguesa (o.c., 2006) consiste na adopção de uma nova palavra, frase ou expressão de uma língua estrangeira. Empréstimo e estrangeirismo, nesta acepção, podem ser coincidentes sendo que o empréstimo se encontre perfeitamente integrado no léxico que o acolhe enquanto o estrangeirismo não. Quer o empréstimo quer o estrangeirismo se podem adaptar à fonética e à ortografia e podem originar palavras derivadas com o recurso a ortografias completamente arreadas das regras de escrita como por exemplo *scannerização*.

Ora com a generalização do acesso e da comunicação através da Internet a língua portuguesa tem vindo a sofrer uma aproximação à língua inglesa pois consubstancia uma escrita “alternativa” que a aproxima muito mais da expressão oral, para além de incorporar abreviaturas e estrangeirismos, normalmente provenientes do inglês.

Os especialistas na matéria fazem sentir as suas preocupações relativamente a essa nova forma de escrita, vendo-a como uma forma de

corrupção linguística. De qualquer forma, “a realidade é que existe um problema da escassez de conteúdos digitais disponíveis em português. E, como em todas as comunidades, a Internet tem uma gíria, repleta de neologismos, em muitos casos importados do mundo das ciências computacionais, noutros resultantes da imaginação, por vezes inteiramente aleatória, de utilizadores das mais diversas extracções e nacionalidades.” (Luísa Solla, 2006, p.9)

8. O inglês e a terminologia cibernética

De entre os termos empregues na Internet pelo cidadão comum encontram-se *browser* como significado de software que possibilita a navegação pelo *www*, que é, actualmente, o *browser* mais utilizado, o *chat* que se traduz por ‘conversa’, e consiste em *software* que permite o “diálogo directo” entre pessoas ligadas via *internet*, *download* que significa o retirar informação. Normalmente trata-se de recolher informação da rede e carregá-la no disco do nosso computador. O termo *electronic mail* (e-mail, correio electrónico) que é a primeira grande aplicação e permite que mensagens, inicialmente só textuais, mas hoje em dia, qualquer tipo de ficheiro, sejam enviados para qualquer utilizador *internet* que possua um endereço de correio electrónico. A abreviatura FtP de *file transfer protocol*, ou seja o protocolo específico para transferência de ficheiros gif, abreviatura de *graphics interchange format*, ou seja o formato de ficheiro de imagens, fixas ou animadas, particularmente vocacionado para a *internet*, por incluir compressão. O termo *hardware*, conjunto de material que constitui ou está integrado num dado computador, *homepage*, página de acolhimento, é, normalmente, a primeira página de um endereço *www* e costuma conter uma mistura de gráficos e texto, assim como referências, os *hyperlinks*, para páginas com ela relacionadas; *html*, abreviatura para *hypertext markup language*, linguagem normalizada, vinda da SGML, que estabelece como é que o conteúdo e formato de um documento *www* (por exemplo, uma *homepage*) devem ser apresentados e funcionar. *Http* (*Hypertext Transfer Protocol*) – protocolo de comunicação utilizado na Web – linguagem de computador normalizada que facilita e gere o acesso a um documento *www*. A estrutura do *www* depende de

uma linguagem de computador chamada hipertexto. *Hyperlink* – Ligação que permite ter associado a um conjunto de palavras ou imagem o endereço de acesso a outra página html (que poderá estar ou não no mesmo servidor) ou a outra parte da mesma página. Normalmente os hyperlinks estão referenciados nas páginas HTML, por uma cor diferente dessas palavras (habitualmente também sublinhadas) ou da moldura da imagem. Por simples pressão do rato, sobre o texto ou imagem é despoletado imediatamente o processo de acesso ao novo endereço. É frequentemente designada, de forma abreviada, por *link*. *Intranet* – rede de computadores com as características da Internet, mas que é própria de uma instituição e serve para difusão interna de informação a ela respeitante (Galli, 2002). Por outras palavras, é uma espécie de Internet privada, em que os empregados da instituição podem aceder a informação própria e também à Internet, mas em que a informação própria está vedada aos internautas vulgares. IrC (*Internet Relay Chat*) – protocolo para “conversar” em tempo real; *lamer* – caloiro, utilizador pouco experiente; *login* – Entrar. Acesso (entrada) a um sistema ou programa informático; *logout* – Saída (abandono) de um sistema ou programa informático. *Lol* – *laughing out loud*: rindo em voz alta *Netiquete* – As regras da etiqueta e boas maneiras na Internet. *Newbie* – utilizador novato, inexperiente; parecido com *lamer* mas com significado menos depreciativo. Página Html – conjunto de informação que aparece em simultâneo num ecrã. No caso das páginas www, essa informação está toda estruturada e com o aspecto gráfico controlado pela linguagem HTML; *rd/s* – Abreviatura de Rede Digital com Integração de Serviços (em inglês designa-se por ISDN e em francês por RNIS). Rede de comunicação telefónica totalmente digital e que permite a transmissão pela mesma linha de sinais vocais ou sons em geral, telefax, dados de computador ou sinais de vídeo; realidade virtual – simulação do mundo real (visão, som, sensações tácteis) por processos inteiramente controlados através de meios electrónicos (Soares, 1997, pp. 13-14).

Estes e muitos outros termos e especificações de ligações relativos à internet e à sua função se poderiam apresentar evidenciando o aparecimento de um conjunto de neologismos na nossa língua vindo participar na comprovação de que, com o crescente contacto entre os povos, pela existência de grandes meios

de comunicação, pela distribuição mundial dos produtos das grandes empresas multinacionais, a circulação de termos de várias línguas e a sua adopção pelos falantes torna-se mais fácil, especialmente se no seu idioma não existem termos que designem adequadamente esses novos produtos ou aspectos da realidade.

Essa intrusão de termos, sobretudo empréstimos ou estrangeirismos de origem inglesa (anglicismos), que são os mais frequentes, é mais notória em certas áreas como a informática, economia, química, física, desporto e, até, filosofia. Antigamente, os neologismos importados tinham, na sua maioria, origem na língua francesa. Actualmente, em virtude da hegemonia da língua inglesa como canal de comunicação no meio científico, os mesmos surgem quase sempre em inglês, devendo ser morfologicamente adaptados aos vários idiomas.

9. A língua como recurso

A língua é uma força viva que adequa os vocábulos às necessidades. Como tal, se na língua determinados conceitos deixam de fazer sentir a sua necessidade, deixam de constituir um recurso, nós deixamos de usar os vocábulos referentes. Por exemplo, a palavra *sabatina* que nos inícios do meu tempo de escolarização era usada para referir uma avaliação feita ao sábado e respeitante ao debate das matérias estudadas ao longo da semana, hoje perdeu-se pois não existem os contextos da sua aplicação. Ora, este vocábulo foi, como diriam os informáticos “deletado” (Vannuchi, 2006) ou enviado para a lixeira da nossa língua. Como este termo, muitos outros mereceram o mesmo fim levados pela desapropriação de conceitos, pela diferenciação dos referentes e pela modernização de instrumentos, pois o léxico reflecte e regista o dinamismo social, a vida, o momento histórico vivido pelos falantes, o progresso em geral, etc. Se o vocábulo fica sem referente, não tem outro valor.

Tal como a língua esquece alguns vocábulos também ela se apropria de outros. No nosso dia-a-dia confrontamo-nos com inúmeras situações em que o inglês quer seja sob a forma de expressões, quer seja sob a forma de títulos, de nomes ou de chavões publicitários, sentenças, ditames ou provérbios muito batidos pelo uso, que chegam a formar moda, entendida esta como uma forma ou

estilo que num dado momento passam a ser usados intensamente. Como obedece aos mecanismos que regem as modas, o uso segue uma curva de ascensão, apogeu e queda. A característica do modismo é a actualidade, que vem da sua associação a algum facto destacável socialmente. Quando perde a actualidade, cai em desuso. Nas ruas, nos cafés, nas superfícies comerciais, nos nomes das lojas, nas publicidades internas das lojas, nos produtos alimentares, de higiene, de saúde, de moda feminina e masculina, nos transportes e em muitas outras situações e locais encontramos estrangeirismos, sobretudo com recurso à língua inglesa.

O comércio citadino, e não só, adoptou o diferenciado, linguisticamente, para oferecer produtos e serviços na tentativa de atrair o cliente. Quando é oferecido ao cliente um produto igual ao de outra loja, certamente que uma das formas de o diferenciar, reside na comunicação da oferta. O apelo à diferenciação é feito na criatividade que o leva à utilização do inglês.

Mas o recurso à língua inglesa até é compreensível quando não encontramos palavras de substituição ou equivalentes em português o que não acontece quando ao utilizarmos o nosso computador, por exemplo, usamos, muitas vezes, o recurso à palavra ‘mouse’ substituindo o ‘rato’, o videogame, pelo simples jogo de vídeo ou ‘compact disc’ (CD’s) por disco de computador (DC’s). Por uma questão de impacto ou, simplesmente por ser bonito e moderno, usamos também expressões mantidas na sua forma original como “know-how”, “showroom”, “just in time” e termos de liquidação comercial como “off” e liquidações “on/off”.

É claro que, por vezes, o recurso a línguas estranhas ao comprador podem efectivamente atrapalhar e o segredo está no vendedor que, atento ao problema, interage com o cliente.

Além de constitucionalmente defendida e sobreavisada, a língua portuguesa, deveria servir para impulsionar e manter apertados laços culturais de amizade e de cooperação entre todos os povos e comunidades que pensam, falam e escrevem a língua de Camões, pois essa obrigação está constitucionalmente consagrada pelo nº 4 do artigo 7º e prevê a manutenção “de laços especiais de amizade e de cooperação com os países de língua

portuguesa”, pelo nº.3 do artigo 15 que “aos cidadãos de língua portuguesa podem ser atribuídos, mediante convenção internacional e em regime de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros”, na Convenção sobre Igualdade de Direitos e de Deveres entre portugueses e brasileiros, assinada em Brasília a 7 de Setembro de 1971 e regulamentada em Portugal pelo dec-lei nº 122/72, de 22 de Abril.

No que respeita à defesa, valorização, promoção e difusão da língua portuguesa dispõe-se na alínea f) do artigo 9 que é tarefa fundamental do Estado, “assegurar o ensino e valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa”, tarefa esta que faz parte do núcleo básico dos princípios fundamentais da actual Constituição e, ainda na Constituição da República Portuguesa, importa ainda sublinhar que nos termos da alínea h) do nº.3 do seu artigo 74, incumbe ao Estado Português “assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa,” garantindo-lhes por este modo, “o sentido da sua identidade nacional através da manutenção de ligação ao património cultural comum” (Vital Moreira e Gomes Canotilho, *in* Constituição da República Portuguesa, p. 368).

Apesar destas referências e da constatação de que a língua portuguesa está a ser invadida por inúmeros neologismos, inglesismos e outros modismos em Portugal a defesa da língua quase não tem ido além dessas encantadoras normas programáticas, com execução a nível muito reduzido e, na verdade, para a grande maioria dos nossos emigrantes, principalmente em relação aos que vivem em países de língua não oficial portuguesa, poucas são as escolas que asseguram aos seus filhos o ensino da língua portuguesa e o acesso à nossa cultura.

Por outro lado, as agressões à língua portuguesa nos meios da comunicação social são cada vez mais frequentes e incompreensíveis, tanto fonética como sintacticamente, bem reveladores da indiferença e da falta de preocupação e de cuidado na escolha e na contratação de locutores, apresentadores e jornalistas que enxameiam as nossas estações de rádio, de televisão e os nossos jornais.

Para Alcindo Augusto Costa, presidente do Elos Internacional, o último sinal negativo de que Portugal está cada vez menos preocupado com a defesa da sua língua e cada vez mais subordinado aos interesses estrangeiros,

“tanto na linguagem falada como na escrita, mesmo até de alguns governantes, escritores ou pseudo escritores, como nos quadros superiores da Administração Pública, como e principalmente nos diversos meios de comunicação social, impera actualmente a língua inglesa, a tal ponto que até o nome ou designação de muitos dos programas televisionados é em inglês e são muitos os jornalistas que nas suas mais simples crónicas utilizam desnecessariamente uma ou mais palavras inglesas. A língua inglesa é também cada vez mais, pródiga e desnecessariamente utilizada em Portugal a nível comercial, industrial, contabilístico e informático.” (Mundo Lusíada, em 30 de Novembro de 2006).

No campo musical, salvo uma ou outra estação radiofónica, passamos o dia-a-dia a ouvir música quase sempre cantada em inglês, com ritmos anglo-americanos, muito embora haja legislação que obriga todas as estações de rádio a transmitirem diariamente certa percentagem de música portuguesa o que se recusam a cumprir indiferentes às multas que lhes podem ser aplicadas e que praticamente o não têm sido.

10. A influência do inglês no quotidiano

A existência do inglês no quotidiano português é uma realidade. Em maior ou menor quantidade, os anglicismos aparecem-nos em vários contextos: televisão, publicidade estática, marcas de produtos, música, meios de comunicação e outros. O inglês, como língua de comunicação, apresenta-se-nos em reuniões de trabalho (workshops) em conferências, palestras, concertos musicais, espectáculos teatrais, promoções publicitárias, etc.

Não tendo este estudo por objectivo negar a influência ou até os benefícios que algumas palavras ou expressões, modismos ou chavões, porque se adequam perfeitamente quer ao acto quer ao significado, pretende compreender o impacto que o recurso ao inglês pode ter no nosso quotidiano, na nossa cultura linguística. Sentimos que a utilização exagerada de terminologia inglesa terá, certamente, consequências, mais ou menos nefastas para a nossa língua, que provém essencialmente do latim, do grego e do árabe e na qual existem termos que poderiam substituir palavras inglesas, como por exemplo, *shorts, chats, cowboy (cowgirl), country, hot-dog, games, wafer, shopping center, ketchup*, e muitas outras, e que, mesmo assim, se usam para nomear e significar coisas do nosso dia-a-dia. Outro exemplo concreto que suscita ambiguidades para muita gente: o verbo *to push* cuja pronúncia é parecida com puxe, do verbo puxar, o que leva as pessoas a achar que *push* significa puxar e *pull*, do inglês *to pull*, empurrar. Na verdade, é o contrário. Por causa de uma confusão como essa leva a que várias pessoas se perturbem junto a portas de casas comerciais ou de locais de acesso público ou, até, desistam de experimentar torneiras em exposição nos locais próprios ou experimentar abri-las. Estes simples exemplos pretendem evidenciar uma realidade a que hoje se assiste pois os avisos nas entradas dos edifícios comerciais, públicos e os objectos de uso comum começam já a trazer as instruções em inglês, mesmo que fabricados em Portugal.

Ora, sabendo-se que a língua é um produto social, histórico e, segundo Geraldi (1998, pág.35), *“a língua enquanto produto desta história e enquanto condição de produção da história presente, vem marcada pelos usos e pelos espaços sociais destes usos”*, não podendo ser considerada como produto acabado, mas como uma construção social, em contínua mudança, pode compreender-se que se vá alterando e evoluindo sem quedar-se pela estrangeirização nas suas mais elementares funções, como a de avisos ou informações. Não podemos nem devemos esquecer que a língua de um país é uma súmula da linguagem de cada um dos seus actores, de cada um dos seus falantes. Deste modo todos são responsáveis pela sua defesa e pelo cumprimento das normas e regras que pertencem à língua, que a enformam e a valorização da língua materna, do português, não pode ser feita sem uma forte

componente educativa, sem o recurso essencial que é a escola pois, segundo Silva e Dalariva (2000, p.5) *“a valorização de uma língua deve ter início com os professores e cabe aos estudantes continuar este processo de globalização, mas no sentido de considerar todas as línguas importantes, e, assim, tornar a população mais próxima das diversidades culturais”*.

Há ainda um outro problema que deve ser pensado quando nos debruçamos nesta questão da utilização de vocábulos estrangeiros em Portugal. A população do nosso país apresenta uma baixa competência na leitura, escrita e cálculo. Verifica-se que a sua literacia, entendida esta como a capacidade de processamento, na vida diária (social, profissional e pessoal), de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos vários (textos, documentos, gráficos) é má comparada com a de outros parceiros europeus, nomeadamente a França, a Inglaterra e a Suécia. No entender de Benavente (1996) este perfil de competências de literacia dos portugueses é preocupante, mas não surpreendente, tendo em conta os atrasos históricos no processo de escolarização do país.

Esta literacia faz com que aconteçam as situações descritas, de dúvida e até de desistência das pessoas, quando confrontadas com experiências novas em que a linguagem escrita ou falada não é compreendida.

As línguas estrangeiras devem ser ensinadas a quem já conhece a língua materna, ou utilizadas se for esse o caso, tornando mais fácil o discernimento da conveniência da incorporação de estrangeirismos que vêm preencher lacunas na sua língua, como por exemplo *show, rock, hamburger, jeans, shampoo, Microsoft, Word, Internet, yogurt, shorts*, e entre outras, que são consideradas palavras universais, ou seja, vocábulos com origem em outras línguas e que são utilizadas na nossa língua, principalmente em situações quotidianas.

Estude-se a questão da influência do inglês no português sob qualquer ângulo e verifica-se que, de um modo ou de outro, há influência efectiva. Não podemos esquecer que o inglês é uma das línguas mais faladas do mundo, superada pelo chinês, que é o país mais populoso do mundo, e sendo a língua falada nos Estados Unidos da América, que é o país mais poderoso do mundo,

interfere nas letras das músicas, como já referimos, nas marcas de roupa, nos filmes e na própria internet, nos manuais dos electrodomésticos, entre outros.

A presença do inglês na nossa cultura seria desnecessária, pois a Língua Portuguesa possui aproximadamente 400 mil vocábulos, segundo estima o filólogo António Houaiss mas, mesmo assim, um idioma sofre com acréscimos, muitas vezes grosseiros, este uso indiscriminado de palavras estrangeiras pode levar à descaracterização e ao empobrecimento do idioma.

Seja maior ou menor a influência do inglês no nosso quotidiano, perspective-se ou não a aprendizagem do inglês como língua de comunicação internacional, proponha-se ou não, como o fez o ministro português da Ciência e do Ensino Superior, Mariano Gago, num encontro com professores, alunos, reitores e políticos dos 27 estados membros da União Europeia (Jornal Expresso, 10/11/2007) que o inglês se torne a língua oficial do segundo ciclo de estudos superiores segundo Bolonha, o que se contrapõe com os objectivos da Europa que deseja que as populações falem a sua língua nativa e conheçam (dominem) mais duas línguas estrangeiras, objectivo este assente na diversidade e complementaridade de línguas e identidades nacionais, e contrapõe ainda com o estatuído no artigo 11º da Constituição da República Portuguesa que prescreve a língua portuguesa como língua oficial da república, compreendendo que em Portugal as populações apresentam elevada iliteracia, baixa compreensão da própria língua mas que se prevê vir a aumentar em virtude das várias reformas educativas, nomeadamente o alargamento da escolaridade e o aumento de anos com contacto de língua estrangeira, verifica-se que, em Portugal o inglês tem assumido um papel de globalização linguística, de modernismo cultural, imprimindo-nos resquícios de cidadania europeia.

Na Europa, em cada país europeu se fala a sua língua e, uma segunda língua, quase unanimemente o inglês, aparece como língua de comunicação. Os portugueses apresentam um terço da população a conseguir manter uma conversa numa língua estrangeira, tal como a Espanha e a Itália. Não devemos esquecer que Portugal é um país que deu prioridade, durante décadas, à emigração para França, Argentina, Brasil e outros. Este estilo de vida fez com que muitos portugueses tivessem aprendido, por contacto directo com a língua, a

língua do país de destino e, por isso, consigam conversar numa língua estrangeira que não a sua. Não se conhecem estudos nem dados que explicitem o número de pessoas portuguesas que falam línguas estrangeiras aprendidas na escola mas sabe-se que cerca de um terço da sua população consegue manter uma conversa em língua estrangeira. Este dado, embora pareça satisfatório, coloca-nos atrás de muitos países à excepção dos húngaros e dos britânicos, dos quais somente 30% falará outra língua que não o inglês. No que respeita ao ensino de línguas, Portugal foi dos primeiros países a ensinar uma língua estrangeira no ensino básico (1991) e, no secundário Portugal dedica o maior número de horas semanais ao ensino de línguas (seis horas contra apenas três) em países como a Bélgica, Grécia, Irlanda e Itália.

Tem havido um esforço por parte da União europeia, nomeadamente nos seus quadros comunitários de apoio para dotar os diferentes países de capacidade de oferta de ensino e qualificação das suas populações. Estes apoios abrangem variadas áreas de formação entre as quais a aprendizagem de línguas e aumento da literacia em geral.

PARTE II

Capítulo I – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

1. Caracterização do meio - Santa Maria da Feira

As Terras de Santa Maria abrangem os actuais Concelhos de Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Gondomar, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Sever do Vouga, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia, sendo fruto de uma designação antiga e remota do século XI.

Situada no cruzamento dos eixos Norte-Sul e Litoral-Interior, dispõe de um posicionamento geográfico estratégico que faz com que esta região, desde os primórdios da civilização em Portugal, seja um local de encontro e passagem de muitos e variados povos.

O Castelo da Feira, construído no início do séc. XI, local de pagamento de tributo, era local privilegiado de comércio (de produtos das colheitas, ferramentas agrícolas,

vestuário). Esta feira tornou-se tão importante que a aglomeração tomou o seu nome Civitas Sanctae Mariae, dando origem à actual cidade de Santa Maria da Feira.



Figura 4 – Castelo da Feira

Desde bem cedo, devido a acontecimentos históricos e, sobretudo, a factores geográficos bem demarcados (a Norte, o rio Douro; a Sul, o Vouga; a Oeste o Oceano Atlântico e a Leste as regiões montanhosas de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga) a delimitação exacta dos seus limites não acarretou os problemas que era normal acontecer.

Tal facto levou à criação de uma zona sócio-económica pujante e de grande vitalidade, por força da diversidade das suas terras (as planícies forneciam os cereais, a vinha e a horticultura: o rio e o mar proporcionavam a pesca e as serras, a caça, pastorícia e a exploração dos bosques) e ao seu posicionamento estratégico entre os dois pólos políticos e comerciais de então: Porto e Coimbra.

Ao longo dos anos, a Terra de Santa Maria manteve a sua importância geográfica estratégica e um orgulho na sua História e tradições, mas foi perdendo a sua influência política, económica e cultural, facto que lhe retirou visibilidade mediática a nível nacional. No entanto, com o ressurgimento da democracia, acordou decisivamente de uma certa letargia e, actualmente, assiste-se a uma simbiose e uma complementaridade entre a agricultura (predominante nas áreas montanhosas do interior) e a indústria (especialmente a cortiça, calçado, papel, metalomecânica, metalúrgica, cerâmica e equipamentos para crianças), sendo o sector terciário aquele que tem registado mais elevadas taxas de crescimento, de forma a tornar esta região competitiva e afirmar-se a nível nacional e internacional, tendo epicentro deste desenvolvimento Santa Maria da Feira.

As Terras de Santa Maria da Feira resistem a conservar as memórias da sua história mas, estão abertas às “ondas de modernidade e progresso”(www.byweb.pt/santamariadafeira/castelo), afirmando-se, através desta dupla personalidade, num quotidiano que responde aos desafios da viragem do milénio, sem pôr em causa a sua génese cultural.

De há uns anos a esta parte, a cidade de Santa Maria da Feira tem sentido um forte incremento na construção civil e na urbanização dos espaços contíguos à cidade-velha. A parte alta da cidade está a servir de refúgio-dormitório para as pessoas que diariamente se deslocam para trabalhar para o Porto. É uma camada de população mais jovem do que a população da parte mais velha da

cidade, que procura aqui habitação com preços inferiores aos praticados na cidade invicta.

Sente também, no seu dia-a-dia grande afluência de pessoas, turistas, portugueses e estrangeiros, que procuram o seu património gastronómico, cultural e arquitectónico. Tem para mostrar ao visitante o castelo que é considerado o “ex-libris” de Santa Maria da Feira e que é um belíssimo exemplar da arquitectura militar medieval, dos séculos XI a XVI, como dissemos em passo atrás.

2. População e ocupação

O número de habitantes do concelho de Santa Maria da Feira, fortemente industrializado é, segundo censos 2001, de 135.964 habitantes (uma média de 633 habitantes/km²), distribuídos por 31 freguesias, numa área geográfica de 214,7 Km². Desta população 66 517 indivíduos são do sexo masculino.

A distribuição por grupos etários, segundo a mesma fonte apresenta dos 0 aos 14 anos (zero a catorze) 25 062 indivíduos, dos 15 aos 24 anos de idade (quinze a vinte e quatro) 20 055 indivíduos, dos 25 aos 64 anos de idade (vinte e cinco a sessenta e quatro) 75 682 indivíduos e com mais de sessenta e cinco anos de idade 15 165 indivíduos.

Relativamente às habilitações académicas a população do concelho de Santa Maria da feira apresenta as seguintes características: com nenhum nível de ensino são 18 025 indivíduos, dos quais 7 640 são do género masculino; com o 1º ciclo do ensino básico, 52 690 indivíduos dos quais 25 972 são do género masculino; com o 2º ciclo do ensino básico, 24 584 indivíduos dos quais 12 841 são do género masculino; com o 3º ciclo do ensino básico encontram-se 15 479 indivíduos dos quais 8 287 são do género masculino; com o ensino secundário como habilitação encontram-se 15 881 indivíduos, dos quais 7 979 são do género masculino; com um curso de ensino médio encontram-se 285 indivíduos dos quais 127 são do género masculino; com um curso de ensino superior encontram-se 9 020 indivíduos dos quais 3 671 são do género masculino e 27 591 indivíduos frequentavam o ensino. (Fonte: Censos 2001)

A população desta região é ainda uma população relativamente jovem, mercê de taxas de natalidade e fecundidade elevadas, em comparação com os totais nacionais. A população com mais de 65 anos representa apenas 12,4% do total de residentes, contra os 16,6% a nível nacional.

Esta população distribui-se pelas seguintes actividades económicas: Indústria, de brinquedos, calçado e cortiça. Aqui se sedia o maior centro mundial de transformação de cortiça, para além da pujança manifesta de sectores como o calçado, ferragens, brinquedos, madeiras, abrasivos, papel, lacticínios, alimentar e outros, num conjunto de 7.000 unidades colectadas para efeitos de Contribuição Industrial, que exportam cerca de 300 milhões de euros/ano para além de fazerem entrar cerca de 20 milhões de euros em impostos para os cofres do Estado.

Entre as actividades industriais mais importantes, destaca-se o ramo da cortiça, o que tem consequências ao nível de algumas doenças do foro pneumológico, nomeadamente a Suberose, com grande incidência nesta região, a qual resulta da exposição à poeira da cortiça, e da silicose.

Capítulo II – ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. Metodologia

Tendo por objectivo estudar o impacto do inglês no quotidiano português julgámos que uma das formas que mais directamente nos permitiria encontrar e recolher dados substanciais e credíveis junto da população estudada, seria o recurso a metodologias mistas: qualitativas e quantitativas.

Este estudo poderá enquadrar-se num tipo de abordagem de estudo de caso, pois constitui-se como a investigação de um fenómeno contemporâneo no contexto de uma situação real numa organização (conjunto de pessoas de uma determinada cidade, rua, etc). O grande senão deste método é o facto de dificultar a generalização dos resultados obtidos por se restringir a zonas muito contextualizadas. Esta seria parte do método, qualitativo e serve as duas correntes filosóficas (positivismo e interpretivismo). Poderia ser considerado como um método de *estudo de mercado* em que se recolhe dados através de questionários e/ou entrevistas sobre o fenómeno em estudo e a análise dos dados permite inferir sobre fenómenos do mundo real. É um método quantitativo que se insere na corrente filosófica do Positivismo.

O estudo de caso é uma análise profunda de um sujeito considerado individualmente. Às vezes pode-se estudar um grupo reduzido de sujeitos considerado globalmente. Em todo o caso observam-se as características de uma unidade individual, como por exemplo um sujeito, uma classe, uma escola, uma comunidade, etc. O objectivo consiste em estudar profundamente e analisar intensivamente os fenómenos que constituem o ciclo vital da unidade, em vista a estabelecer generalizações sobre a população à qual pertence (Bisquera, 1989).

A definição do objecto de estudo cabe ao investigador mas este deve ter em atenção a forma como a sociedade gera o problema ou o fenómeno em questão.

Quanto às técnicas utilizadas foram os *questionários* descritos como a elaboração de um conjunto de perguntas relacionadas com o tópico de investigação. Esta técnica usa-se nos métodos Estudos de Mercado (*Survey*) e Estudo de Caso. Outra técnica utilizada foi a elaboração de *entrevistas* que visa

aprofundar um determinado tópico ou apurar a opinião de um determinado interveniente do fenómeno em estudo. Os métodos estudo de Caso, etnografia, pesquisa-acção e estudos de mercado utilizam essa técnica.

Com esta metodologia e estas técnicas procurámos recolher opiniões da amostra de modo a compreender o fenómeno da existência do inglês nas vidas destas pessoas e, a partir daí, compreender os efeitos do recurso dos estrangeirismos (a existir) e extrapolar para o seu impacto na vida das pessoas.

2. O problema

De há uns tempos a esta parte, sobretudo desde que as novas tecnologias começaram a implantar-se nos mercados da comunicação e as pessoas acederam a este mundo de informação e comunicação que se verifica, temos essa percepção, um grande recurso a estrangeirismos na sociedade portuguesa. Talvez estas tecnologias tenham estado na origem deste problema mas, a profusão de estrangeirismos não se verifica somente na Internet: esse recurso é visível em várias áreas ou domínios da sociedade portuguesa e são recorrentes nos meios de comunicação social, enquadram-se estes nos *mass media* (jornais, televisão, internet, outros) nos *group media* (rádio, revistas, jornais) ou nos *self media* (telemóvel, jogos, outros).

Assim, na televisão, o grande meio de comunicação social do país, verifica-se que as empresas de publicidade recorrem continuamente a expressões ou termos estrangeiros na apresentação dos seus produtos, chegando, inclusivamente, à inscrição de estrangeirismos nas rotulagens dos produtos colocados no mercado português, a utilizar chavões na promoção de produtos, na conversação inter-pares, na linguagem dos filmes, músicas, entre outros.

Os políticos, comunicando em português, recorrem a estrangeirismos para precisar determinado conceito que ainda não se encontra definitivamente implantado ou compreendido em Portugal.

Os senhores e as casas da finança têm e usam um conjunto de termos estrangeiros que, em boa verdade, nos parecem precisos para esclarecer determinados conceitos, ou certas filosofias próprias da sua área de acção.

Nas novelas portuguesas ou brasileiras (língua portuguesa), os actores ou o argumentista impregna os diálogos de termos estrangeiros na tentativa de demonstrar, entre outras coisas, que os personagens são viajados ou pertencentes a estratos sociais elevados ou, até, detentores de um nível cultural elevado (as novelas brasileiras parecem-nos mais recorrentes pois, a Europa para os sul-americanos ainda constitui um paradigma de sucesso e evolução cultural ao qual pretendem ascender). Os filmes passados na televisão não são alvo de tradução (dobragem) para a língua portuguesa chegando-nos assim na sua língua original, sendo a inglesa a reinante mas, se vistos os mesmos filmes em canais de televisão de qualquer país latino (Chile, México, Espanha, Argentina, Brasil ou outros) verifica-se a sua tradução para a língua nativa do país.

Nos hotéis, restaurantes, cafés e outros serviços orientados para a admissão e recepção de turismo e turistas, em Portugal, é impensável a não existência de um ou mais funcionários que domine línguas estrangeiras, sobretudo o inglês não sendo exigível ao turista que se expresse em português mas sim ao funcionário que o atenda, num gesto de subserviência linguística, em inglês (no mínimo).

Na investigação cultural e científica e na comunicação técnica-científica, nas palestras internacionais, nos simpósios e até na elaboração de teses de doutoramento se verifica o recurso à língua inglesa bem como na edição de livros.

Na comunicação entre os jovens, o recurso a terminologias estrangeiras, sobretudo termos concisos e expressões sintéticas, é um dado adquirido e resulta, cremos, da moda musical que voga nos mp3 e pda's e nas buscas realizadas na Internet.

A música produzida e editada em Portugal, por grupos ou indivíduos portugueses, é, cada vez mais, escrita e cantada em língua estrangeira, sobretudo o inglês.

Ora, perante isto, poderemos dizer que em Portugal se ouve, vê, lê, confunde, exprime, expressa, publicita, vocifera e dialoga recorrendo a estrangeirismos com prevalência para a língua inglesa. Esta confusão e intromissão do inglês em Portugal, não propriamente no português escrito mas sobretudo na sua vertente falada, serão motivos suficientes para se julgar que

esta língua ocupará um espaço próprio da língua portuguesa e na nossa cultura e penetrará nas nossas casas e nos nossos dicionários? Se assim for, poderemos pensar nela como uma língua de união futura entre as gerações e os diferentes povos, configurando-se assim como uma língua de perfil universal e aceite tal pela maioria da população que, embora nutrindo um nacionalismo cultural não parece cuidar devidamente da sua língua.

Assim, questiona-se se não será o inglês entendido como uma língua universal? Será que em Portugal o inglês é compreendido como uma língua de futuro, uma língua aglutinadora de todas as outras? Ver-se-á um dia o inglês falado em toda a Europa como uma língua base, compreendida e aceite por todos? Onde e para quê é utilizada a língua inglesa na sociedade portuguesa?

3. Objectivos

Os objectivos são os norteadores de um estudo. Constituem-se como as metas a atingir de modo a que o estudo tenha validade e o investigador sinta como válido o seu esforço e os seus métodos. Sem objectivos um estudo corre o risco de andar à deriva, de se deixar ficar por contextualizações e conjecturas momentâneas, por intuições ou espontaneidades menos rigorosas. Daí a importância de uma definição clara, determinadora dos rumos a seguir.

Como objectivo geral aponta-se...

- Determinar o impacto do Inglês na vida quotidiana portuguesa.

... e como objectivos específicos, metas parcelares do objectivo geral,

- Avaliar a situação actual da Língua Inglesa no mundo e mais especificamente, a forma como se tornou a língua estrangeira mais aprendida e falada como língua na Europa e em Portugal;
- Determinar quais os papéis que a língua inglesa desempenha na sociedade portuguesa – na ciência, no mundo empresarial, no

comércio, no turismo (pesquisa documental; questionários e entrevistas);

- Reflectir sobre o futuro da língua inglesa (com base nas opiniões de pessoas-chave e dados recolhidos sobre línguas aprendidas e utilizadas na sociedade portuguesa).

4. Hipóteses

Também aventamos algumas hipóteses que se constituem como pré-respostas que pretendem organizar o pensamento do investigador e sobre as quais se inicia o estudo e que, a posteriori, se confirmarão ou não.

H1 – O Inglês é a língua estrangeira mais aprendida e falada quer em Portugal quer na Europa;

H2 – A língua inglesa desempenha papéis específicos na vida portuguesa, nomeadamente no mundo empresarial, na cultura científica, no turismo e na cultura.

H3 – Haverá indícios de que a língua inglesa tende a manifestar-se como uma possível futura língua universal (compreendida por todos os povos e usada em situações de contactos entre diferentes culturas).

5. Os instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados utilizados foram as entrevistas e os inquéritos.

5.1. As entrevistas

As entrevistas efectuadas a pessoas que vivem a dinâmica das línguas e que, no seu quotidiano, assistem à busca do seu espaço, levam-nos a compreender a sua importância pois, por elas, ficámos a conhecer ou com uma ideia muito mais aprofundada o papel do inglês na vida científica e académica. Pelas entrevistas recolhemos informações importantes para a consecução dos objectivos do estudo. Foram entrevistas estruturadas visto que as questões que se estabeleceram inicialmente nos pareceram suficientes para enquadrar o papel da língua inglesa nos objectivos do estudo. As entrevistas foram respondidas para suporte de som, depois transcritas e delas se fez a análise de conteúdo (Vala, 1986).

Bell (1997:118), em citação de Mosen e Kalton (1971) refere que a entrevista consiste numa *“conversa entre um entrevistador e um entrevistado e tem por objectivo extrair determinada informação do entrevistado”* e que dessa conversa se extrai, não só as respostas, mas também a forma como elas são dadas. No seguimento do autor, *“os tópicos têm de ser seleccionados, as questões elaboradas, os métodos de análise considerados e preparado e testado um plano”* (idem).

Lucke e André (1986:34), por seu lado, referiram a propósito do benefício da entrevista que esta tinha como grande *“vantagem de permitir a captação imediata e corrente da informação”*. Bogdan e Biklen (1994:134) referem que *“a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos da linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”*.

A entrevista assumiu um carácter estruturado pois pretendeu-se encontrar dados uniformes entre os entrevistados (Ludke e André, 1986). Poderia assumir um carácter de não estruturada se se pretendesse uma ordenação avulsa das questões objectivadas pelo estudo e, aí, o entrevistado discorreria acerca da temática em análise.

Por isso, a entrevista considerou um guião que permitia um conjunto de questões que abarcassem os aspectos pré-estabelecidos. Não foi considerada a necessidade de alterar o guião pré-definido no decurso das entrevistas.

5.2. Os inquéritos

Como técnicas de recolha de dados criaram-se três inquéritos diferentes. Um passado a um grupo populacional da cidade da Feira de uma determinada zona da cidade. Outro, mais sintético, passado na rua a pessoas seleccionadas aleatoriamente e um terceiro passado a jovens estudantes.

O inquérito, sendo uma técnica de conseguir dados, constitui-se como uma forma rápida de conseguir esses mesmos dados.

Bell (1997:101) refere a propósito da concepção dos inquéritos que a *“concepção de um inquérito só será atingida depois de ter realizado todo o trabalho preliminar relacionado com o planeamento, consulta e definição exacta da informação que necessita obter”*.

Daí que para a sua concepção, houve que enquadrar os objectivos do estudo numa vertente inquisitiva de modo a que os respondentes ao inquérito sustentassem, pelas suas opiniões, os objectivos que havíamos proposto.

Como dissemos, para sua construção teve-se em conta as formas de atingir os objectivos da investigação. A linguagem utilizada tentou-se que fosse correcta e adequada aos respondentes e à consecução dos objectivos.

Depois de elaborado foi testado em 10 indivíduos escolhidos aleatoriamente de entre colegas e amigos. Não foram detectados casos de dificuldade acrescida na sua compreensão.

Os objectivos do inquérito prendiam-se com o conhecimento da existência do inglês nas vidas da pessoa comum, nos seus locais de trabalho, nos produtos de consumo obrigatório, nas diferentes formas de sentir o mundo (televisão, Internet, jornais, etc.).

No momento de distribuição dos inquéritos foi dado a conhecer a todos os previsíveis respondentes os objectivos do trabalho.

As questões utilizadas foram treze. Com as quatro primeiras questões pretendia-se caracterizar o respondente quanto à sua idade, ao género, às habilitações académicas e à profissão. Esta caracterização iria permitir-nos saber, em detalhe, quem ou que tipo de pessoas conhece o inglês, usa o inglês, recorre ao inglês ou precisa do inglês. Dar-nos ia, assim, uma tipologia de indivíduos capacitados para a utilização da língua inglesa. As sete perguntas seguintes enquadravam os objectivos do estudo: conhecer, a autoavaliação, o domínio da língua inglesa dos respondentes, conhecer o seu desejo de tal domínio e as finalidades desse desejo, conhecer a existência, ou não, do contacto dos respondentes com expressões ou palavras inglesas no seu quotidiano, bem como os momentos ou situações em que tal acontece e em que ele próprio se socorre do inglês para comunicar, saber os motivos que o levam a utilizar o inglês como língua de comunicação, conhecer as justificações e a necessidade para a utilização de palavras ou expressões inglesas em Portugal e no quotidiano português e, uma última questão que pretende trazer-nos o entendimento se do ponto de vista dos respondentes o inglês virá a ser uma futura língua internacional de comunicação e, concomitantemente, uma segunda língua nacional de características universais.

Algumas das questões eram fechadas (questões 5,7,12 e 13), uma era semi-aberta (questão 6) e as restantes eram questões abertas (questões 8, 9, 10 e 11).

O inquérito foi passado directamente aos inquiridos e foi pedido a cada um dos respondentes para num prazo de dois dias devolver os inquéritos devidamente preenchidos. No momento da entrega, pediu-se-lhes que verificassem se alguma das questões apresentava dificuldades de interpretação ao que foi negativamente respondido.

Os inquéritos passados na rua pela autora do estudo compunham-se por oito questões das quais as primeiras três caracterizam os respondentes e as restantes cinco procuram conhecer as opiniões dos inquiridos acerca da existência do inglês nos seus quotidianos, da sua influência para o seu uso e as suas perspectivas do futuro linguístico.

6. A selecção da amostra na população

Por muitas possibilidades que encontrássemos para definir uma amostra para este estudo, tornava-se difícil arranjar critérios válidos, uns mais do que outros, para restringir a população a ser estudada. Então, partindo de uma análise empírica da população da cidade da Feira, que conhecemos, achámos que uma das formas válidas seria a de aleatoriamente seleccionar um conjunto de pessoas que nos opinassem acerca do objecto de estudo. Para além deste grupo de pessoas recolhidas aleatoriamente de modo a não adulterar os dados recolhidos, e com o objectivo de diversificar a tipologia de pessoas respondentes (jovens e adultos) seleccionámos um conjunto de respondentes em idade escolar, distribuímos inquéritos aos vizinhos, a colegas de profissão, a funcionários camarários e a pessoas que, de qualquer modo, nos pareceram capazes de nos devolverem os inquéritos respondidos. Para a recolha de opiniões diversificadas passámos, ainda que não de uma forma tão aleatória como poderia ser, pois compreendemos que nem todas as pessoas se mostram disponíveis para responder a inquéritos, inquéritos em todas as casas comerciais de duas das ruas de maior movimento comercial, com maior incidência de comércio na urbe e, também pelo conhecimento próprio da autora, optámos por pedir a estes comerciantes, funcionários/colaboradores/as para responderem aos inquéritos.

A todos pedimos compreensão e empenhamento no preenchimento do instrumento de recolha de dados. Pretendemos desta forma arranjar um conjunto de pessoas que, idoneamente, retratem o público português desta cidade, embora de uma parcela bastante limitativa do território mas diversificada ao nível da profissão, idade e habilitações académicas.

Por outro lado, sentimos que haveria algumas especificidades do estudo para as quais deveríamos ouvir, recolher opiniões de pessoas idóneas, com currículo específico profissional ou função que nos dessem garantias de valor de opinião. Para isso, seleccionamos, pelas suas qualidades e função, duas pessoas que nos forneceram dados que achamos importantes para a compreensão do objecto do estudo. Estas entrevistas foram realizadas a dois indivíduos com experiência profissional capaz de esclarecer alguns dos aspectos que nos merecem especial atenção nesta problemática, nomeadamente um docente

universitário com uma perspectiva de valoração do inglês no mundo da cultura universitária e na cultura científica – pesquisa, simpósios, palestras, dissertações, etc... e um bibliotecário numa perspectiva ou visão do volume / quantidade / qualidade de livros escritos em língua inglesa existentes na biblioteca.

Foram entregues 194 inquéritos a outros tantos pretensos respondentes. Foram recolhidos 108 inquéritos devidamente preenchidos. É esta amostra a seleccionada para o nosso estudo.

Os dados das entrevistas serão analisados segundo categorias e unidades de sentido e os dados dos questionários serão, tanto quanto possível, analisados segundo percentagens e incidências de resposta.

Após a análise dos dados resultantes dos inquéritos e das entrevistas, nomeadamente quando foi verificada a caracterização dos respondentes, achou-se por bem procurar melhorar as habilitações literárias dos respondentes para que, dessa forma, a amostra fosse mais condizente com a realidade Feirense. Assim, para além destes inquéritos foram feitos pequenos inquéritos a pessoas na rua com o intuito de, melhorando as habilitações literárias dos respondentes, confirmar as opiniões recolhidas.

Estes inquéritos foram realizados pela autora do estudo na rua em contacto directo e buscavam conferir a percepção da existência do inglês nas suas vidas. As questões eram simples e de respostas fechadas.

7. Tratamento de dados

Os dados dos inquéritos serão tratados com recurso às médias aritméticas simples e os das entrevistas com recurso à análise de conteúdo. Nos inquéritos, os dados serão tratados e apresentados graficamente de modo a espelhar as incidências encontradas e nas entrevistas, os dados serão analisados e apresentados qualitativamente, segundo a análise de conteúdo.

7.1. Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo incidiu essencialmente sobre as entrevistas.

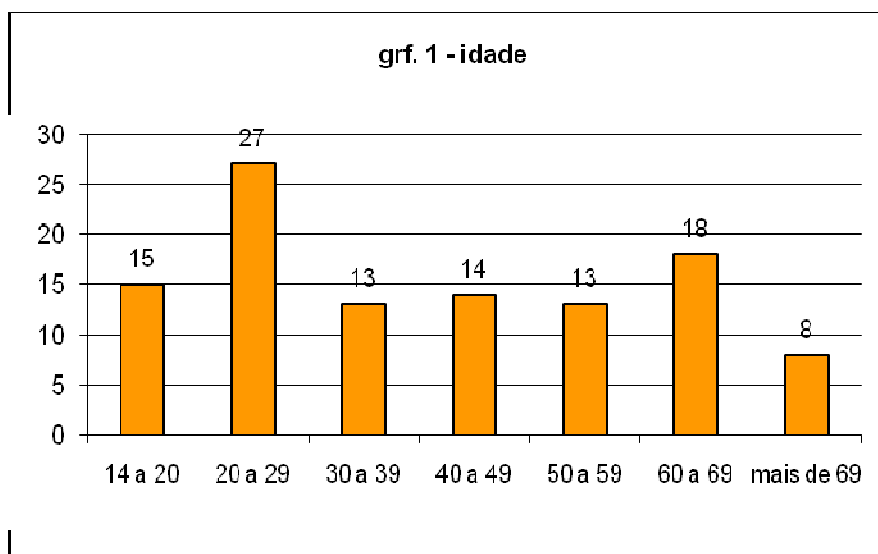
A análise de conteúdo implicou o estabelecimento de um sistema de categorias que possibilite a análise transversal e comparativa dos dados, procurando-se assegurar a exaustividade e a exclusividade das referidas categorias de modo a que todas as unidades de registo possam caber numa categoria, mas não em mais que uma (exclusão mútua).

Capítulo III – APRESENTAÇÃO DE DADOS

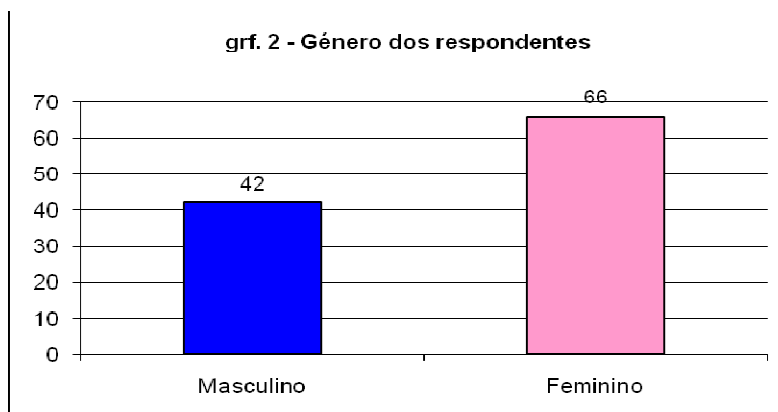
1. Apresentação dos dados do inquérito ao público

Do inquérito resultaram os dados que agora se apresentam. Com os inquéritos pretendia-se verificar a relação que a população anónima teria com a língua inglesa no seu quotidiano. Essa relação poderia acontecer sob um aspecto de necessidade profissional, de características académicas, de estudo ou outra.

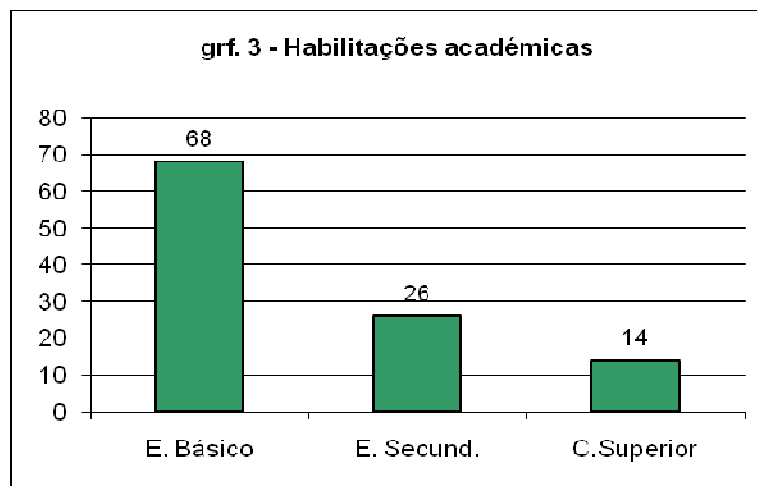
A primeira questão do inquérito procurava a idade dos respondentes. Assim, verifica-se que 25% dos respondentes tem entre 20 e 29 anos de idade e que os restantes respondentes se distribuem pelos restantes grupos etários sem grandes diferenças entre os grupos, à excepção do grupo de mais de 69 anos que só equivale a 7%.



Quanto ao sexo verifica-se conforme gráfico 2 que, dos 108 respondentes, 62 (57,4%) são do género feminino.

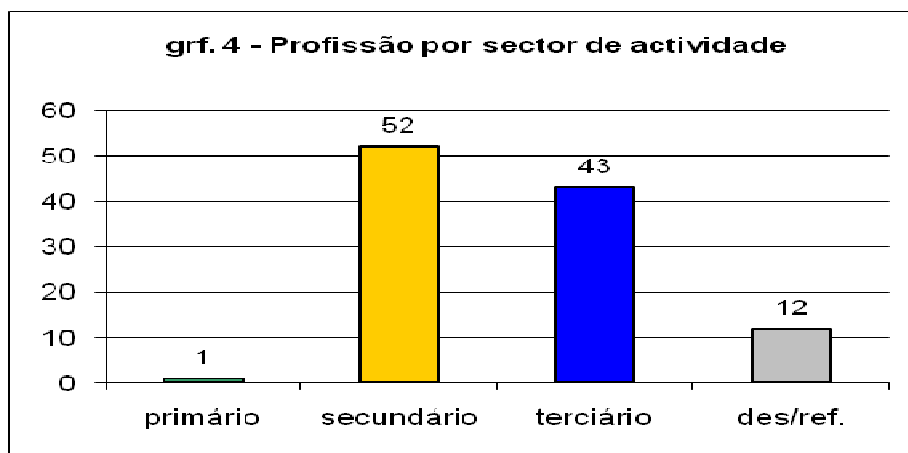


A questão seguinte procurava as habilitações literárias dos respondentes e enquadrava-as em três grupos: o ensino obrigatório (1º, o 2º e o 3º ciclo e.b.), o ensino secundário, que incluiria os antigos cursos liceais (secundário, unificado ou outros), e o curso superior que incluiria os bacharelatos, licenciaturas ou outras habilitações de nível superior.



Constatou-se que a maioria dos respondentes (68) apresenta o ensino obrigatório como habilitações literárias (63%), seguindo-se os respondentes com o ensino secundário (26) a que corresponde 25% dos respondentes e com o ensino superior responderam 14 indivíduos a que correspondem 13%.

Para a análise da profissão dos respondentes houve que criar três grupos que categorizassem as diversas profissões encontradas.

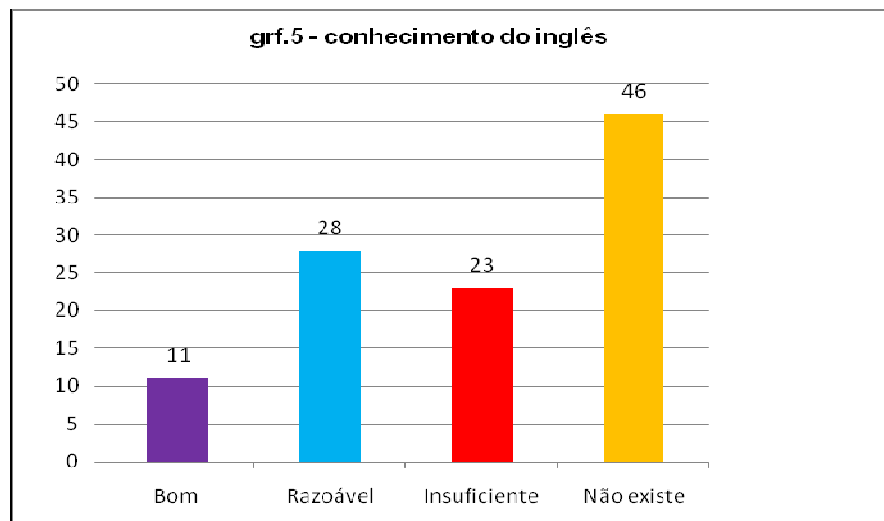


Então, um dos critérios possíveis foi o de enquadrar as referidas profissões nos sectores de actividades a que pertenciam. Como os pertencentes ao sector primário foram em número mínimo optámos por categorizá-los no grupo designado por “outros” juntamente com os desempregados, reformados e estudantes.

Assim, a maioria (49) dos respondentes apresenta uma profissão que pertence ao sector secundário, o sector da transformação, correspondente a 45,4% dos casos, a profissão de 29 indivíduos pertence ao sector terciário, correspondendo a 26,9% e 30 indivíduos apresentam profissões enquadráveis no sector “outros”, correspondendo a 30,7% dos casos.

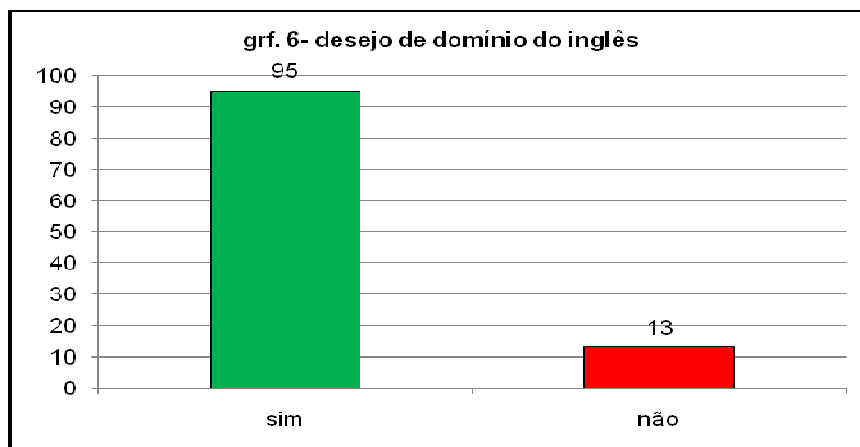
A questão seguinte abandonava a caracterização pura dos respondentes e iniciava a relação dos respondentes com a língua inglesa. Assim, inquiria-se o respondente acerca do seu conhecimento do inglês.

Para as respostas propôs-se um conjunto de hipóteses as quais o gráfico seguinte nos esclarece.



Verificámos que 11 indivíduos referem de ter um bom conhecimento do Inglês, o que corresponde a 10,2% dos respondentes, a opção 'razoável' conhecimento do Inglês foi assinalada por 28 indivíduos correspondendo estes a 25,9% dos respondentes, a opção 'insuficiente' conhecimento do Inglês foi assinalada por 23 indivíduos, correspondendo estes a 21,3% dos casos e a opção 'não existe' foi assinalada por 46 respondentes a que corresponde a percentagem de 42,6. A moda é 'não existe'.

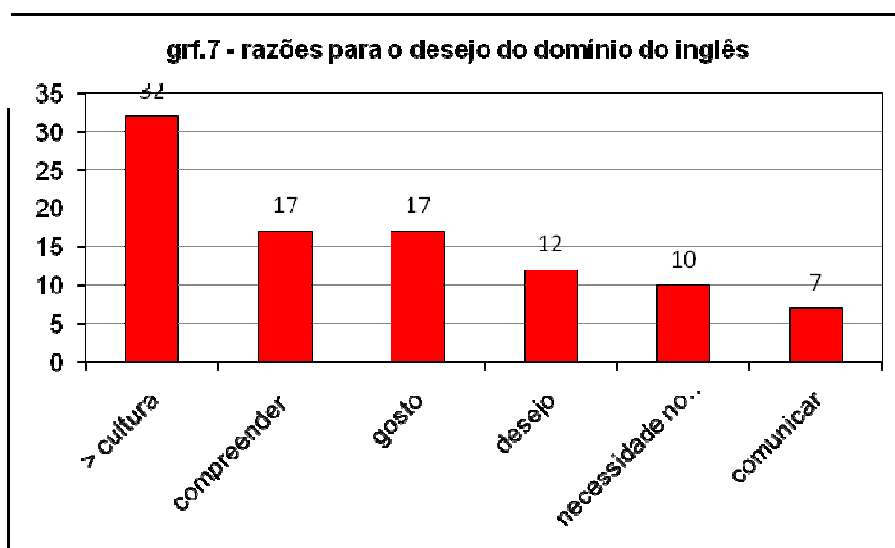
Se considerarmos o grupo dos indivíduos que respondeu 'não existe' juntamente com o grupo que referiu que o seu conhecimento de inglês é 'insuficiente' encontramos uma percentagem de 64% do universo dos respondentes.



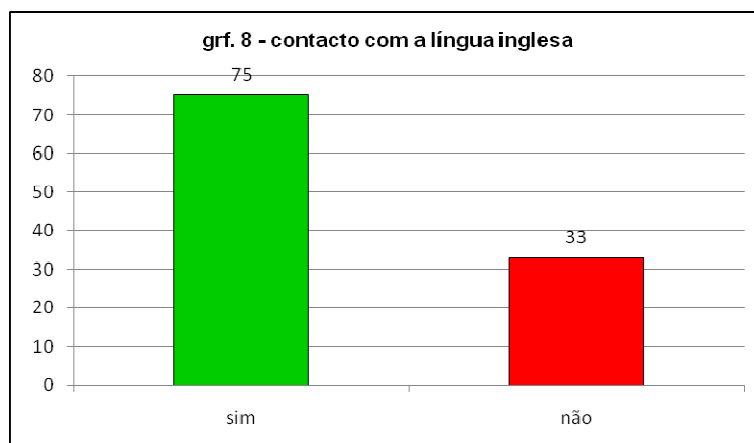
Quando inquirimos o respondente acerca do seu desejo de domínio do Inglês verificamos que 95 indivíduos assinalaram a opção 'sim' o que corresponde a 88% do universo.

A estes indivíduos perguntou-se quais as razões que os levam a desejar dominar o inglês. O gráfico 7 mostra-as.

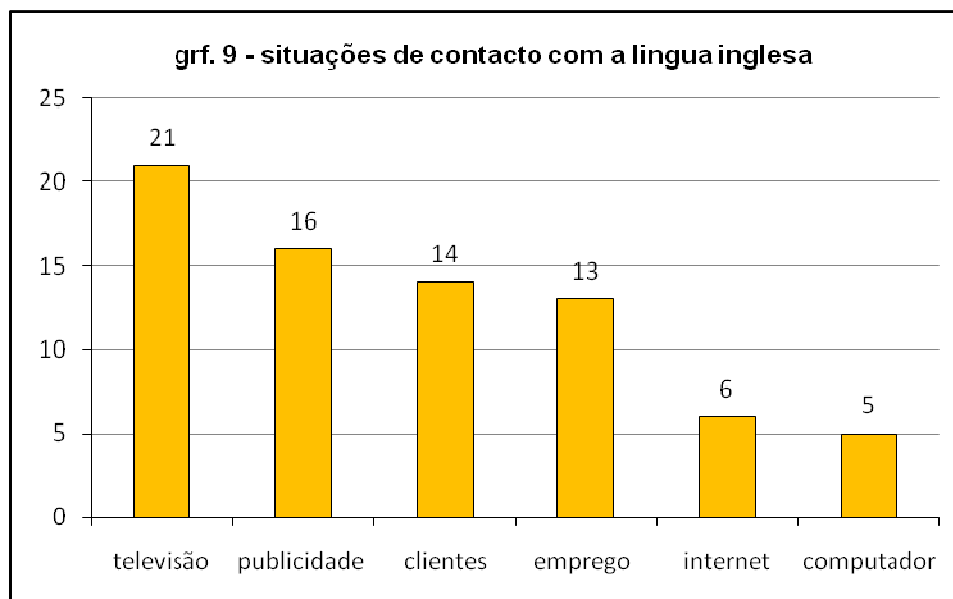
Dos motivos indicados verificamos que 29,1% dos respondentes, correspondente a 32 indivíduos, afirma que as razões para o desejo de domínio do inglês advém do aumento da sua cultura, seguindo-se, depois *in exaequo* os motivos 'compreender' e 'comunicar' com 17 incidências, correspondente a 15,5% dos respondentes, o 'gosto', o gostar da língua, com 12 incidências e 10,9%, as razões do 'desejo' de domínio foi referido por 10 indivíduos, 9,1% e, por último, necessidade no emprego assinalado por 7 indivíduos correspondentes e 6,4%.



As respostas encontradas à questão do contacto no seu dia-a-dia com expressões ou palavras em inglês (gr.8) mostram que 75 indivíduos, correspondentes a 69,4% dos respondentes afirmam que têm esse contacto enquanto que somente 33 indivíduos referem que não têm contacto com a língua inglesa.



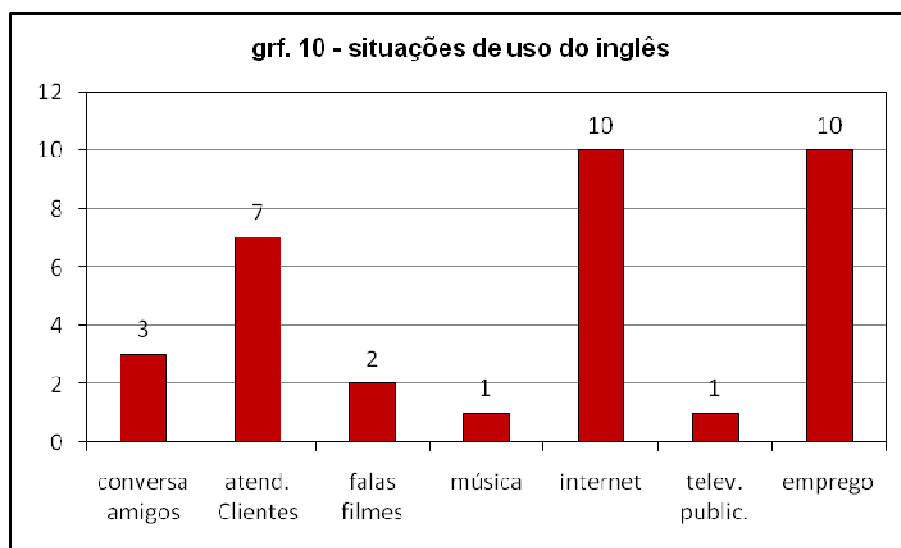
O gráfico 9 mostra as três situações mais comuns em que os inquiridos contactam com a língua inglesa no seu dia-a-dia, referidas pelos respondentes.



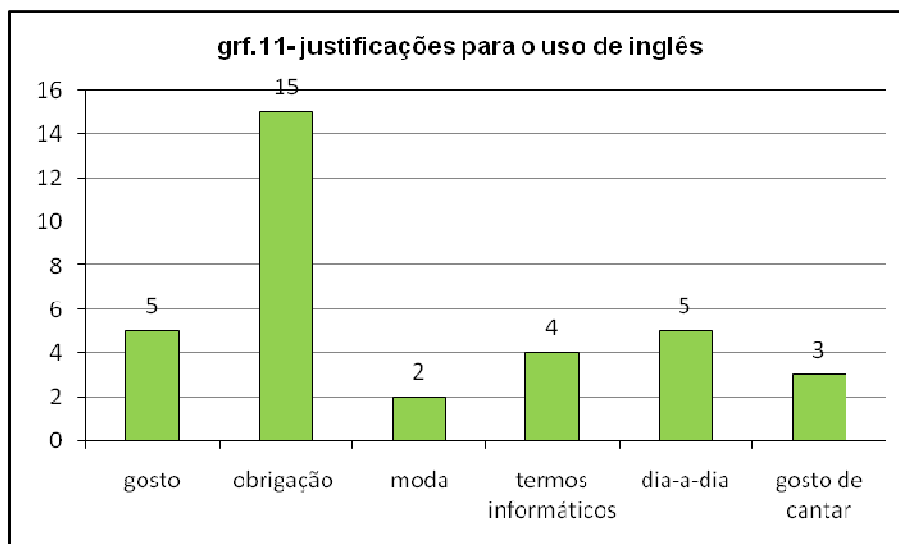
Assim, verifica-se que a televisão se constitui como o meio de maior contacto com a língua inglesa, com 21 frequências correspondentes a 28%.

Segue-se o emprego / local de trabalho como meio de contacto com o inglês, com 16 frequências e 21, 3%. Depois, a Internet como meio de contacto, 14 frequências correspondentes a 18,7% dos respondentes, a publicidade, aqui não especificada se através da televisão ou se através das embalagens (invólucros), com 13 frequências e 17,3% e os clientes e o computador com baixas frequências, respectivamente 6 e 5 correspondentes a 8 e 6,7%.

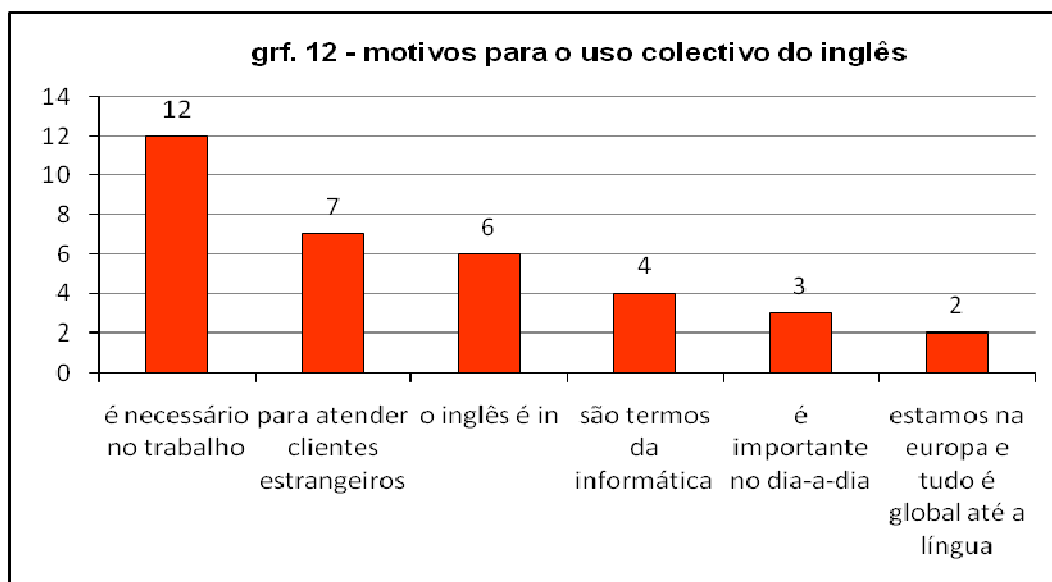
Com a questão seguinte (gr.10) pretendia-se conhecer as situações em que os inquiridos usavam, se usavam a língua inglesa e verificámos que dos 75 respondentes que anteriormente referiram tomar contacto com a língua inglesa, somente 34 (45,3%) referiram, agora, usar ou recorrer à língua inglesa no seu dia-a-dia. Assim, o recurso ao inglês existe na Internet para 10 indivíduos, correspondentes a 29,4% do universo, a mesma percentagem é encontrada nos indivíduos que referem o emprego como local de recurso ao inglês, a especificidade no atendimento a clientes é referida por 7 respondentes (20,6%), 3 indivíduos referem as conversas de amigos (8,8%), 2 respondentes referem o treino do inglês na repetição de legendas dos filmes e 1 aponta a música como meio de uso do inglês e outro a televisão ou a publicidade como tal.



Sentir-se-ia a necessidade de conhecer os motivos que levariam as pessoas anónimas, aqui inquiridas, a utilizar o inglês nas suas vidas.



As respostas mostram que, dos 34 respondentes que usa o inglês nas suas vidas, 15 (44,1%) o fazem por necessidade, porque são profissionalmente 'obrigados' a isso. Dos restantes indivíduos, 5 (14,7%) referem que usam o inglês porque 'faz parte do seu dia-a-dia' tantos quantos os que referem simplesmente que o fazem por 'gosto', sem justificarem os motivos, 4 (11,8%) referem que o fazem pois 'são termos informáticos', 3 (8,8%) porque 'gostam de cantar' e 2 (5,9%) referem ser 'moda'. (gr.11).



Quando inquiridos acerca dos motivos que levavam as pessoas, a televisão ou outros meios de comunicação a recorrerem a expressões ou palavras inglesas em Portugal (gr.12), as respostas mostraram que é do entendimento dos inquiridos que, em primeiro lugar, as pessoas recorrem ao 'inglês' para o uso no seu trabalho, com 12 frequências e 35,3% dos respondentes, depois a opinião de que o recurso ao inglês se faz por força do atendimento de clientes estrangeiros, com 7 frequências correspondentes a 20,6% dos inquiridos, 6 respondentes referem que o recurso se faz porque o inglês é *in*, significando isto que para além de estar na moda, o seu uso é sinónimo de estatuto social e/ou cultural (tradução da autora), 4 respondentes (11,8%) referem que são termos informáticos os utilizados pelos outros, enquanto 3 (8,8%) referem que estando na Europa em que tudo é global, até a língua, 2 referem que estes termos fazem parte do dia-a-dia do cidadão.

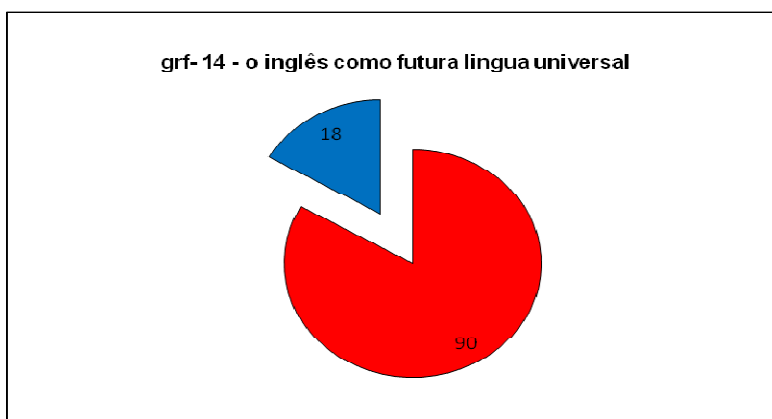
Na questão seguinte perguntava-se se consideravam necessário o recurso às expressões ou palavras em inglês no nosso quotidiano.



As respostas encontradas mostram que 44 respondentes, 40,7%, referem 'sim', que é necessário tal recurso enquanto a maioria dos inquiridos (64) diz 'não', portanto uma opinião contrária, como evidencia o gráfico 13.

Finalmente, inquiriam-se acerca do seu entendimento quanto ao inglês poder vir a constituir-se como uma futura língua de comunicação entre as várias culturas ou não.

O gráfico 14 mostra os valores encontrados em que 16,7% dos respondentes, correspondentes a 18 frequências, tem uma opinião positiva acerca de tal possibilidade.



Os dados encontrados no inquérito serão confrontados com os dados retirados das entrevistas.

1.1. Análise dos dados do inquérito ao público

Numa leitura global aos resultados encontrados pelos inquéritos verificámos que cerca de 62% dos inquiridos pertence à faixa etária dos 20 aos 60 anos de idade, portanto em idade activa. Cerca de 14% pertencem a uma faixa etária mais jovem, dos 14 aos 20 anos de idade, o que ajuda a conhecer a opinião dos jovens nesta matéria, e os restantes 24% pertencem a estratos etários mais elevados.

A divisão por género coincidiu também com o rácio de sexo existente sendo aproximadamente de 60% feminino.

No referente às habilitações académicas dos inquiridos, não sendo objectivo do estudo ir de encontro a respondentes com determinada habilitação, verificámos uma certa distribuição expectável tendo em conta o nível académico dos portugueses, pois cerca de 63% dos inquiridos apresentou o ensino obrigatório como habilitação académica, 26% dos inquiridos apresenta como habilitações o ensino secundário e os restantes 11% um curso do ensino superior.

A distribuição dos inquéritos, feita aleatoriamente na cidade, procurou recolher opiniões da população em geral. Assim, a distribuição dos respondentes por sector de actividade permitiu verificar que cerca de 50% dos inquiridos têm ocupação no sector secundário (comércio e indústria) e cerca de 40% pertence ao sector terciário (serviços).

Feita a caracterização dos respondentes e analisando os resultados referentes aos objectivos do estudo, verificámos que 64% dos inquiridos não têm conhecimento de inglês. Verificámos também que 88% refere ter desejo de dominar, no sentido de falar bem e de compreender o inglês. As maiores incidências encontradas para justificar esse desejo de domínio do inglês referem-se a uma maior cultura, seguindo-se o gosto, a compreensão e o desejo, sendo referidas também a sua necessidade no emprego e a comunicação.

Inquiridos acerca do seu contacto com a língua inglesa verificámos que cerca de 70% refere ter esse contacto. Esse contacto é feito especialmente pela televisão, pela publicidade, pelos clientes, no emprego e pelo computador.

Nas questões seguintes, debruçámo-nos somente sobre aqueles que referiram contactar com a língua inglesa no seu quotidiano e desses (34 indivíduos) referiram que recorrem ao inglês no seu dia-a-dia, quer seja através da internet ou do seu emprego (10 incidências em cada caso), quer seja através do atendimento a clientes (7 incidências) ou outros casos.

Destes indivíduos que utilizam o inglês no seu quotidiano, verificámos que quase metade (45%) o faz por necessidade, ou seja, por obrigação profissional. Outros referiram situações como o cantar, internet, termos informáticos, por gosto ou moda.

Os inquiridos referem que o recurso generalizado do inglês em Portugal, feito pelas pessoas comuns em situações comuns se deve a obrigações profissionais, em primeiro lugar, a atendimento de clientes, em segundo lugar e depois aparecem justificações como 'ser moda', e 2% dos inquiridos referem a língua inglesa como europeizante.

A maioria dos inquiridos refere que o uso do inglês pelos portugueses em Portugal não é necessário enquanto somente 18% dos inquiridos entende que o inglês venha a ser uma língua universal.

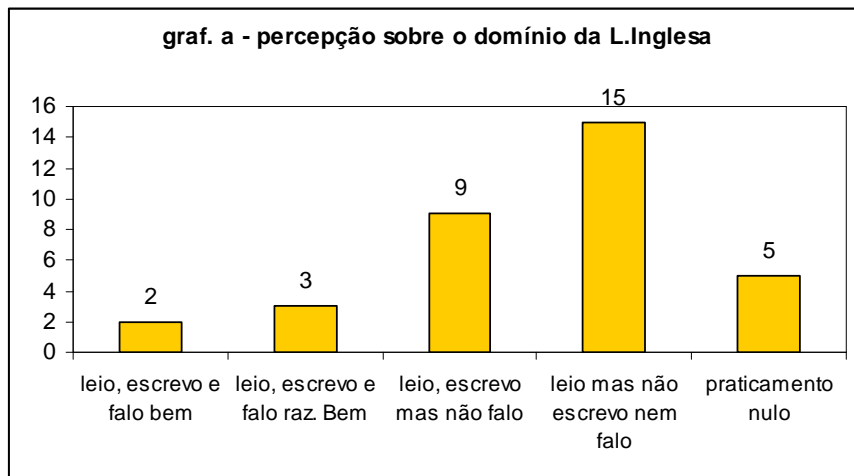
2. Apresentação dos dados do inquérito aos estudantes

Este inquérito foi passado aos alunos de duas turmas do nono ano de escolaridade da escola em que a autora exerce a sua profissão. A pertinência da sua passagem e da análise dos dados por eles obtidos foi objecto de ponderação e concluído que estes respondentes se enquadravam numa faixa populacional emergente, que lida ou parece lidar com linguagens intrusivas, sentindo esta intrusão como a adulteração das normas gramaticais da linguagem falada e escrita, motivada entre outras coisas pelo uso massivo de telemóveis, mp3, dvd's, o *messenger* e outros objectos e instrumentos de comunicação. Foram-lhes explicados as suas finalidades e pedida a sua colaboração.

Dos 47 alunos das duas turmas somente responderam, por livre vontade 34, sendo considerado este valor para a amostra.

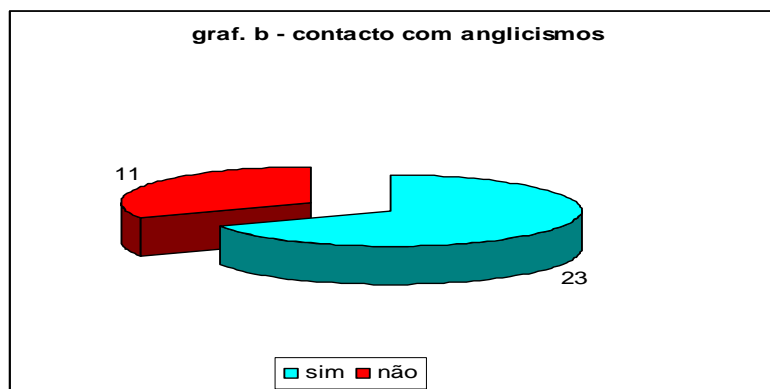
Com a primeira questão procurava conhecer-se a própria opinião acerca do seu conhecimento da língua inglesa.

O gráfico seguinte mostra os dados encontrados.

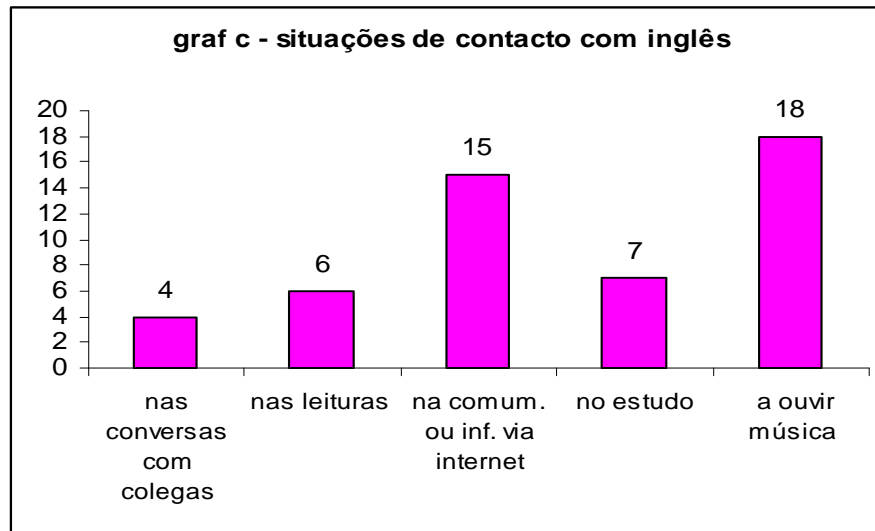


Verifica-se assim que 44,1% dos inquiridos considera que simplesmente lê inglês, não falando nem escrevendo, que 26,5% refere que lê e escreve mas não fala, que 14,7% considera o seu conhecimento da língua inglesa como praticamente nulo.

A segunda questão questionava-os acerca do seu contacto com palavras ou expressões inglesas (anglicismos) e, aí, responderam fortemente Sim, com uma incidência de 67,6% das respostas, conforme se vê no gráfico b.



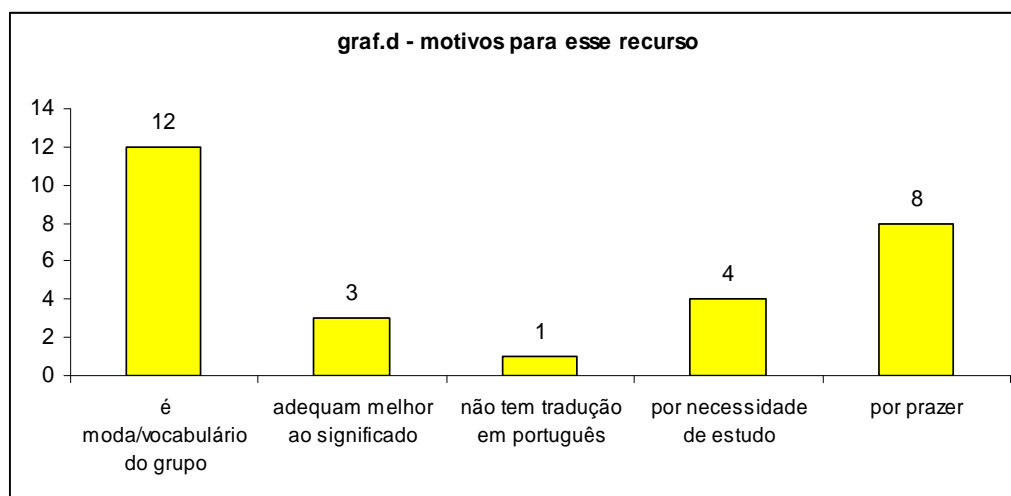
Aos 23 respondentes de sim, pedia-se na questão seguinte que assinalassem as situações em que o contacto com as referidas expressões aconteciam. Os resultados encontram-se no gráfico c.



Os respondentes não consideraram somente uma situação de contacto e optaram por assinalar mais do que uma. Isso levou a que os resultados ampliem e certifiquem melhor as referidas situações.

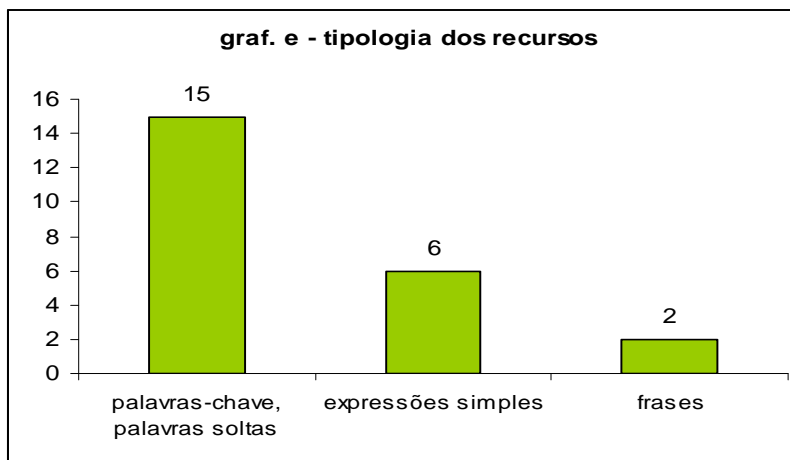
Verifica-se que 36% das respostas consideram que na audição de música se encontram em contacto com a língua inglesa, 30% consideram que tal acontece na comunicação ou busca de informação via Internet, enquanto 14% referem o estudo como essa situação, 12% assinalam as leituras e somente 8% assinalam as conversas com os colegas.

Quando questionados acerca dos motivos que os levam a utilizar tais recursos responderam conforme a gráfico d.



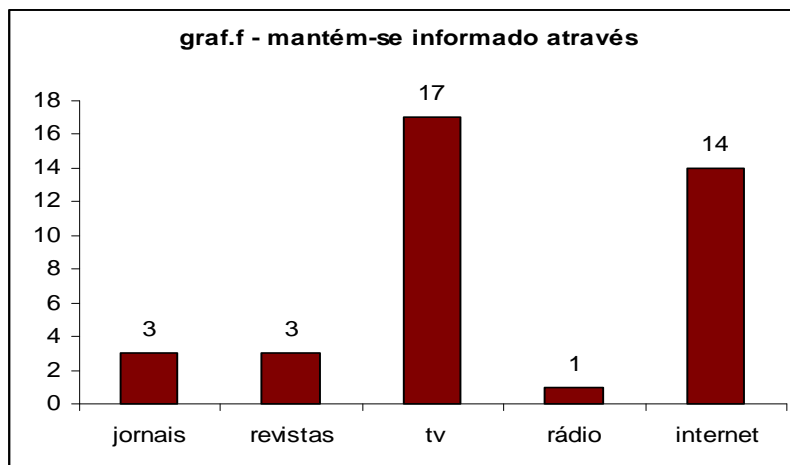
A grande incidência de respostas localiza-se na opção é moda, faz parte do vocabulário dos pares, com 52,2%, seguindo-se o prazer na sua utilização com uma incidência de 34,8%, enquanto a opção 'não tem tradução em português' recebeu somente uma incidência (4,3%).

Quando se questionaram acerca da tipologia de palavras, frases ou expressões utilizadas verificou-se o que o gráfico e mostra.



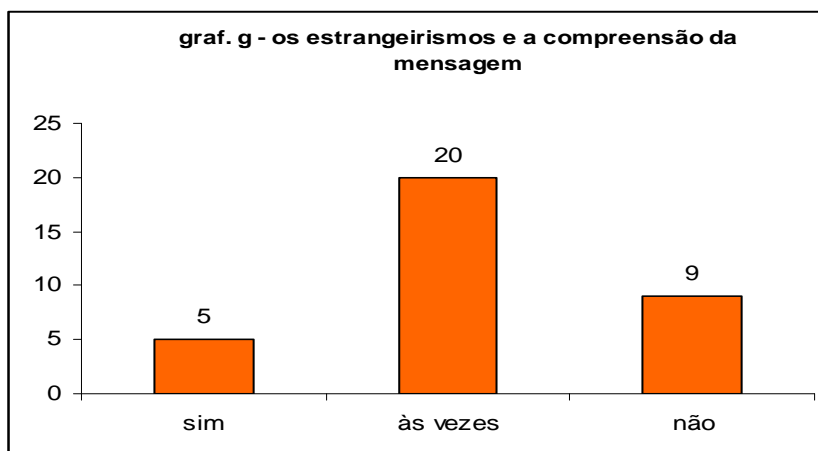
Assim, 65,2% dos inquiridos responderam que utilizavam preferencialmente chavões, palavras soltas, enquanto 26,1% referiu utilizar expressões simples e somente 8% referiu recorrer a frases em inglês no seu quotidiano.

Recuperado o total da amostra, os 34 respondentes, para a recolha de dados, questionou-se acerca dos meios que utilizavam para se manterem informados e os resultados foram compilados no gráfico f.



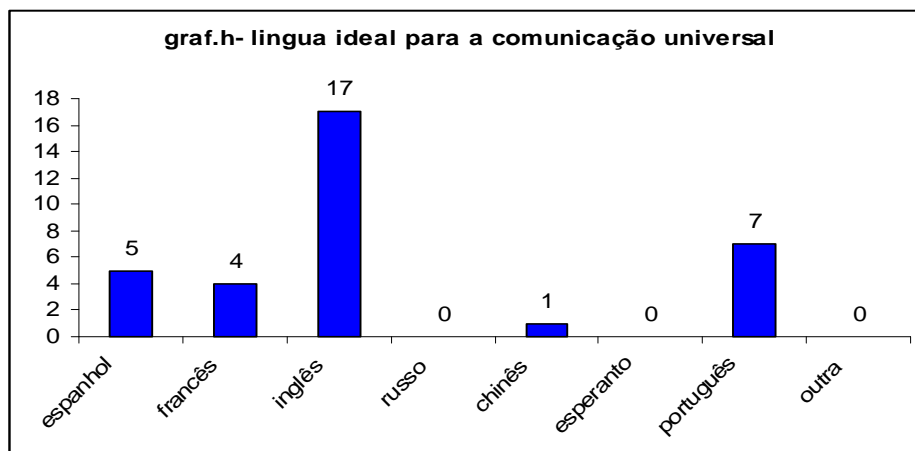
Da amostra, 50% referiram a *tv* como meio de recolha de informação e actualização do seu conhecimento do mundo que o rodeia, 41,2% referiu recorrer à Internet, enquanto os jornais receberam 8%, tal como as revistas e a rádio recebeu 3% das opiniões.

Instados a pronunciarem-se acerca da valorização de estrangeirismos na compreensão das mensagens, 58,8% responderam, como mostra o gráfico g que 'às vezes' acontece de facilitar, enquanto 26,5% fez as suas opções no 'não' e os restantes assinalaram o 'sim'.

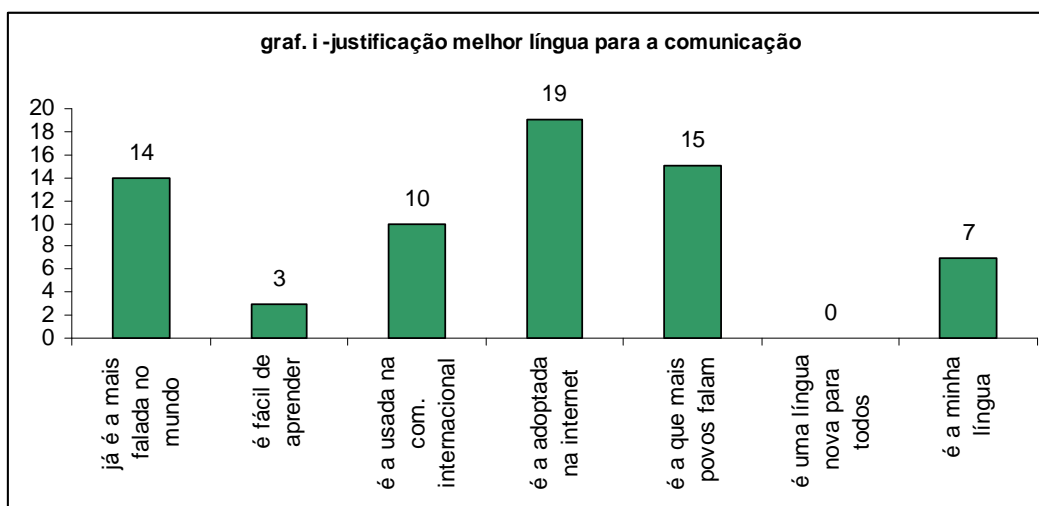


A questão 7 inquiria-os acerca da importância de todos saberem ler, escrever e falar uma segunda língua ao que todos (100%) responderam 'sim'.

A questão seguinte perguntava-lhes qual a língua que considerariam importante todas as pessoas dominarem de modo a facilitar a comunicação universal. O gráfico seguinte mostra as respostas recebidas.



O inglês recebeu 50% das opiniões dos inquiridos enquanto o português recebeu 20,6% das sinalizações, o espanhol, 14,7% e o francês 11,8%.



Quando inquiridos acerca do porquê da sua escolha anterior verificámos que, apareceram 68 sinalizações, conforme o gráfico seguinte, 55,9% refere que é a adoptada na Internet, 44,1% de sinalizações recaiu na opção é a que mais povos falam, enquanto 41,1% refere que é a mais falada no mundo e 29,4% referem que é a mais usada na comunicação internacional.

2.1. Análise dos dados do inquérito aos estudantes

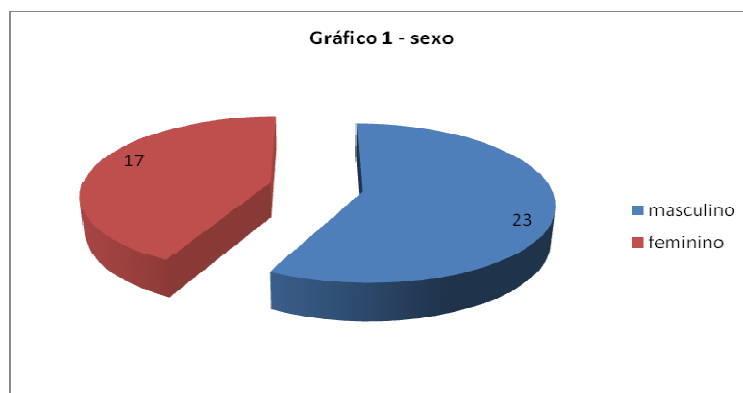
Dos dados recolhidos pelos inquéritos junto dos alunos se verifica que a maioria dos alunos lê inglês, mas pouquíssimos se consideram com capacidades de fala ou de escrita de inglês. Todavia, dois terços dos respondentes reconhece que tem contactos com anglicismos ou utiliza-os no seu quotidiano, sobretudo quando ouve música ou comunica ou busca informação na internet e, menos relevantemente, nas leituras, no estudo ou nas conversas com colegas, porque consideram ser moda, consideram que essas palavras ou expressões fazem parte do seu vocabulário, porque têm prazer na sua utilização e, com menor significado, por necessidade de estudo, por melhor adequação ao significado e por não se encontrar termo em língua portuguesa. As palavras recorrentes são de tipo expressões curtas (duas/três palavras), palavras soltas, chavões e pequenas frases. Os meios de comunicação social mais utilizados pelos respondentes, que poderão influir nas formas de apropriação dos estrangeirismos, consistem na tv, correspondente a metade das respostas encontradas e na internet, fortemente sinalizada. Os jornais, as revistas e o rádio são minimamente referenciados como meio de contacto com os estrangeirismos. O uso dos estrangeirismos na comunicação ‘nem sempre’, segundo os inquiridos, ajuda à compreensão das mensagens e as opiniões de que ajuda à compreensão das mensagens encontram-se em menor número. Portanto, para os inquiridos os estrangeirismos ajudam às vezes ou não ajudam a compreender as mensagens em que se inserem.

Todos os inquiridos são de opinião que é importante toda a gente dominar, ler, falar e escrever em uma segunda língua e metade dos inquiridos acha que essa língua seria o inglês, considerada como língua de comunicação internacional. O português, o espanhol e o francês foram também referidos. Nas justificações da selecção de uma língua em detrimento de outra verificámos que razões como ‘é a mais adoptada na internet’, ‘é a que mais povos falam’ (no sentido de haver mais países com essa língua oficial), ‘já é a mais falada no mundo’ e ‘é a usada na comunicação internacional’ que se orientam para a língua inglesa enquanto justificações como ‘é a minha língua’ ou ‘é fácil de aprender’

orientam-se uma especificamente para o português, visto não haver respondentes de nacionalidade estrangeira e outra qualquer língua das mencionadas.

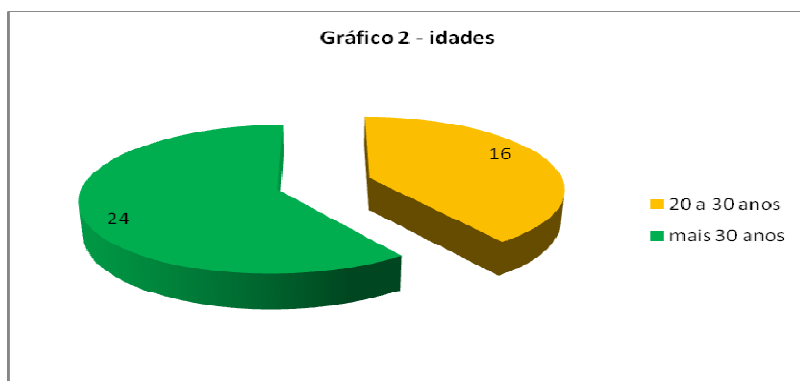
3. Apresentação dos dados do inquérito de rua

Na rua fizeram-se 40 entrevistas a pessoas diversas. Dessas entrevistas resultaram os dados que a seguir se apresentam.

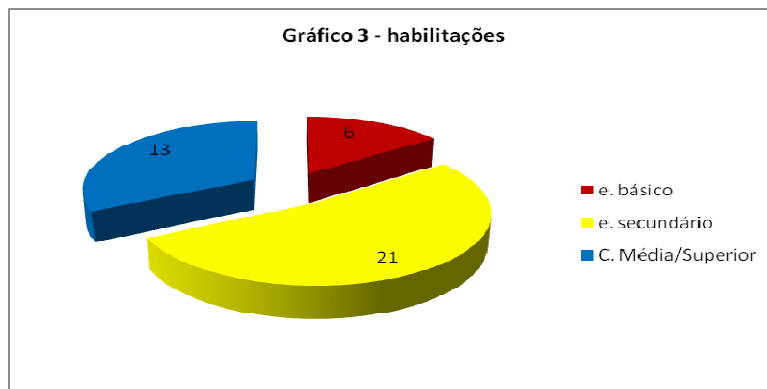


A maioria (58%) dos inquiridos era do sexo masculino.

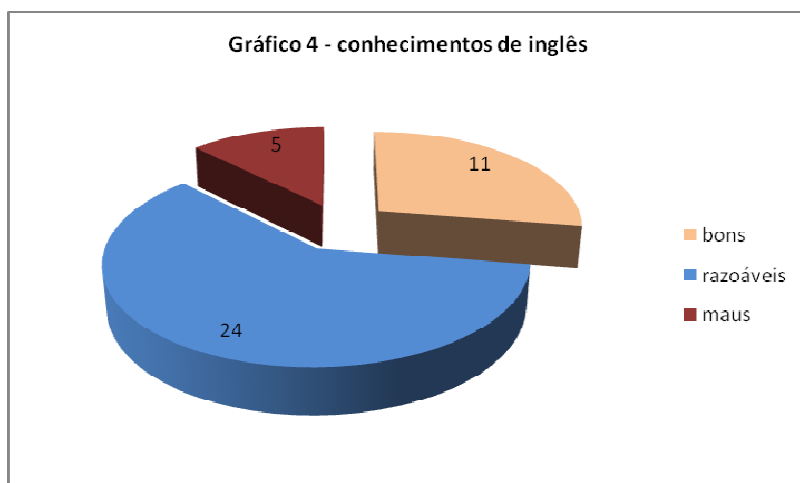
As idades da maioria (60%) dos inquiridos ultrapassavam os 30 anos.



A maioria dos inquiridos (53%) referiu possuir o ensino secundário e uma percentagem significativa (31%) referiu possuir um curso médio ou superior.

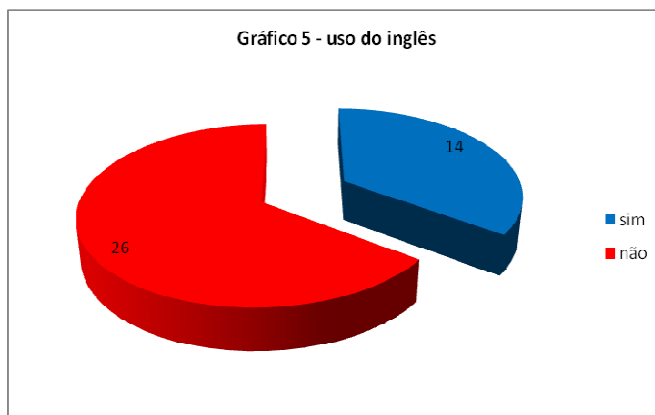


A primeira questão inquiria-os acerca da avaliação dos seus conhecimentos de inglês. As respostas encontradas mostram que a maioria tem conhecimentos 'razoáveis' de inglês (60%) e uma percentagem elevada refere ter bons conhecimentos de inglês (28%).

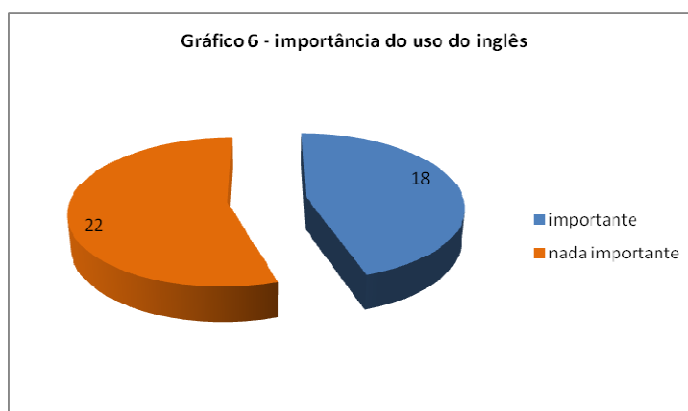


Quisemos saber se tinham a percepção de que em Portugal as pessoas recorriam, ou não, ao uso de terminologia inglesa para comunicar, nos diferentes contextos.

As respostas (gráfico 5) mostram que a maioria (65%) referiu que achava que não se recorria muito ao inglês para comunicar. Contudo, uma terça parte dos entrevistados manifestou opinião positiva.

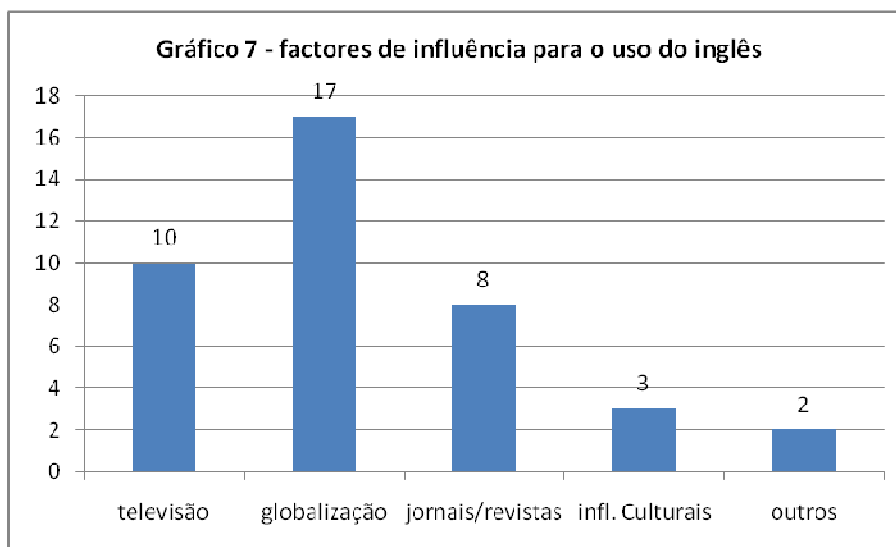


Quisemos saber, depois, se achavam e em que medida achavam importante o uso de palavras ou da língua inglesa em Portugal. Verifica-se que a maioria (55%) considera como Nada Importante o uso do inglês em Portugal, embora quase metade julgue ser importante a sua utilização.

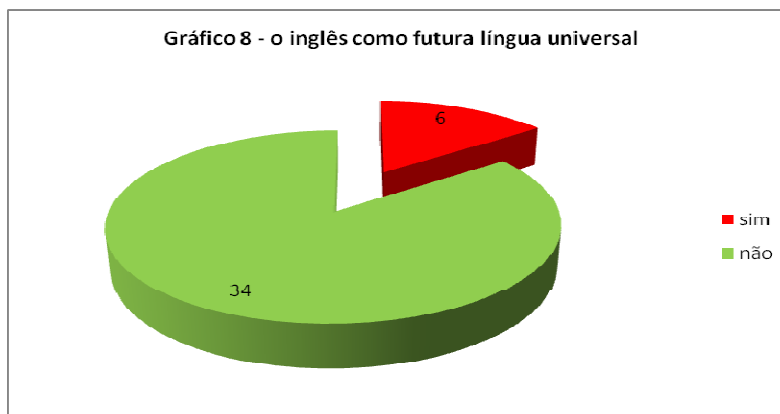


A questão seguinte inquiria acerca de que factores estariam na base da influência para a utilização de terminologia inglesa na língua portuguesa.

Verificámos que a globalização é o factor mais indicado para tal influência, com 17 sinalizações (42%) seguindo-se a televisão (25%) e os jornais e revistas (20%), as influências culturais (8%) e outros (5%).



A última questão procura conhecer as suas opiniões acerca da possibilidade de o inglês poder vir a constituir-se como língua universal.



Verifica-se que somente 15% refere tal possibilidade como real.

3.1. Análise dos dados do inquérito de rua

Com estas entrevistas curtas e fechadas quisemos confirmar a percepção com que ficamos após termos passado os instrumentos de recolha de informação que tínhamos previsto no estudo. Esta técnica permitiu verificar uma discrepância entre os dados agora recolhidos e os recolhidos anteriormente. Realizadas na parte nova da cidade, aleatoriamente a 40 pessoas colhemos uma amostra populacional que apresenta habilitações literárias de grau médio/elevado, com conhecimentos razoáveis ou bons de inglês.

A maioria não considera importante o uso de inglês em Portugal para a comunicação e refere que o factor que mais influi para a utilização do inglês, em Portugal, é a globalização e a televisão e outros meios de comunicação social. Também não crêem que o inglês se venha a constituir como uma futura língua universal.

4. Apresentação dos dados das entrevistas

Das entrevistas resultaram dados que nos ajudaram a situar a língua inglesa no quotidiano português nos contextos académicos.

Foram feitas duas entrevistas: uma a um professor universitário e titular de uma cadeira com responsabilidades na língua e literaturas estrangeiras e outra ao responsável pelas bibliotecas da universidade.

Estes instrumentos permitiram-nos caracterizar o entrevistado e abordaram uma variedade de temas previamente preconizados por nós. Assim, pretendendo conhecer as suas opiniões acerca do impacto do inglês no quotidiano português, quisemos saber que importância atribuíam ao domínio da língua inglesa, qual o papel ou papéis desempenhados por essa mesma língua, que perspectivas tinham eles acerca do futuro do inglês no mundo e que impacto reconheciam no nosso quotidiano provocado pelo inglês e pela presumível importação de estrangeirismos para a nossa língua.

Na sua caracterização verificámos que um entrevistado (E) é responsável pela cadeira de Línguas e Literaturas Europeias e outros (E2) é responsável pelas bibliotecas da universidade.

As suas opiniões são muito próximas em relação às áreas focadas pelas entrevistas. No que respeita à necessidade sentida no domínio da língua inglesa pela população em geral verificámos que entendem importante o seu domínio (relativamente) *“à importância que atribuo ao estudo e domínio de uma segunda língua devo referir que (...) não se pode descurar um conhecimento nunca menos do que aprofundado, (...) de uma língua com raízes no mercado linguístico”*. (E-4) e *“penso que é importante que as pessoas o dominem, o conheçam para poderem continuar a abertura social, do conhecimento e cultural”* (E2-17), ou ainda, *“nas bibliotecas os alunos de certos cursos, engenharias, medicina, veterinária, matemáticas, música, têm necessariamente de conhecer e dominar a língua inglesa, caso contrário, não têm facilidades nos seus cursos”* e pela população estudantil, universitária, em particular, verificámos que são de opinião de que os alunos já apresentam profundos conhecimentos do inglês e escolhem-no *“o inglês é muito procurado em detrimento do alemão, por exemplo, ou do francês”* (E2-6), ou *“os alunos universitários sentem-se mais europeus do que portugueses no que respeita à língua”* (E2-8) e *“os alunos que recorrem às bibliotecas da Universidade têm já um certo estatuto cultural que lhes permite compreender, sobretudo usar, livros em língua estrangeira, seja ela o inglês ou outra”* (E2-5) e *“uma elevada percentagem de alunos domina satisfatoriamente o inglês”* (E2-9). Referem o inglês como ferramenta de trabalho: *“o Inglês é hoje uma ferramenta indispensável para qualquer estudante ou para qualquer investigador”* (E2-1) e *“no meio académico e científico as novidades, os estudos, as investigações chegam-nos em língua inglesa”* (E2-2, E-20).

Quanto à selecção da língua inglesa em detrimento de outra referem ela é feita em função das perspectivas de futuro, *“aos motivos de selecção da língua a estudar pois são variados mas, no que nos diz respeito, prendem-se, sobretudo, com a posição de futuro profissional”* (E-5).

Quando pretendemos saber o que pensavam acerca do papel do inglês na sociedade, no nosso quotidiano, da sua importação e da sua influência soubemos

que “[há] indicadores que nos permitem inferir ou ir percebendo que a Língua Inglesa já assume uma importância vital em vários contextos nacionais e internacionais, como a economia, a finança, a política e a comunicação internacional sob todas as formas e meios” (E-7), e que “num contexto de importância para o desenvolvimento e comunicação global, penso que o Inglês já assume essa importância” (E-10), que numa era de globalização, de mundialização é o inglês que toma a dianteira “penso que o inglês tem um papel importantíssimo na globalização” (E2-15). Percebemos também que há outras línguas importantes no meio científico e acadêmico pois, referem “há, depois, uma ou outra língua que se tem mostrado com vitalidade em alguns quadrantes” (E-8), que se implantam em áreas geográficas mais ou menos definidas “nomeadamente na América Latina e do Sul, outra nas zonas mais orientais do sudeste asiático” (E-9) e por outros lados “penso que se tem difundido por muitas culturas e sociedades” (E2-16).

A implantação do inglês verifica-se fortemente na vida académica, pois “No aspecto formativo, académico, a língua inglesa aparece como um meio de acesso à cultura, ao conhecimento, à actualidade.” (E-19), e “No campo da investigação aparece como a língua de comunicação científica” (E- 20), avaliam a sua importância na comunicação científica “ É impensável, hoje, conseguir colocar qualquer assunto sério na comunidade científica internacional ou nacional sem ser por meio de publicações em inglês.” (E-21), e “o inglês é a língua que encontramos nos livros científicos, em certas áreas do conhecimento e da investigação” (E-22) e ainda “É a língua em que se traduzem, por regra, os trabalhos académicos, é a língua que usamos nas comunicações, nos simpósios, nas conferências, nos workshops, em todas as ocasiões ou eventos culturais em que haja participantes estrangeiros. Mesmo entre nós, há uma certa tendência para se fazer apresentações em inglês.” (E-23).

Quanto às perspectivas do futuro da língua inglesa na comunidade nacional ou internacional as suas respostas apontam para a aceitação do inglês como língua adoptada ou aceite na comunicação internacional “Quanto à comunicação internacional aí sim” (E-16) e “as comunidades científicas, técnicas e políticas a assumam como a língua de comunicação oficial.” (E-17). Quanto ao

inglês ser adoptado como língua intranacional, isto é, adoptada como língua nacional, em substituição do português, verificámos que não comungam dessa opinião “a de se poder entender o Inglês como uma língua única, intranacional, é mais difícil de aceitar ou, sequer, perspectivar” (E-11) ou “penso que ocupar o espaço, substituir o papel da língua nativa é muito difícil que tal venha a acontecer.” (E2-18). Neste campo permitem-se concluir que “o inglês será, na minha modesta opinião, sempre uma língua de papel secundário nas sociedades que não a têm como língua oficial ou nativa e será uma língua internacional, já o é, embora sem estatuto oficial” (E2-19). Nessa perspectiva ou para tal acontecer teria, segundo os entrevistados que “seria necessário uma grande revolução quer nas políticas mundiais, quer nas economias individuais” (E-12) e, numa abordagem mais interna, “Não estou a ver os pais, em casa, a falarem com os filhos em inglês se a sua língua nativa é o português” (E-13) ou seria preciso que “durante muitos anos, gerações, deixasse de ser falado em casa, nas nossas casas, o português de forma a poder ser esquecido e, em simultâneo que toda a gente falasse outra língua, neste caso o inglês” (E-14). Para que o inglês se venha a tornar língua falada pelos estrangeiros como primeira língua “Quanto à tendência para aumento desse recurso, pois creio que há muito caminho a percorrer” (E-27).

Relativamente à simultaneidade linguística as opiniões apontam para a sua possibilidade, mas respeitando contextos específicos, *“à coexistência linguística admito que poderá acontecer pois em alguns países, uma língua estrangeira (...) é utilizada na comunicação com turistas ou em contextos específicos” (E-15), ou ainda “Não quer dizer que se torne obrigatória em todas as ocasiões de comunicação internacional. Há-de variar conforme os interlocutores” (E-18) e, na salvaguarda da língua portuguesa, anotam que “a língua portuguesa ainda não corre riscos de abalroamento mas pode tornar-se preocupante a médio prazo se não forem tomadas medidas de defesa da nossa língua” (E2-11) pois “o inglês tomará muito espaço em muitas e variadas situações de comunicação em Portugal” (E-28).*

Quanto ao impacto sentido ou a sentir pela intromissão do inglês no quotidiano português, os entrevistados afirmam poucas preocupações a esse nível

reconhecendo, contudo, algum impacto *“É certo que tem havido alguma tendência para a apropriação do inglês ou de termos ingleses, como um caminho para significar novos conceitos e produtos”* (E-24) ou *“o inglês entra nas nossas casas todos os dias sob muitas formas, pelos nossos filhos, pelas tecnologias, pela televisão, pela publicidade estática, pelo computador.”* (E2-10) e *“este impacto se verifica de uma forma positiva pois não nos leva a esquecer o português mas a conhecer o inglês o que é positivo”* (E2-14).

A sua pertinência na publicidade traduz-se também num impacto cultural *“Tem-se verificado a vulgarização desse recurso por parte de multinacionais que dependem grandemente da publicidade”* (E-25), ou ainda, *“a selecção e o recurso à língua inglesa quer nas marcas, quer nos produtos, quer até nos efeitos visuais e auditivos que a língua inglesa cria no ouvinte”* (E2-26) e a força linguística que o inglês apresenta é revista na opinião de que *“O inglês é uma língua forte com implantação nos mercados internacionais, nos mercados científicos e tecnológicos, nos mercados linguísticos e nos processos de internacionalização”* (E2-12) ou *“São estes processos que impingem o inglês e nos conectam com essa língua.”* (E2-13).

4.1. Análise dos dados das entrevistas

Pela caracterização dos entrevistados verificámos que ambos ocupam posições académicas que lhes atribuem seriedade e valor de opinião.

As suas opiniões são condizentes no que respeita à premência do conhecimento do inglês no meio académico, quer seja ao nível curricular, quer seja ao nível da investigação e da comunicação científica. Das suas palavras resulta o entendimento de que o inglês formata o conhecimento e a ascensão cultural do indivíduo. As referências ao conhecimento e domínio do inglês por parte dos alunos universitários são positivas, pois é considerado uma ferramenta de trabalho, que a selecção da língua inglesa é feita de acordo com as perspectivas de futuro dos alunos e sentem que o inglês já detém um importante papel na sociedade em contextos específicos e abrangentes e que é a língua da globalização.

No que se refere à universalização da língua inglesa as opiniões não são favoráveis muito embora reconheçam que o inglês ocupa já um papel determinante na internacionalização do indivíduo e servirá de língua recorrente na comunicação internacional, embora sem estatuto oficial.

Quando pensada a língua inglesa em simultâneo com a língua portuguesa, um Portugal bilingue, referem que o inglês ocupará espaços da língua portuguesa sem a pôr em risco desde que haja políticas de defesa linguística e que será um recurso em muitas e variadas situações.

Referindo-se ao impacto, ao estrago ou alterações do quotidiano português provocado pela assunção ou acolhimento e utilização de termos e expressões inglesas, as opiniões são positivas, reconhecendo algum impacto, baseadas na não perturbação da nossa língua mas na melhoria comunicacional. A publicidade é entendida pelos entrevistados como um veículo promocional importante, quer dos produtos, quer da língua, pois sugerem que o inglês é apropriado fonologicamente à publicitação.

5. Discussão dos Resultados

Esta discussão de resultados tenta cruzar os dados recolhidos pelas diferentes técnicas de recolha de informação para este estudo.

Assim, analisados os dados dos inquéritos e das entrevistas compararam-se de modo a compreender as opiniões dos inquiridos e as dos entrevistados e conferir a semelhança de opiniões.

Em primeiro lugar devemos referir que se tentou responder às questões investigativas com o recurso a várias amostras: os respondentes aos inquéritos foram os comerciantes e colaboradores de duas das ruas da cidade, um grupo de alunos da escola, alguns professores, um grupo indiscriminado de pessoas que foram contactadas na rua pelos autores do estudo; os entrevistados que constituíam opiniões mais balizadas. A amostra do estudo apresenta habilitações literárias médias ao nível do ensino obrigatório, equivalente ao 9º ano de escolaridade. O primeiro grupo é menos habilitado academicamente, sendo a

mais elevada, sendo a norma 'ensino secundário'. Os alunos inquiridos frequentam o 3º ciclo do ensino básico (9º ano).

Relativamente ao domínio ou conhecimento da língua inglesa deve referir-se que parte da amostra reconhece não ter ou ter insuficientes conhecimentos de inglês, embora nos inquiridos de rua se tenha verificado que a maioria apresenta razoáveis conhecimentos de inglês mas, quase todos, mostram desejos de dominar essa língua. As razões para quererem conhecer e dominar o inglês variam mas estimam a cultura, a necessidade e o conhecimento. Outro dado importante é o de cerca de dois terços da amostra revelarem que contactam com a língua o que, podendo não influir na sua forma de estar e na sua utilização, faz-se notar a sua presença, sobretudo pela televisão, no trabalho, nos clientes e na publicidade. A necessidade da sua utilização, independentemente do motivo, faz com que seja menos de metade o número de pessoas que o utilizam como recurso.

Verifica-se das suas opiniões que o inglês nos entra em casa de múltiplas formas, sobretudo pelo computador, televisão e outras formas como a publicidade estática, é considerado um recurso linguístico, um instrumento de comunicação, para parte da população/amostra, como por exemplo o empregado de balcão (respondente), os estudantes e os internautas, etc., é utilizado por algumas pessoas em contextos específicos, como no caso das universidades, na investigação, meio académico, atendimento de clientes, internet, televisão e constitui-se como uma ferramenta de trabalho e de comunicação entre amigos, pois a sua utilização ou o simples uso de palavras ou expressões é sentido como moda, sobretudo pelos mais jovens.

Por outro lado, o domínio do inglês é considerado, por todos, como importante, e é-lhe atribuído o espaço ou papel de língua da globalização, da mundialização e, sem ser sentida como a futura língua universal, é aceite como língua de comunicação internacional. Os mais jovens, os alunos, referem a música e a internet como fonte do inglês e dos anglicismos e que o recurso ao inglês se faz por moda, por prazer e, curiosamente, quase é esquecida a vertente do estudo do inglês.

Relativamente ao espaço linguístico que ocupa em Portugal, e ao português, a amostra sente que o inglês provoca um mínimo impacto e positivo na língua portuguesa, no seu quotidiano, não perturbando o português e não crê que o inglês venha a usurpar o espaço do português. Quando à simultaneidade linguística, isto é, a coabitação das duas línguas em Portugal, a opinião é a de que a tal acontecer ainda irá levar muitos anos, décadas, e só acontecerá em contextos muito específicos.

Confrontados os resultados encontrados com os objectivos do estudo poderemos referir que a existência do inglês é sentida pela amostra deste estudo e que, sendo sentida, causa impacto na vida dos portugueses. Este apresentava-se como o objectivo geral do estudo e, nesse sentido, poderemos dizer que foi atingido.

Quanto aos objectivos parcelares, tendo-se verificado pela revisão bibliográfica que a língua inglesa é hoje uma língua franca, utilizada em vários contextos da vida social e económica, que ocupa um lugar de vanguarda enquanto língua aprendida (EFL), que é entendida como uma língua de comunicação internacional, que foi conquistando o espaço que agora ocupa pela facilidade de aprendizagem, pela fonologia, pela dicção o que contribuiu para que hoje seja a língua oficial em alguns países que, seja a língua nativa de mais de 300 milhões de pessoas e seja aceite a sua hegemonia entre tantas outras línguas. Também em Portugal e na Europa o inglês é a língua estrangeira mais aprendida e falada o que confirma a primeira hipótese “o Inglês é a língua estrangeira mais aprendida e falada quer em Portugal quer na Europa” pois, como refere Jorge Pedreira (2007), Secretário de Estado da Reforma Educativa *“através de protocolos com autarquias, institutos de línguas, associações de pais e outras entidades, o Inglês está hoje “presente em 98 por cento” das escolas do ensino básico. Confirmado o “sucesso” da cobertura, falta agora avaliar a qualidade da aprendizagem.”*

Os seus papéis variam entre o de língua internacional, de comunicação entre povos, utilizada por um conjunto de países nas suas comunicações e radiodifusões mundiais, a língua base utilizada na internet, na comunicação profissional, científica, economia e finança, tecnológica e no turismo. Efectivamente, em Portugal a língua inglesa tem ocupado o lugar nas

comunicações científicas, nos estudos, na recepção de turistas o que confirma a segunda hipótese que estima determinados papéis para o inglês.

Quanto ao seu papel futuro verifica-se que, segundo as opiniões recolhidas, lhe estará destinado não o lugar de língua universal, adoptada por todos ou grande parte dos países e povos, mas um papel de língua internacional, de segunda língua (aprendida ou oficial). Cada povo, cada país usará a sua língua nativa e o inglês aparecerá associado à necessidade de comunicação com o exterior.

A terceira hipótese que estimava a manifestação de indícios que pressuporiam a língua inglesa como uma futura língua universal, tal não se verificou, ficando a opinião de uma língua de comunicação internacional.

CONCLUSÕES FINAIS

Determinados a contribuir com o presente estudo para o esclarecimento do impacto do inglês no quotidiano português e motivados pela constatação de grupos de alunos aplicarem palavras ou expressões estrangeiras, sobretudo em inglês, na sua comunicação, fomos à procura, junto da população civil, da gente anónima, do entendimento que estes tinham da incursão do inglês pelo português actual.

Para isso, definimos objectivos, um mais amplo, mais global, mais abrangente, que se cingia à verificação da influência do inglês na vida quotidiana portuguesa. A definição deste objectivo mostrou-se um tanto difícil pela carga sinónímica que se poderia atribuir ao 'impacto'. Assim fomos verificar se a amostra do estudo sentia a existência do inglês no seu quotidiano, sob qualquer forma, em qualquer lugar. Esta percepção ou este reconhecimento de que o inglês coexistia com o português, que coabita no nosso dia-a-dia com a nossa língua materna, cremos, constituiria uma forma de se poder considerar que o público sente a sua influência, sendo esse reconhecimento o 'impacto' procurado. Assim, entender-se-ia o 'impacto' como a colisão entre duas línguas e os efeitos directos e ou indirectos da sua colisão.

Primeiramente, procuramos esclarecer-nos dos passos a dar para garantir um fio condutor ao estudo. Sentido o problema da inclusão de terminologias inglesas na nossa língua e na nossa comunicação, e esclarecidos da influência que isso poderá acarretar para os jovens que procuram padrões de comunicação e estruturas de pensamento assentes na comunicação, definimos os objectivos para o estudo. Prosseguindo os objectivos haveríamos de proceder à avaliação da situação actual da Língua Inglesa no mundo e mais especificamente, a forma como se tornou a língua estrangeira mais aprendida e falada como língua na Europa e em Portugal, determinar quais os papéis que a língua inglesa desempenha na sociedade portuguesa, na ciência, no mundo empresarial, no comércio e reflectir sobre o futuro da língua inglesa.

Cumpridos estes objectivos, pensamos, estaríamos em posição de compreender melhor o que nos espera, aos portugueses, nos aspectos linguísticos.

Apontamos também algumas hipóteses pré-justificativas ou balizadoras da nossa investigação, pois pressupúnhamos que o Inglês era a língua estrangeira mais aprendida e falada quer em Portugal quer na Europa, que a língua inglesa desempenha papéis específicos na vida portuguesa, nomeadamente no mundo empresarial, na cultura científica, no turismo e na cultura e que haverá indícios de que a língua inglesa tende a manifestar-se como uma possível futura língua universal.

Estas eram as nossas convicções ou, pelo menos, assentávamos as nossas opiniões sobre estes pilares pelas considerações que fazíamos e pelo empirismo com que olhávamos a língua no mundo.

Isto fazia com que nos propuséssemos a uma investigação séria e muito orientada aos objectivos propostos. Contudo, faltava seleccionar a população e, dentro desta, a amostra. Assim, considerando que a cidade da Feira é uma cidade de pequena/média dimensão, com uma população activa inscrita na média nacional, com indústria, comércio e serviços como qualquer outra terra, com uma média de habilitação literária comparável à média nacional, julgamos que a selecção da amostra dentro desta população serviria os objectivos perseguidos. Logicamente que, em posteriores estudos que versem a mesma temática, se aconselha à diversificação da amostra por locais de interior, litoral, norte, sul, urbano e rural, que se recolham opiniões dentro das escolas secundárias e das universidades, dos estabelecimentos do primeiro ciclo e do público anónimo das ruas. Assim, ter-se-á uma maior amplitude e diversidade, uma maior abrangência e os resultados encontrados serão mais fidedignos ou, pelo menos, mais generalizáveis.

Houve um passo seguinte que constou da elaboração dos instrumentos de recolha de dados. Previstos os inquéritos à população, aos alunos e aos colegas de profissão, professores, e entrevistas a pessoas-chave, consideradas, à partida, opiniões justas, concretas e avalizadoras. Reconheceu-se, depois, que a população respondente não satisfazia a média esperada ao nível da habilitação literária da amostra e optou-se por alargar os inquéritos a mais alguns indivíduos pertencentes a uma zona nova da cidade, em que a população é mais jovem e,

consequentemente, com um maior índice cultural ao nível da habilitação, a crer no aumento cultural das gerações mais novas.

Concluída a formatação do estudo, pensadas as estratégias e delimitadas as áreas de intervenção e de investigação, fez-se a clarificação de conceitos, e julgamos ter conseguido, pelo menos aceitavelmente, mostrar o papel do inglês no mundo actual, mostrar que a língua inglesa tem uma propensão para se expandir e universalizar, que ao contrário de outras línguas, o inglês está muito vivo e reinante, sobrevive naturalmente pela força dos seus papéis em várias e distintas áreas sociais e políticas.

Verificando a consecução dos objectivos do estudo dever-se-á dizer que, relativamente à amostra e ao meio em que se desenvolveu este estudo, o grande objectivo, que consistia em verificar o impacto do inglês no seu quotidiano, foi cumprido pois a maioria da população respondente reconhece a existência do inglês nas suas vidas profissional, (como o atendimento de clientes, na comunicação empresarial e de negócios com clientes estrangeiros), de lazer (música, nos computadores e internet, nos objectos de uso diário, na terminologia electrónica e na comunicação científica e técnica) em casa, através dos meios de comunicação, na publicidade estática (cartazes de rua, outdoors, nos campos desportivos, nos meios de transporte, etc.).

Quanto ao conhecimento dos papéis que a língua inglesa desempenha em Portugal e no mundo, verificámos que esta língua foi emergindo e conquistando um lugar de língua oficiosa de comunicação internacional, pela decadência de outras línguas, nomeadamente o latim, que outrora foi considerada a língua mundial, por inerência, do papel que ocupava na Igreja e pela Igreja, o alemão que, após tentativas de alargar essa língua ao império que se tentou criar e que iria originar a II Guerra Mundial, foi pretérito até por repulsa e por natural afastamento dos possíveis falantes, o francês que ocupou um estatuto de comunicação sobretudo ao nível diplomático e de moda nos princípios do século XX, quando Paris era tida como a cidade de fama, da moda, da luz e daquilo que implicava o conceito de *três chic*, tal como a língua. O inglês foi sendo a língua mais falada que não apresentava problemas de difusão pelos cinco continentes e, a ajudar a esta difusão encontrava-se os Estados Unidos da América que, com os

seus milhões de falantes de inglês e com as divisas e poderio económico que detém, foi impelindo os outros a saberem comunicar em inglês para os servir, servindo-se. O turismo é uma das fontes principais de rendimento líquido e, por isso, todos os países apostam fortemente nessa actividade. Para isso, ensinam e aprendem o inglês. Em Portugal, depois de épocas de ensino e aprendizagem quase obrigatório da língua francesa, em épocas de forte emigração de portugueses para França, instalou-se o inglês, agora fazendo parte do currículo desde o primeiro ano de escolaridade do ensino básico e perspectivando-se o seu alargamento ao pré-escolar, verificando-se uma frequência maciça de alunos e ocupando um estatuto de imprescindibilidade para o estudo, para o trabalho e para o emprego. Isto faz verificar a primeira hipótese do estudo que refere o inglês como a língua estrangeira mais aprendida e falada em Portugal. Embora seja o alemão a língua mais falada pelos nativos na Europa, o inglês é a língua mais aprendida e, bem como no resto do mundo, é a língua de comunicação por excelência, seja nas ciências e tecnologias, seja no comércio ou na política.

Desde o desporto, passando pela ciência, pelo turismo, pela finança, economia, artes e espectáculos, pela comunicação e publicidade, na investigação e comunicação científica, na difusão do conhecimento técnico e financeiro, estas entre outras áreas em que se implantou, o inglês domina as línguas estrangeiras em Portugal e no mundo. Em Portugal, é uma língua com um papel de primeira língua estrangeira, usada na comunicação internacional, e aquela que se utiliza na comunicação entre nós e as pessoas de diferentes países que nos visitam. A segunda hipótese do estudo que se procurou testar através das percepções que os indivíduos da amostra tinham também se verifica pois, como vimos, a língua inglesa desempenha papéis específicos na vida portuguesa, nomeadamente no mundo empresarial (contactos com clientes, troca comercial, atendimentos personalizados aos clientes), na cultura e investigação científica (simpósios, palestras, encontros, *workshops*), no turismo (cafés, restaurantes, hotéis, bares, piscinas, postos de turismo, etc.), política (reuniões, conferências, encontros internacionais) e na cultura.

Os resultados do estudo quanto à perspetivação do inglês para o futuro é que se vincule, cada vez mais, como uma segunda língua interna e primeira de

comunicação internacional, nunca se compreendendo que possa a vir, algum dia, a ocupar um lugar de língua universal, isto é que substitua as línguas maternas de cada país, mas coexistindo, sem se sobrepor à materna na comunicação interna de cada país.

A última hipótese colocada que se referia à existência de indícios de que a língua inglesa tenderia a manifestar-se como uma possível futura língua universal (compreendida por todos os povos e usada em situações de contactos entre diferentes culturas), não se verifica. A maioria da população do estudo não prevê que tal venha a acontecer a este tão elevado nível de exigência para a língua inglesa mas que se resuma ao papel de segunda língua, de língua de comunicação internacional.

Em jeito de conclusão, dir-se-á que deste estudo resultou um entendimento mais profundo do uso das línguas faladas e escritas, da cultura linguística da amostra, das percepções que têm acerca do inglês e da sua justeza no português e da previsão para o inglês em Portugal. Reconhecendo a possibilidade da existência de lapsos de informação e explicitação neste estudo, devemos dizer que se o iniciássemos agora teríamos em conta a aprendizagem do inglês ao nível interno da família, pois entendemos que a aprendizagem do inglês se deve iniciar desde cedo na família, em contraponto com o princípio de Grammont que estima “*une personne, une langue*”.

O alargamento geográfico do estudo e uma organização que o permitisse mais quantitativo na busca de anglicismos e estrangeirismos torná-lo-ia mais retumbante. Está lançada a base para novos estudos que estimem o inglês em Portugal, que verifiquem a compreensão da mensagem para o português da rua, para os menos qualificados linguisticamente, que avaliem as causas da importação de comunicações em línguas estrangeiras para Portugal sem alterar a língua em que se encontra. Será a globalização que a isto leva? Será uma moda? Será a exacerbação da nossa língua? Será a necessidade de definir determinado objecto? A que se deve?

Estas são questões que poderão constituir a base para novos estudos que agora se propõem.

Bibliografia

- Adão, Á.** (2001). *As políticas educativas nos debates parlamentares. O caso do ensino liceal* (pp. 26-34). Lisboa: Assembleia da República.
- Alcindo, A. C.** (2006). “A defesa da Língua Portuguesa pelo estado e pelos cidadãos”, in *Mundo Lusíada*, em 30 de Novembro de 2006.
- Bakhtin, M.** (1997). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Hucitec. São Paulo.
- Benavente, A. et al** (1996). *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bisquera, R.** (1989). *Métodos de Investigação Educativa: Guia Prática*. Barcelona: Ediciones CEAC, S. A.
- Bogdan, R. e Biklen, S.** (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, R.** (1996). *História do Ensino em Portugal* (pp. 643-4, 685). Lisboa: F. C.
- Cassen, B.** (2005). “Come sfuggire alla dittatura della lingua inglese?”, in *Le Monde diplomatique*. Roma.
- Ceia, C.** (2006). “Porque é importante estudar línguas e porque é que não estudamos”. http://www.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/Educacao/aprender_linguas.pdf. Visita em 23 de Abril/2008
- Comissão das Comunidades Europeias**, (2005). *Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as competências – chave para a aprendizagem ao longo da vida*. Bruxelas, 2005/0221 (COD).

- Comissão** "Educação & Formação Para 2010". A Urgência das Reformas Necessárias para o Sucesso da Estratégia de Lisboa. (Projecto de relatório intercalar conjunto sobre a realização do programa de trabalho pormenorizado relativo ao seguimento dos objectivos dos sistemas de educação e de formação na Europa). 2003. In http://ec.europa.eu/education/policie/lang/languages/index_pt.html.
- Crystal, David** (2003). *English as a global language*, Cambridge University Press, Cambridge, II ed.
- Fernandes, R.** (1996). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: F. C. Gulbenkian.
- Fidalgo, A.** (2006). "O vernáculo e a ciência em Portugal". Diário de Notícias, de 12 de Novembro de 2006, (online).
- Fontes, C.** (2005). "Colapso da Reforma do Ensino em Portugal – II" (2002-2005). Em <http://educar.no.sapo.pt/>, visitado em 31 de Janeiro, 16h.
- Françoise V.** (1998). *Le latin ou l'empire d'un signe*. Albin Michel, Paris. 9 E. Banfi-N.Grandi, *Lingue d'Europa*, Carocci.
- Galli, F.** (2002). Linguagem da internet: um meio de comunicação global. UNESP/ASSIS – CNPq, mês, dez.
- Geraldi, J. W.** (1998). *Linguagem e Ensino*. 3º edição. São Paulo. Mercado das Letras.
- Ghiglione, R. e Matalon, B.** (1997), *O Inquérito*. Oeiras, Celta Editora.
- Graddol, D.** (1997). *The future of English? A guide to forecasting the popularity of the English language in the 21st century*. London: British Council. Available for free from the website of the British Council

- Graddol, D.** (1999). "The decline of the native speaker", *In* Graddol, David/Meinhof, Ulrike (eds.). *English in a Changing World. AILA Review* 13, pp. 57-68.
- Hagège, C.** (n.d). *Morte e rinascita delle lingue*. Feltrinelli, Milão.
- House, J.** (2006). *Unity in diversity: English as a lingua franca for Europe*. *In* Leung.
- Huntington, S.** (2005). *A nova América. Os desafios da sociedade multicultural*. Garzanti, Milão.
- Kachru, B.** (1998). "World Englishes and Cultures Wars". *In*, <http://www.info.gov.hk/sfaa/form/sgl/manuscripts4%20.Kachru.doc>
- Ladeira L.** (2006). O Inglês e a ameaça à cidadania europeia.
- Landa, R.** (1928). *La enseñanza secundaria en Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Loreto T., e Ian H.** (1990). *International English Usage*.
- Ludke, M. e Andre, M.** (1986). *Pesquisa em Educação – Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Mota, M.** (1999). O inglês e a ciência. Publicado no "*Linhas de Elvas*" de 22 de Outubro de 1999.
- Pedreira, J.** (2007). *Objectivos da UE para o ensino de línguas estrangeiras vão marcar passo em Portugal*. *Jornal Público*, Clara Viana, 25.11.2007

Phillipson, R. (2003). *English. Only Europe? Challenging Language Policy*. British Library Catalogue in Publication Data, London

Pires P. (2003). *Linguagem Universal*. em <http://members.xoom.it/jiimm>

Programa de Generalização do Ensino de Inglês, Ministério da Educação.
Livro Branco lançado em 1995, *Ensinar e Aprender: Rumo à Sociedade Cognitiva* http://www.dgidc.min-edu.pt/serprof/le_eur.asp

Quivy, R. Campenhout, L. (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.

Reformas do ensino em Portugal, 1835-1869, Tomo I, Vol. I (1989) (pp. 42-55).
Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

Silva, N. e Dalariva, M. (2000). *Impacto do Ensino da Língua Inglesa na Língua Quotidiana*.

Schutz, R. (2006). *O Inglês como Língua Internacional*. Online em 11 de Dezembro de 2006.

Soares, D. (1997). "Globalização numa perspectiva sociocibernética", In: *Revista Contracampo*, nº1. Mestrado da UFF, jul/dez/1997. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/cc2.htm>.

Steiner G. (1992). *Opus magnum, after Babel*. II edição.

Todd, L., e Ian Hancock, (1990). *International English Usage*. New York: New York University Press.

Sem autor, Luísa S. (org). "Neologismos da Internet - Em dia com as Línguas". *Revista E-Ciência*. Nº55 Fevereiro. Departamento de Línguas da

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal,
Janeiro/Maio 2006.

Vannuchi, J. D. (2006). "O português falado e escrito", (entrevista transcrita), in,
CruzeiroNet, em 28 de Maio de 2006.

Vasconcelos S. (2008) "Ciência e Cultura". *Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência*. Universidade Estadual de Campinas. Cienc.
Cult. V.59 n.3. São Paulo jul./set. 2007

Vogt, C. (2003). *Português e Esperanto - Inglês*. Palestra realizada por Alfredo
Maceira Rodrigues (UCB) no 7º Congresso Nacional de Linguística e
Filologia realizado em Agosto de 2003 na UERJ - Universidade
Estadual do Rio de Janeiro, (2003). Online <http://www.comciencia.br>
em 12 de Dezembro de 2006.

Voght, C. (2005). "Editorial". *Ciência e Cultura*. Vol.57 Nº.2 São Paulo Apr./June.

Outras Fontes:

<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt>

<http://www.sk.com.br/sk-enhis.html>

<http://www.hottopos.com.br/videtur12/proverin.htm> - dia 15/11/2006

Sem autor. <http://www.interlingua.org.br/> visita em 3 de Fevereiro, 10 horas

<http://www.byweb.pt/santamariadafeira/terrassantamaria.html>

http://www.bibliotecasvivas.org/regiao/santa_maria_da_feira.htm

http://www.ine.pt/prodserv/censos_prov/censos

<http://phoenix.sce.fct.unl.pt/jmmatos>

<http://www.byweb.pt/santamariadafeira/castelo.html>

http://europa.eu.int/comm/education/policies/2010/objectives_en.html#basic

<http://www.2-2.se/pt/index.html#toc>

ANEXOS

INQUÉRITO AO PÚBLICO

Este inquérito tem por objectivo conhecer a relação que estabelece com a Língua Inglesa no teu dia-a-dia. Assim, pedimos que leias atentamente as questões e lhes respondas com sinceridade. Para responderes, segue as instruções que vão sendo dadas. Como os inquéritos são anónimos não escrevas o teu nome em espaço nenhum. Desde já agradecemos o teu contributo.

1. Como caracterizas o teu conhecimento da língua inglesa? *(assinala com um X a opção que melhor se adequa à tua situação)*

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------|
| Leio, escrevo e falo bem. | <input type="checkbox"/> |
| Leio, escrevo e falo razoavelmente. | <input type="checkbox"/> |
| Leio e escrevo, mas não falo. | <input type="checkbox"/> |
| Leio, mas não escrevo nem falo. | <input type="checkbox"/> |
| Praticamente nulo. | <input type="checkbox"/> |

2. Costumas contactar com anglicismos ou utilizá-los (palavras ou expressões inglesas)?

SIM ☐ NÃO ☐

Se respondeste NÃO, passa para a pergunta 5

2.1. Se respondeste SIM assinala as situações em que tal acontece.

- | | |
|--|--------------------------|
| Nas conversas do quotidiano com os colegas | <input type="checkbox"/> |
| Nas leituras de lazer | <input type="checkbox"/> |
| Na comunicação ou busca de informação via Internet | <input type="checkbox"/> |
| No estudo | <input type="checkbox"/> |
| A ouvir música | <input type="checkbox"/> |

3. Achas que o recurso a tais expressões se deve porque:

- | | |
|--|--------------------------|
| Está na moda / faz parte do vocabulário do grupo | <input type="checkbox"/> |
| Se adequam melhor ao significado | <input type="checkbox"/> |
| Porque não têm tradução em Português | <input type="checkbox"/> |
| Por necessidade de estudo | <input type="checkbox"/> |
| Por prazer | <input type="checkbox"/> |

4. As expressões utilizadas são do tipo:

- | | |
|----------------------------------|--------------------------|
| Palavras-chave / palavras soltas | <input type="checkbox"/> |
| Expressões simples | <input type="checkbox"/> |
| Frases | <input type="checkbox"/> |

5. Certamente que te manténs actualizado sobre os acontecimentos que ocorrem no mundo. Que meio mais utilizas para isso?

(Numera de 1 a 5 conforme a importância em que 1 é mínima e 5 é máxima).

Jornais ☐ Revistas ☐ TV ☐ Rádio ☐ Internet ☐

6. Com certeza que nesses meios de comunicação social encontras muitos estrangeirismos, nomeadamente termos ou expressões em Inglês, Francês ou outra língua. Consideras que a sua utilização facilita, normalmente, a compreensão das mensagens?

SIM ☐ ÀS VEZES ☐ NÃO ☐

7. Consideras importante que todos saibam falar, ler e escrever uma segunda língua?

SIM ☐ NÃO ☐

8. Que Língua consideras que todos deveriam dominar de modo a facilitar a comunicação universal?

Espanhol	<input type="checkbox"/>	
Francês	<input type="checkbox"/>	
Inglês	<input type="checkbox"/>	
Chinês	<input type="checkbox"/>	
Russo	<input type="checkbox"/>	
Esperanto	<input type="checkbox"/>	
Português	<input type="checkbox"/>	
Outra	<input type="checkbox"/>	Qual? _____

9. Das opções seguintes assinala aquelas que justificam a Língua por ti seleccionada

Já é a mais falada no mundo	<input type="checkbox"/>
É fácil de aprender	<input type="checkbox"/>
É a usada na comunicação internacional	<input type="checkbox"/>
É a adoptada na Internet	<input type="checkbox"/>
É a que mais povos falam	<input type="checkbox"/>
É uma língua nova para todos	<input type="checkbox"/>
É a minha língua	<input type="checkbox"/>

Obrigado!

INQUÉRITO AOS ESTUDANTES

Este inquérito tem por objectivo conhecer a relação que estabelece com a Língua Inglesa no teu dia-a-dia e destina-se à realização de uma dissertação de Mestrado em Estudos Ingleses.

Assim, pedimos que leias atentamente as questões e lhes respondas com sinceridade. Para responderes, segue as instruções que vão sendo dadas. Como os inquéritos são anónimos não escrevas o teu nome em espaço nenhum. Desde já agradecemos o teu contributo.

(Nas perguntas seguintes, assinala com um X a opção que melhor se adequa à tua situação)

1- Idade _____ anos

2- Sexo

Masculino ☐ Feminino ☐

3- Habilitações académicas

Escolaridade obrigatória ☐

Ensino Secundário ☐

Curso superior ☐

4- Profissão exercida: _____

5- Como caracterizas o teu conhecimento da língua inglesa?

Bom ☐ Razoável ☐ Insuficiente ☐ Não existe ☐

6. Gostarias de dominar bem o inglês?

Sim ☐ Não ☐

Se respondeste *Sim*, diz para quê? _____

7- Costumas, no teu dia-a-dia, contactar com palavras ou expressões inglesas?

Sim ☐ Não ☐

8- Indica três situações ou momentos da tua vida em que contactas com palavras ou expressões inglesas?

9- E tu, em que situações do teu quotidiano usas expressões em inglês?

10 – Porque as usas?

11- Porque achas que são utilizadas palavras ou expressões em inglês?

12- Achas necessário o uso dessas palavras ou expressões inglesas em Portugal?

Sim ☐ Não ☐

13- Consideras que caberá ao inglês o papel de língua de comunicação entre as várias culturas?

Sim ☐ Não ☐

Obrigado!

Inquérito de Rua

1. Sexo
2. Idade
3. Habilitações literárias
 - a. Ensino básico
 - b. Ensino secundário
 - c. Curso médio/superior
4. Como classifica os seus conhecimentos de inglês?
 - a. Bons
 - b. Razoáveis
 - c. Maus
5. Acha que em Portugal as pessoas utilizam muito o inglês nas suas rotinas diárias?
 - a. Sim
 - b. Não
6. Em que medida acha importante o uso de inglês em Portugal?
 - a. Importante
 - b. Nada importante
7. De que resultará a influência para a utilização do inglês?
 - a. Televisão
 - b. Globalização
 - c. Revistas/jornais
 - d. Influências culturais
 - e. Outros
8. Considera que o inglês possa vir a ser uma futura língua universal?
 - a. Sim
 - b. Não

Obrigado!

Entrevista ao Professor Universitário

Tendo em vista a realização de Tese de Mestrado em Estudos Ingleses e procurando verificar o impacto da Língua Inglesa nos diversos contextos do quotidiano português, desejamos que nos esclareça de uma forma simples e clara, segundo o seu entendimento, acerca das questões que lhe colocamos seguidamente.

1. Lecciona Língua estrangeira na Universidade. Pode referir-nos que Língua lecciona e a importância que atribui, hoje, ao estudo e domínio de uma segunda língua e que motivos devem estar subjacentes à escolha dessa língua?

2. Na sua perspectiva, crê que caberá à Língua Inglesa um papel especial ou determinante nesta sociedade de informação em que nos encontramos ou, pelo contrário, entende que esse papel poderá caber a uma outra língua estrangeira?

3. Será que poderemos perspectivar uma sociedade futura, em que o Inglês seja a Língua que impera na comunicação internacional e '*intranacional*' mesmo coexistindo com a língua nativa de cada estado mundial ou europeu?

4. No meio universitário, entendido como o mundo da cultura e da ciência, quais os papéis que a Língua Inglesa ocupa?

5. Parece-nos que se tem verificado uma cada vez maior apropriação da terminologia inglesa, por parte de multinacionais em áreas como a publicidade, a saúde, o desporto e a música entre outras. É de opinião que esta tendência será para se manter ou crê que poderá aumentar?

6. Acredita que a Língua Inglesa, num futuro mais ou menos distante, será ou tenderá a ser uma Língua universal?

Entrevista ao Bibliotecário

Tendo em vista a realização de Tese de Mestrado em Estudos Ingleses e procurando verificar o impacto da Língua Inglesa nos diversos contextos do quotidiano português, desejamos que nos esclareça, segundo o seu entendimento, acerca das questões que lhe colocamos seguidamente.

Identificação (instituição) _____

Quem são os principais utentes da biblioteca?

Com que finalidade frequentam a biblioteca?

Que tipo de livros são mais requisitados ou consultados na biblioteca?

Certamente que na biblioteca existem livros escritos em várias línguas. Poderá dizer as percentagens ou quantidades aproximadas dos livros existentes em cada uma das línguas? Há, por assim dizer, a possibilidade de saber quantos livros existem em Língua Inglesa?

Se respondeu Sim, diga a percentagem ou número e em que áreas do conhecimento se enquadram ou a sua finalidade.

Porque razão é que a biblioteca não arranja tais livros escritos em Língua Portuguesa?

Acha que os utentes que têm necessidade de recorrer a tais fontes se encontram preparados para lidar com a Língua Inglesa, ou sente que há muitas dificuldades por parte de alguns a esse nível?
